



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

MAYARA FERREIRA DE FARIAS

TURISMO, *BENCHMARKING* E *STORYTELLING*: UM ESTUDO SOBRE
CAPACIDADES PARA GESTÃO DO TURISMO NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS "NEGROS DO RIACHO" E "BOA VISTA DOS NEGROS" NO
SERIDÓ POTIGUAR

NATAL/RN
2022

MAYARA FERREIRA DE FARIAS

**TURISMO, *BENCHMARKING* E *STORYTELLING*: UM ESTUDO SOBRE
CAPACIDADES PARA GESTÃO DO TURISMO NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS "NEGROS DO RIACHO" E "BOA VISTA DOS NEGROS" NO
SERIDÓ POTIGUAR**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Turismo
da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, como requisito para a obtenção
do título de Doutora em Turismo.

Orientadora: Lissa Valéria Fernandes
Ferreira, Dra.

Co-orientador: Almir Félix Batista de
Oliveira, Dr.

NATAL/RN

2022

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Farias, Mayara Ferreira de.

Turismo, Benchmarking e Storytelling: um estudo sobre capacidades para Gestão do Turismo nas comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros" no Seridó Potiguar / Mayara Ferreira de Farias. - 2022.

222f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Lissa Valéria Fernandes Ferreira.

Coorientador: Prof. Dr. Almir Félix Batista de Oliveira.

1. Turismo de Base Comunitária - Desenvolvimento - Tese. 2. Seridó Potiguar - Tese. 3. Benchmarking - Tese. 4. Storytelling - Tese. I. Ferreira, Lissa Valéria Fernandes. II. Oliveira, Almir Félix Batista de. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338.485:39

**TURISMO, *BENCHMARKING* E *STORYTELLING*: UM ESTUDO SOBRE
CAPACIDADES PARA GESTÃO DO TURISMO NAS COMUNIDADES
QUILOMBOLAS "NEGROS DO RIACHO" E "BOA VISTA DOS NEGROS" NO
SERIDÓ POTIGUAR**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Turismo.

Natal/RN, 04 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Lissa Valéria Fernandes Ferreira

Profa. Dra. - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Presidente e Orientadora)

Almir Félix Batista de Oliveira

Prof. Dr. - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Co-orientador e Examinador Interno)

Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Prof. Dr. – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Examinador Interno)

Jean Henrique Costa

Prof. Dr. - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
(Examinador Externo)

Viviane Costa Fonseca de Almeida Medeiros

Profa. Dra. – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
(Examinador Externo)

Sheylla de Kassia Silva Galvão

Profa. Dra. – Universidade Federal de Campina Grande
(Examinador Externo)

Dedico a todos que não tiveram as mesmas oportunidades para chegar até a fase de um doutorado, por vivermos em um país notadamente desigual e injusto.

AGRADECIMENTOS

À mainha, minha fonte de inspiração e força – índia, negra, de origem humilde e criada apenas pela mãe, a qual teve mais 11 filhos além dela, no estado mais pobre do país. Que, para eu nascer, renunciou aos seus estudos, me escolhendo e priorizando, em um momento de muitas privações e lutas no estado do Maranhão, onde nasci. Ela que, além de sobreviver a todos os riscos que a pandemia trouxe, venceu um câncer nos últimos meses e poderá ver o seu suor, de toda uma vida, sendo materializado através deste momento na minha carreira acadêmica.

A painho (*in memoriam*), semianalfabeto, que sonhava em ver um filho se formar doutor, que nunca economizou esforços para investir e incentivar que todos os seus filhos tivessem uma educação de qualidade.

À Mayane, minha amada irmã, que sempre acreditou na minha capacidade de lutar para mudar nossas vidas e superar todos os desafios que a vida nos apresentou ao longo destes anos de renúncias, escolhas, dores e vitórias.

A Júnior, meu saudoso irmão, que sempre falava do seu orgulho de me ter como inspiração acadêmica, que trabalhou muito para ajudar nos meus estudos – abrindo mão de aproveitar sua adolescência e de se divertir para ajudar mainha a vender salgados, bolos, sucos, picolés e café para que eu pudesse ter dinheiro para comprar meus livros e apostilas - e que jamais desacreditou que esse dia pudesse chegar.

Aos meus familiares, que me admiram, apoiam e se orgulham por eu ser a primeira a ter oportunidade de cursar um doutorado.

À Carina, minha melhor amiga, que esteve comigo em todos os bons e maus momentos ao longo destes anos de escrita: problemas de saúde, crises de ansiedade, bem como na alimentação e cuidados dos meus animais adotados e apadrinhados nas ruas.

Aos meus animais, que sempre estavam ao meu lado enquanto escrevi esta tese, me olhando com afeto, gratidão e um amor inexplicável. Dando forças para acreditar em um mundo melhor, com mais dignidade para eles, para os demais que foram vítimas do abandono e que dependem de mim.

À Elione, a quem carinhosamente chamo de tia, por ter sido a primeira professora que acreditou no meu amor e potencial pelos estudos, incentivando meus

pais a me colocarem em uma escola particular para que eu tivesse oportunidade de sair de uma cidade do interior, com menos de 4 mil habitantes, e pudesse mudar nossa história. Foi ela que me ensinou a ler e a minha primeira inspiração a ser docente.

À Lucinha, minha amada professora de português do ensino fundamental I e II, responsável pelo meu amor à escrita, por conseguir meia bolsa para eu continuar meus estudos no IESC e por convencer outros professores a pagarem a outra metade do valor - juntamente com ela, para que eu pudesse seguir estudando e lutando pelos meus sonhos de ser professora universitária.

Aos professores do IESC, Hélio (matemática), Meirison (geografia), Ricardinho (geometria), Cláudio (matemática e geometria), Patrícia (história) e Francisco (literatura), que não só ajudavam com o pagamento de minha mensalidade como dividiam sua alimentação comigo para que eu não ficasse com fome nos corredores da escola - enquanto esperava o horário de minhas aulas. Sou grata a cada um deles, que sempre acreditaram que eu poderia vencer e ter uma educação libertadora, transformadora e de qualidade.

Às auxiliares de serviços gerais do IESC que sempre me tiveram como uma filha e sempre me trataram com muito afeto para que eu me sentisse acolhida e amada em uma cidade diferente da que eu vivia.

Aos diretores do IESC - Almandina, Goretti e Chico, que me oportunizaram estudar como bolsista na melhor escola da Região Trairí e que me auxiliaram a ser aprovada no primeiro vestibular que mudaria toda a minha vida.

À Simony, que soube que eu estudava em uma praça da cidade de Santa Cruz/RN enquanto esperava o horário de minhas aulas, período em que eu saía às 5h de Coronel Ezequiel/RN, ficando na praça central, estudando debaixo de uma árvore até meio dia, para estudar das 13h até 18h e retornar para casa (era um momento em que somente existiram 2 transportes por dia entre estas cidades). Ela me acolheu como uma filha, me fornecendo café da manhã e almoço, além oportunidade de tomar banho e de ter carona para chegar até o IESC, melhorando, consideravelmente, meu rendimento e aproveitamento escolar – mudando minha vida com algo que, para ela, era algo simples e feito com muito afeto.

À Graça Oliveira, secretária na UFRN *campus* Currais Novos/RN, que me ajudava a comprar minhas apostilas e livros quando da perda do meu pai no

segundo ano da minha graduação em turismo, me incentivando a não desistir com o sonho de mudar a vida da minha família.

À Semideusa, secretária da UFRN *campus* Currais Novos, que me acolheu como filha, sempre me tratou com muito afeto e incentivo ao longo dos 4 anos de minha graduação, tendo papel fundamental em meu sonho de cursar um mestrado na capital do estado.

Aos funcionários da UFRN *campus* Currais Novos (seguranças, ASGs e motoristas), que foram a minha família enquanto fui residente universitária e morava dentro da própria Universidade com mais 39 alunos no Sítio Totoró.

À Lissa, pela disponibilidade, orientação, afeto e apoio em todos os momentos ao longo destes 4 anos de curso, bem como pela oportunidade de ter o privilégio de dividir com ela uma disciplina na graduação em turismo na UFRN *campus* Natal, me inspirando a ser uma docente acolhedora, com empatia, que acredita no potencial dos discentes e que não mede esforços para que sua aula seja prazerosa, enriquecedora, sem rotina e com resultados concretos de aprendizagem.

A Almir, pelos ensinamentos, orientação, incentivo e acolhimento. Pela amizade construída ao longo destes 4 anos e por todo o apoio nos momentos mais difíceis de minha vida.

À Kerlei, pela inspiração que ela é em minha carreira acadêmica. Por ter sido a primeira professora na Universidade a me dar uma oportunidade de ser sua bolsista voluntária de pesquisa e a aprender a escrever artigos científicos na área do turismo. Era ela quem pagava a minha alimentação quando eu ia para eventos científicos e quem sempre acreditou que, um dia, eu poderia ser professora universitária.

À Edneide Maria, minha amada professora de metodologia da pesquisa na UFRN *campus* Currais Novos, que me ensinou tudo o que sei sobre normas para a escrita científica, mudando de maneira expressiva minha atuação como docente e como revisora de textos, me inspirando a cursar letras, anos depois.

À Maria Lúcia, minha orientadora e professora do mestrado, que me ensinou e me direcionou a ter uma visão mais ampliada e profunda sobre o fenômeno turístico, auxiliando na melhoria de minha escrita acadêmica e inspirando a seguir sonhando com a docência no ensino superior.

Aos professores Mauro Lemuel, Sérgio Marques e Carlos Alberto pelos valiosos conhecimentos transmitidos no mestrado e doutorado, pelas parcerias em

publicações de artigos científicos e pelas colaborações significativas em minha defesa da dissertação. Sendo inspirações em minha carreira acadêmica e docente.

À Andrea Virginia, por todos os ensinamentos ao longo dos meus anos cursando o mestrado, momento em que tive a honra e oportunidade de ser sua bolsista de ensino à docência, atuando na área de estágios dos alunos de graduação em turismo na UFRN *campus* Natal, tendo sido um momento valioso e de grandes ensinamentos em minha trajetória acadêmica e profissional. Ela é uma inspiração como docente e como ser humano, sendo uma das pessoas mais éticas, inteligentes, acolhedoras e generosas que encontrei ao longo da caminhada.

À Artemísia, por toda a colaboração e sugestões no momento da qualificação desta tese.

À Suênia, por sua amizade, incentivo e por ter me apresentado a realidade do Conde/PB e a Danilo Aguiar.

A Danilo Aguiar, pela generosidade, disponibilidade, gentileza e por aceitar colaborar na construção desta tese, apresentando os casos de sucesso que possibilitaram a escrita e análise dos resultados do texto em tela.

À Viviane, pela amizade, generosidade, afeto, ensinamentos, apoio e parcerias em diversas publicações científicas, realização de minicursos, oficinas e palestras ao longo dos últimos 11 anos em que tive a hora de conhecê-la. Ela é uma das pessoas mais generosas e acolhedoras que existem no âmbito da pesquisa, ensino e extensão em quaisquer lugares em que esteja atuando. É inspiração na forma como observa e atua na educação de nosso país, transformando realidades concretas por onde ela passa.

A Helder, pela honra de ter sido sua orientanda na especialização em “História e cultura africana e afro-brasileira” na Universidade Federal do Rio Grande do Norte *campus* Currais Novos, influenciando na escolha do tema desta tese - por ter me feito amar a temática e escrita associando turismo à história. A sua generosidade, simplicidade, história de vida e sabedoria me inspiram enquanto docente e ser humano.

À Sheylla, pela oportunidade de tê-la como minha avaliadora, pela amizade, pela honra de aprender com sua sabedoria, bem como pela forma de perceber o mundo e as coisas, sendo uma das profissionais mais competentes, éticas e que ama estar em sala de aula que conheço.

A Jean, pela honra de tê-lo como avaliador e inspiração na carreira docente. Pela oportunidade em ser colaboradora e avaliadora de artigos científicos no periódico na área do turismo que ele criou na UERN, a qual possui grande prestígio e visibilidade em nosso país. Além do mais, sou grata pela suas valorosas contribuições e ensinamentos em todos os momentos que eu tenho o privilégio de beber de sua sabedoria.

Aos colegas e professores do doutorado, pelos debates e orientações de leituras ao longo do curso que colaboraram, significativamente, no aperfeiçoamento em nossos olhares para o meu objeto de estudo.

Ao PPGTUR e à Anthony por todo o apoio e direcionamentos.

À CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

A Magno, editor chefe da Revista Querubim, professor admirado e respeitado na Universidade Federal Fluminense, pela oportunidade de ter sido convidada para ser avaliadora de artigos científicos em uma das revistas mais respeitadas na área de educação e ensino de nosso país. Sou grata pela generosidade, amizade construída e conhecimentos transmitidos em cada conversa que temos.

A Venício, pelo apoio, incentivo, conhecimentos transmitidos, honra de tê-lo como amigo inspirador enquanto docente e por sua humanidade.

A todos os entrevistados que aceitaram colaborar na construção desta tese.

A todos os meus ex-alunos, pelo afeto, admiração e conhecimento compartilhado.

A todos os meus ex-professores, pelos ensinamentos ao longo de toda a minha vida escolar e acadêmica. Pela inspiração e pelo amor que transborda em sala de aula e me motivam a seguir no sonho pela efetivação.

A todos que acreditaram em mim e, fundamentalmente, aos que não acreditaram - dando-me forças para seguir lutando e mostrando que uma mulher pode ser tudo o que ela quiser.

“Lutar contra a pobreza não é um assunto de caridade, mas de justiça”.
(Discurso de Nelson Mandela na Praça Mary Fitzgerald de Johannesburg, em 2 de julho de 2005, em um ato contra a pobreza)

RESUMO

O Turismo de Base Comunitária tornou-se objeto de estudo da pesquisa em tela como alternativa de implementação da atividade turística que valorize as pessoas, sua história e cultura, bem como que tenha sido pensado para promover melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento responsável. Cabe mencionar, nesta perspectiva, que optou-se por utilizar a *storytelling* por se tratar da “arte de contar histórias inesquecíveis”, a qual permitiria compreender sobre a história e vivências a partir da percepção dos quilombolas de cada comunidade estudada. A *Benchmarking*, por sua vez, foi escolhida por ser considerada uma ferramenta de busca pelas melhores práticas de gestão de uma atividade ou entidade que seja usada como modelo para implementação semelhante, adaptando para a realidade de cada local. Considerando o recorte temporal, cabe destacar que a pesquisa de campo foi feita nos anos de 2018 e 2019, além de terem sido realizadas entrevistas de forma remota (*online*) nos anos de 2020 e 2021. É pertinente enfatizar, ainda, que foram escolhidas 2 (duas) comunidades quilombolas da Região Seridó por serem as mais conhecidas e representativas, quais tenham sido: Comunidade Quilombola Negros do Riacho (Currais Novos/RN) e a Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros (Parelhas/RN). Diante disso, o objetivo geral desta tese foi: estudar sobre capacidades para gestão do turismo nas comunidades quilombolas "Negros do Riacho" (Currais Novos/RN) e "Boa Vista dos Negros" (Parelhas/RN). Tratou-se, pois, de uma pesquisa com abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Para tal, foram escolhidas técnicas de coleta para cada objetivo específico elencado, quais tenham sido: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevista, Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), observação participante, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e, de maneira mais significativa, a *storytelling* e a *benchmarking*. Como técnicas de análise, foram usadas a análise de conteúdo e a análise do discurso. Como principais resultados, pode-se destacar que as peculiaridades socioculturais, as vivências e o patrimônio (material e imaterial) tornam as comunidades quilombolas em espaços propícios para uma gestão compartilhada e para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Seridó Potiguar. Além disso, constatou-se que é possível utilizar modelos (*benchmarking*) de implementação de atividades de Turismo de Base Local com ênfase no que foi realizado na cidade do Conde/PB, com destaque para a Comunidade Quilombola Ipiranga e Sítio Tambaba *Camping* (Assentamento Tambaba no Povoado Gurugi), realidades que podem refletir para a elaboração e direcionamento de estratégias de desenvolvimento e gestão do turismo em outras comunidades tradicionais da Região Seridó e do estado do Rio Grande do Norte. Ao final, pode-se concluir que a *storytelling* e a *benchmarking* são alternativas possíveis para serem aplicadas à gestão compartilhada do turismo através do Turismo de Base Comunitária no Seridó Potiguar.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Seridó Potiguar; *Benchmarking*; *Storytelling*.

ABSTRACT

The Community-Based Tourism has become the object of study of the research in evidence as an alternative for the implementation of tourist activity that values people, their history and culture, as well as that has been designed to promote better quality of life and responsible development. It is worth mentioning, in this perspective, that we chose to use storytelling because it is the “art of telling unforgettable stories”, which would allow us to understand about the history and experiences from the perception of the quilombolas of each studied community. Benchmarking, in turn, was chosen because it is considered a tool to search for the best management practices of an activity or entity that is used as a model for similar implementation, adapting to the reality of each location. Considering the time frame, it is worth noting that the field research was carried out in 2018 and 2019, in addition to remote interviews (online) in 2020 and 2021. It is also worth emphasizing that 2 (two) quilombola communities from the Seridó Region were chosen because they are the best known and most representative, namely: Quilombola Community Negros do Riacho (Currais Novos/RN) and Quilombola Community Boa Vista dos Negros (Parelhas/RN). Therefore, the general objective of this thesis was: to study the capacities for tourism management in the quilombola communities "Negros do Riacho" (Currais Novos/RN) and "Boa Vista dos Negros" (Parelhas/RN). It was, therefore, a research with a qualitative approach, with a descriptive and exploratory character. To this end, collection techniques were chosen for each specific objective listed, which have been: documentary research, bibliographic research, interview, Collective Subject Discourse (CSD), participant observation, Participatory Rapid Diagnosis (DRP) and, more significantly, storytelling and benchmarking. As analysis techniques, content analysis and discourse analysis were used. As main results, we can highlight that the sociocultural peculiarities, the experiences and the heritage (material and immaterial) make the quilombola communities in favorable spaces for a shared management and for the development of Community-Based Tourism in Seridó Potiguar. In addition, it was found that it is possible to use models (benchmarking) for the implementation of Locally Based Tourism activities with an emphasis on what was carried out in the city of Conde/PB, with emphasis on the Quilombola Ipiranga Community and Sítio Tambaba Camping (Tambaba Settlement, in Povoado Gurugi), realities that may reflect for the elaboration and direction of tourism development and management strategies in other traditional communities in the Seridó Region and in the state of Rio Grande do Norte. In the end, it can be concluded that storytelling and benchmarking are possible alternatives to be applied to the shared management of tourism through Community Based Tourism in Seridó Potiguar.

Keywords: Community-Based Tourism; Seridó Potiguar; Benchmarking; Storytelling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1. Carregadores de café a caminho da cidade	28
Ilustração 2. Mercado da Rua do Valongo	29
Ilustração 3. Trabalho escravo em engenho	30
Ilustração 4. Negros vendendo galinhas e peru	31
Ilustração 5. Um jantar brasileiro	31
Ilustração 6. Sapatarias	32
Ilustração 7. Calceteiros	33
Ilustração 8. Uma senhora de algumas posses em sua casa	33
Ilustração 9. Feitor castigando negros	34
Ilustração 10. O pelourinho	35
Ilustração 11. Momento festivo dos negros	37
Ilustração 12. Cirurgião Negro	38
Ilustração 13. Libertação dos escravos	41
Ilustração 14. Turismo de Base Comunitária	68
Ilustração 15. Modelo para portfólio bibliográfico	81
Ilustração 16. Territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Norte	91
Ilustração 17. Comunidade Quilombola Negros do Riacho (Currais Novos/RN)	94
Ilustração 18. Placa de sinalização para os “Negros do Riacho”	95
Ilustração 19. Artefato em barro indicando entrada para os “Negros do Riacho”	96
Ilustração 20. Marca do Projeto "Ponto de Memória" dos “Negros do Riacho”	97
Ilustração 21. Exposição do Projeto "Ponto de Memória" dos “Negros do Riacho”	98
Ilustração 22. Elementos da Matriz <i>SWOT</i>	99
Ilustração 23. Produtos comercializados nos “Negros do Riacho”	101
Ilustração 24. Louças de barro dos “Negros do Riacho”	102
Ilustração 25. Louças de barro dos “Negros do Riacho”	102
Ilustração 26. Momento de comercialização das louças de barro dos “Negros do Riacho”	103
Ilustração 27. Panela de barro dos “Negros do Riacho”	103
Ilustração 28. Comercialização das louças de barro e sabão dos “Negros do	

Riacho"	104
Ilustração 29. Exposição de louças de barro dos “Negros do Riacho”	105
Ilustração 30. Exposição do sabão produzido nos “Negros do Riacho”	106
Ilustração 31. Artesã produtora do sabão dos “Negros do Riacho”	107
Ilustração 32. Artesãs produtoras do sabão dos “Negros do Riacho”	108
Ilustração 33. Missa na capela dos “Negros do Riacho”	109
Ilustração 34. Moradores em missa na capela dos “Negros do Riacho”	110
Ilustração 35. Momento de reunião nos “Negros do Riacho”	111
Ilustração 36. Oficinas com crianças nos “Negros do Riacho”	112
Ilustração 37. Equipe de realização de oficina com crianças nos “Negros do Riacho”	112
Ilustração 38. Time de futebol dos “Negros do Riacho”	113
Ilustração 39. Time de futebol dos “Negros do Riacho”	114
Ilustração 40. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”	115
Ilustração 41. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”	116
Ilustração 42. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”	116
Ilustração 43. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”	117
Ilustração 44. Banda dos “Negros do Riacho”	117
Ilustração 45. Moradores dos “Negros do Riacho”	118
Ilustração 46. Moradores dos “Negros do Riacho”	118
Ilustração 47. Apresentação de moradora nos “Negros do Riacho”	119
Ilustração 48. Interação de moradores nos “Negros do Riacho”	120
Ilustração 49. Oficina com crianças nos “Negros do Riacho”	120
Ilustração 50. Exposição do artesanato dos “Negros do Riacho”	121
Ilustração 51. Oficina de fotografia com criança dos “Negros do Riacho”	122
Ilustração 52. Crianças dos “Negros do Riacho”	122
Ilustração 53. Criança dos “Negros do Riacho”	123
Ilustração 54. Louceira Crianças dos “Negros do Riacho”	123
Ilustração 55. Moradora dos “Negros do Riacho”	124
Ilustração 56. Vista noturna da entrada para os “Negros do Riacho”	125
Ilustração 57. Visitação de Secretaria Municipal de Saúde nos “Negros do Riacho”	126
Ilustração 58. Visitação de Secretaria Municipal de Saúde nos “Negros do	

Riacho"	126
Ilustração 59. Mapa da área de Atuação da Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros	128
Ilustração 60. Emiliano Fernandes da Cruz	130
Ilustração 61. Beatriz	131
Ilustração 62. Zé Vieira	132
Ilustração 63. Dona Chica Vieira	132
Ilustração 64. Seu Amaral	134
Ilustração 65. O açude dos Negros, na época das chuvas	135
Ilustração 66. O açude dos Negros, na época da seca	135
Ilustração 67. A casa de Dona Maria (a última de taipa), a mãe de Dona Chica Vieira	136
Ilustração 68. A nova casa de Dona Maria, a mãe de Dona Chica Vieira	136
Ilustração 69. Posto de Saúde “Mãe Gardina”, em sua antiga sede	137
Ilustração 70. Posto de Saúde novo	137
Ilustração 71. Escola da Boa Vista, atualmente, desativada	138
Ilustração 72. Sala de aula no ano 1987 (atualmente, sem aulas)	138
Ilustração 73. Moradoras da Comunidade	139
Ilustração 74. Ensaio dos Afrorregaeiros	140
Ilustração 75. Crianças dos Quilombinhos e das Pérolas Negras	141
Ilustração 76. Cortejo do Rosário	142
Ilustração 77. Arte de divulgação da Costa do Conde/PB	145
Ilustração 78. Site da Costa do Conde/PB	146
Ilustração 79. Dona Nice e sua produção rural	147
Ilustração 80. Dona Nice comercializando seus produtos	147
Ilustração 81. Nova logomarca para a “Árvore dos doces” de Dona Nice	148
Ilustração 82. Cartão de visita e rótulo dos produtos de Dona Nice	149
Ilustração 83. Exposição e comercialização dos produtos da “Árvore dos doces” de Dona Nice	150
Ilustração 84. Exposição dos produtos de Dona Nice em feira	151
Ilustração 85. Restaurante de Dona Nice	151
Ilustração 86. Nova decoração do restaurante de Dona Nice	152
Ilustração 87. Cartão de visita de “Tia Nice”	153

Ilustração 88. Cardápio criado para o restaurante de “Tia Nice”	153
Ilustração 89. Criação de placa de sinalização	154
Ilustração 90. Placa de sinalização	154
Ilustração 91. Placa elaborada para o redário	155
Ilustração 92. Redário	155
Ilustração 93. Rede social para divulgação do “Restaurante Rural Tia Nice”	156
Ilustração 94. Notícia do Ministério do Turismo	156
Ilustração 95. Comunidade Quilombola do Ipiranga (Conde/PB)	159
Ilustração 96. Pavilhão antes da reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	160
Ilustração 97. Pavilhão em reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	161
Ilustração 98. Pavilhão após reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	161
Ilustração 99. Nova logomarca criada para o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	162
Ilustração 100. Blusas criadas com a marca do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	162
Ilustração 101. Panfleto de divulgação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	163
Ilustração 102. Nova sinalização da Comunidade Ipiranga (Conde/PB)	164
Ilustração 103. Comunidade Ipiranga (Conde/PB)	164
Ilustração 104. Pavilhão reformado (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	165
Ilustração 105. Idealizadores das inovações para o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	166
Ilustração 106. Comercialização de artesanato da Comunidade Ipiranga (Conde/PB)	166
Ilustração 107. Panfleto de divulgação da Festa do Coco de Roda (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	167
Ilustração 108. Festa do Coco de Roda (Comunidade Ipiranga/Conde/PB) ...	168
Ilustração 109. Integrantes do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	169
Ilustração 110. Apresentação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	170
Ilustração 111. Apresentação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	171

Ilustração 112. Rede social para divulgação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	171
Ilustração 113. Notícia sobre o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB)	172
Ilustração 114. Notícia sobre Comunidades Quilombolas e Indígenas paraibanas	172
Ilustração 115. Notícia divulgando sobre o Projeto "Mares Quilombolas"	173
Ilustração 116. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB)	174
Ilustração 117. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB)	175
Ilustração 118. Divulgação dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	176
Ilustração 119. Cadastro dos "Doces Tambaba" como MEI	176
Ilustração 120. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB)	177
Ilustração 121. Nova logomarca para os "Doces Tambaba" (Conde/PB)	177
Ilustração 122. Novo rótulo para os "Doces Tambaba" (Conde/PB)	178
Ilustração 123. "Doces Tambaba" (Conde/PB)	178
Ilustração 124. Blusa criada com a nova marca dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	179
Ilustração 125. Placas criadas para sinalização dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	179
Ilustração 126. Imagem para divulgação dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	180
Ilustração 127. Momento de divulgação e comercialização dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	181
Ilustração 128. "Doces Tambaba" (Conde/PB)	182
Ilustração 129. Rede social criada para divulgação dos "Doces Tambaba" (Conde/PB)	183
Ilustração 130. Notícia com destaque para a cidade do Conde/PB	184
Ilustração 131. Frente do panfleto de divulgação dos "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"	189
Ilustração 132. Verso do panfleto de divulgação dos "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"	190
Ilustração 133. Frente do planfleto de comercialização do roteiro turístico proposto para os "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"	191
Ilustração 134. Verso do planfleto de comercialização do roteiro turístico	

proposto para os "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"	192
--	------------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro metodológico	23
Quadro 2. Ideias centrais para o Discurso do Sujeito Coletivo	76
Quadro 3. Perguntas que nortearam as rodas de conversa	77
Quadro 4. Triangulação dos dados da tese	82
Quadro 5. Comunidades com processo em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e comunidade titulada – RN	92

SUMÁRIO

1 UM CONVITE AO TEMA	20
2 <i>FRAMEWORK</i> TEÓRICO	27
2.1 Quilombos e resistência	27
2.2 Territorialidade e comunidades quilombolas	42
2.3 Identidade e subjetividade	50
2.4 Turismo, identidade e globalização	53
2.5 Produto turístico, marca e identidade de um destino turístico	59
2.6 Motivação cultural para a atividade turística	63
2.7 Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento	67
3 DESENHO METODOLÓGICO	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
4.1 Contextualização histórica e socioeconômica das comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros".....	87
4.2 Narrativas sobre comunidades em que foram desenvolvidas atividades para a promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC)	143
4.3 Capacidades para gestão do turismo através do Turismo de Base Comunitária (TBC) e turismo étnico no Seridó Potiguar	187
5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS	196
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICE	220
Apêndice A. Roteiro de entrevista	221

1 UM CONVITE AO TEMA

O turismo massificado é valorizado e implementado com a finalidade de gerar *superávit* na balança comercial. A justificativa para tal valorização e implementação está embasada no conceito tradicional em que se associa a atividade turística à geração de emprego e renda, aumento nos múltiplos fluxos e na promoção de destinos (Medeiros, 2019).

De maneira antagônica e inversamente proporcional ao investimento para o desenvolvimento do turismo, poucas são as iniciativas públicas ou privadas que buscam minimizar problemas socioeconômicos (desemprego ou precarização do trabalho), inserção dos moradores no mercado de trabalho e desenvolvimento local responsável: social, cultural, econômico e ambiental. Assim, é necessário que a população se torne protagonista de suas próprias histórias, tornando-se sujeitos ativos para a realização de mudanças almejadas (Medeiros, 2019). Neste sentido, é imperativo que sejam elaboradas estratégias de gestão e promoção de ações que envolvam uma maior participação social no processo de planejamento, implementação e tomada de decisão no turismo.

Como alternativa de implementação da atividade turística que valorize as pessoas, sua história e cultura, bem como que tenha sido pensado para promover melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento responsável, o Turismo de Base Comunitária tornou-se objeto de estudo da pesquisa em tela.

Cabe mencionar que o município do Conde/PB foi escolhido para compor esta tese por contemplar diversos exemplos de implementação de ações de gestão no turismo que representem os princípios do Turismo de Base Comunitária, no sentido de refletir sobre a participação social, melhoria da qualidade de vida dos moradores, questões relacionadas a empreendedorismo, bem como sobre a questão da gestão compartilhada e participativa.

Destarte, o Turismo de Base Comunitária "tem como princípio o desenvolvimento sustentável, com um enfoque político, cultural e humano, que valoriza costumes e crenças da comunidade, neste caso: negra, protagonista da atividade" (Oliveira, 2021b, p. 223).

Por considerar as comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros" as mais representativas do estado do Rio Grande do Norte, organizadas e com maior proximidade afetiva da pesquisadora diante o

conhecimento da história e dos moradores destas referidas comunidades, afirma-se que a questão que norteou o presente trabalho foi a seguinte: se existem, quais são as principais capacidades para gestão do turismo via Turismo de Base Comunitária e turismo étnico nas comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros" no Seridó Potiguar?

Neste contexto, o objetivo principal deste estudo foi: estudar sobre capacidades para gestão do turismo nas Comunidades Quilombolas "Negros do Riacho" (Currais Novos/RN) e "Boa Vista dos Negros" (Parelhas/RN). Para a obtenção dos resultados, se fez necessário traçar objetivos mais específicos, para contribuir com o direcionamento das ações que levaram ao desenvolvimento da tese. Esses objetivos foram: a) contextualizar historicamente e socioeconomicamente sobre as comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"; b) construir coletivamente uma perspectiva com narrativa própria das comunidades ao que diz respeito ao olhar sobre si, papel na luta quilombola e sobre como enxerga o turismo nesse contexto; c) investigar as capacidades para gestão do turismo através do Turismo de Base Comunitária (TBC) e turismo étnico. Neste contexto, cabe mencionar, ainda, que o objetivo não foi testar as ferramentas de *benchmarking* e *storytelling*.

Diante disso, justifica-se a escolha da presente temática considerando as relevâncias social, acadêmica e pessoal que seguem: a relevância pessoal está intimamente relacionada com o fato de a pesquisadora compreender o turismo como uma atividade essencialmente sociocultural que precisa ser implementada para promover a melhoria das condições de vida dos quilombolas e por acreditar que a referida atividade deve ser benéfica tanto para a comunidade receptora quanto para quem a desenvolve, na medida em que todos os sujeitos participem do processo. Para além disso, cabe mencionar que a pesquisadora tem curso de especialização em "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo proximidade com os estudos e escrita sobre a temática desta tese, desde o ano de 2014.

A relevância acadêmica, por sua vez, está relacionada com a verificação de que não existia, até o ano de 2017 – ano da seleção do doutorado, nenhuma tese brasileira elaborada com a temática de desenvolvimento e gestão do Turismo de Base Comunitária na Região Seridó do estado do Rio Grande do Norte, no Nordeste

brasileiro. Para além disso, sendo essa a primeira pesquisa contemplando a temática em tela em nível de Brasil, tornou a tese inovadora¹ e significativa² para a valorização das comunidades quilombolas como localidades receptoras do turismo e que necessitam de uma maior visibilidade diante das pesquisas científicas.

Outrossim, a questão quilombola abrange diversos setores da sociedade através de debates acadêmicos, colaborando para possibilidades de visões diferenciadas de processos relacionados com a formação de comunidades quilombolas brasileiras, classificadas pelo Conselho Ultramarino de 1740 como toda habitação de negros que fugiram e que sumiam mais que cinco (Schmitt, Turatti & Carvalho, 2002). Além disso, cabe destacar que alguns estudiosos das ciências humanas ampliaram as pesquisas e as análises ao que se refere às territorializações negras, considerando casos de “doações” de terras por serviços prestados, processos de fugas, compra de terras por baixos preços, entre outras possibilidades (Anjos, 2009; Ratts, 2003; Pereira & Oliveira, 2019).

A relevância social se deu, por conseguinte, ao considerar os benefícios que esta pesquisa iria influenciar na vida das comunidades estudadas e que possam ser impactadas - direta ou indiretamente - pelo estudo. Alguns desses benefícios podem ser destacados, como por exemplos: valorização histórica e cultural a partir do conhecimento de sua importância diante da realização da atividade turística na comunidade em que reside; maior sentimento de pertencimento ao se reconhecerem como sujeitos protagonistas desta pesquisa; oportunidade de documentar sua história a partir da perspectiva dos moradores de cada comunidade estudada; probabilidade maior de que o turismo desenvolvido nas comunidades escolhidas para serem objeto de estudo desta tese seja implementado de maneira mais responsável, bem como possa transformar realidades concretas com um menor número de impactos negativos. E, como melhor forma de ilustrar o que foi explicado anteriormente, elaborou-se o seguinte quadro metodológico:

¹E "tem ganhado destaque apenas nos últimos anos" (Oliveira, 2019).

²Os "parcos resultados encontrados revelam um silenciamento, na academia em Turismo no Brasil, de temas que discutam negros e turismo, o que acaba por ser sintomático de como estes aparecem na atividade, ou pior, não aparecem" (Hudson, So, Meng, Cárdenas & Li, 2018; Oliveira, 2021b, p. 233).

Quadro 1. Quadro metodológico.

Questão problema	Objetivo geral	Objetivos específicos	Técnica de coleta	Técnica de análise
Se existem, quais são as principais capacidades para gestão do turismo via Turismo de Base Comunitária e turismo étnico nas comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros" no Seridó Potiguar?	Estudar sobre capacidades para gestão do turismo nas Comunidades Quilombolas "Negros do Riacho" (Currais Novos/RN) e "Boa Vista dos Negros" (Parelhas/RN).	a) contextualizar historicamente e socioeconomicamente sobre as comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros";	Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica <i>Storytelling</i>	Análise de conteúdo Análise do discurso
		b) construir coletivamente uma perspectiva com narrativa própria das comunidades ao que diz respeito ao olhar sobre si, papel na luta quilombola e sobre como enxerga o turismo nesse contexto;	Pesquisa documental Pesquisa bibliográfica <i>Benchmarking</i> Entrevistas Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Análise do discurso Análise de conteúdo
		c) investigar as capacidades para gestão do turismo através do Turismo de Base Comunitária (TBC) e turismo étnico.	Entrevistas Observação participante Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	Análise do discurso

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para o objetivo específico de "contextualizar historicamente e socioeconomicamente sobre as comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros", foram utilizadas como técnicas de coleta: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e *storytelling* e, como técnica de análise, foram utilizadas as análises de conteúdo e do discurso.

Para o objetivo específico de "construir coletivamente uma perspectiva com narrativa própria das comunidades ao que diz respeito ao olhar sobre si, papel

na luta quilombola e sobre como enxerga o turismo nesse contexto", foram utilizadas como técnica de coleta: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, *benchmarking*, entrevista, Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e, como técnica de análise, foram utilizadas a análise do discurso e a análise de conteúdo.

E, para o objetivo específico de "investigar as capacidades para gestão do turismo através do Turismo de Base Comunitária (TBC) e turismo étnico", foram utilizadas como técnica de coleta: entrevista, observação participante, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e, como técnica de análise, foi usada a análise do discurso.

Cabe destacar, também, que com a finalidade de caracterizar os municípios onde estão inseridas as comunidades pesquisadas, foram selecionadas informações múltiplas referentes aos aspectos socioeconômicos e históricos disponibilizadas em fontes secundárias. Para realizar o levantamento e análise dos dados empíricos desta pesquisa, buscou-se suporte teórico sobre metodologia participativa de Max-Neef (1993). Para o referido autor, a *práxis* das comunidades em buscar o bem coletivo e o desenvolvimento deve estar sustentada pelo sentimento de cooperação, confiança, reciprocidade, partilha, pertencimento e de valores culturais e socioeconômicos, gerando, por conseguinte, uma rede de conexões internas na comunidade e para além dela, considerando o poder público e privado, além do capital financeiro imobiliário.

Utilizou-se, ainda, a metodologia participativa como instrumento de investigação considerando que o morador é quem melhor pode relatar sua realidade, seu modo de viver e ser (Medeiros, 2019). Neste contexto, destaca-se que as metodologias participativas resultam demandas e necessidades da população, considerando seu cotidiano, lugares e territórios contemplando sua relação com o meio em que vive e com a natureza. Estas metodologias estão subdivididas em duas maneiras, quais sejam: uma em que a população tem o objetivo de participar dos processos de tomada de decisão, bem como na construção de possíveis soluções de problemas cotidianos; a outra considera a governança, mais precisamente, contemplando as demandas do sistema político e administrativo, estabelecendo caminhos para promover a cidadania (Alió, 2013).

Nesta perspectiva, é válido destacar que o planejamento participativo permite promover a cidadania a partir do momento em que consegue desenvolver

espaços e condições que possibilitam o “agir justo”. Dito de outra forma, pode ser utilizada em realidades concretas a partir do momento em que a luta argumentativa e o pensamento crítico estejam resguardados de constrangimentos e relações de poder habituais, considerando que os sujeitos suspendam seus interesses, mesmo que de forma temporária, em relação ao bem coletivo (Soares, 2019; Habermas, 1987).

A partir do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), por conseguinte, foi possível compreender os principais problemas vividos pelos moradores das comunidades quilombolas estudadas, bem como escolher as principais potencialidades de cada comunidade e compreender sobre aspectos de gestão para, então, poder elaborar uma proposta de roteiro turístico a partir das falas dos sujeitos e conhecimentos obtidos sobre as referidas comunidades.

Para isso, foi criada uma matriz de prioridades baseada na pesquisa realizada por Medeiros (2019) em que contemplava as seguintes questões que serviram para nortear a busca por solucionar os problemas das comunidades pesquisadas: 1. Quem somos? 2. O que temos? 3. O que queremos? 4. Como alcançar? (que contempla os seguintes questionamentos: Onde buscar? O que fazer?).

Cabe ressaltar que, diferentemente do que Medeiros (2019) realizou em sua pesquisa, utilizando a técnica do “novelo de lã” e oficinas, o que foi realizado na presente tese foi um grupo focal através das perguntas da matriz de prioridades em formato de roda de conversa com os principais representantes de cada comunidade quilombola, de maneira a permitir que todos os sujeitos - escolhidos por sua representatividade e papel sociocultural, bem como por sua disponibilidade, vontade e tempo, pudessem colaborar com o estudo em tela. Tendo sido, portanto, sujeitos escolhidos por conveniência, por representatividade e de forma intencional. Quando necessário, foram realizadas entrevistas de forma remota, ao considerar o contexto da Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e das regras vigentes para o distanciamento social.

Em complemento à referida roda de conversa, destaca-se a relevância da técnica de análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) utilizada que, segundo Lefèvre e Lefèvre (2003), para conseguir analisar a subjetividade das respostas e posicionamentos, com prioridade no pensamento coletivo, foram elaboradas

questões em roteiro de entrevista que guiou a pesquisa, culminando na apresentação dos resultados em capítulo futuro desta tese.

Cabe inferir que, para a elaboração do roteiro de entrevista, houve embasamento teórico no pensamento de Lefèvre e Lefèvre (2003) ao considerar que é necessário realizar perguntas abertas para determinados grupos de pessoas representativas da coletividade estudada, permitindo que tais indivíduos se expressem de maneira livre e produzam discursos que ilustrem o que tal comunidade vivenciou ou vivência, representando, portanto, o pensamento coletivo.

Pode-se afirmar, também, que através do Discurso do Sujeito Coletivo, os discursos não se reduzem nem se anulam a categorias unificadoras, mas permitem reconstruir discursos individuais que representam um fenômeno ou uma sociedade (Lefèvre & Lefèvre, 2003). Outrossim, para elaborar o Discurso do Sujeito Coletivo nesta tese, foi preciso realizar um trabalho analítico de ideias centrais existentes em cada discurso individual, possibilitando a união destas referidas ideias. Ainda de acordo com Lefèvre e Lefèvre (2003), o Discurso do Sujeito Coletivo resulta em um painel de discursos coletivos, relatados em primeira pessoa, mas que sugere a existência de um ser coletivo de discurso.

Diante de tudo o que foi supracitado, e como melhor forma de organizar a presente tese, optou-se por sequenciá-la da seguinte maneira: inicialmente, foi realizada a escrita da apresentação da temática como convite ao tema, expondo justificativa, questão problema, objetivos - geral e específicos, bem como breve explicação sobre as escolhas metodológicas. Sequencialmente, foram elaborados os tópicos do aporte teórico que deram sustentação a esta pesquisa, quais tenham sido: “2.1 Quilombos e resistência”, “2.2 Territorialidade e comunidades quilombolas”, “2.3 Identidade e subjetividade”, “2.4 Turismo, identidade e globalização”, “2.5 Produto turístico, marca e identidade de um destino turístico”, “2.6 Motivação cultural para a atividade turística” e “2.7 Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento”. Depois, foi escrito o tópico referente ao desenho metodológico do estudo, seguido do tópico de resultados e discussão, o qual foi subdividido em três subtópicos, a ilustrar os três objetivos específicos desta tese. Por fim, foram escritas as considerações (não) finais do estudo e pontuadas as referências utilizadas para o embasamento teórico da temática em tela.

2 FRAMEWORK TEÓRICO

2.1 Quilombos e resistência

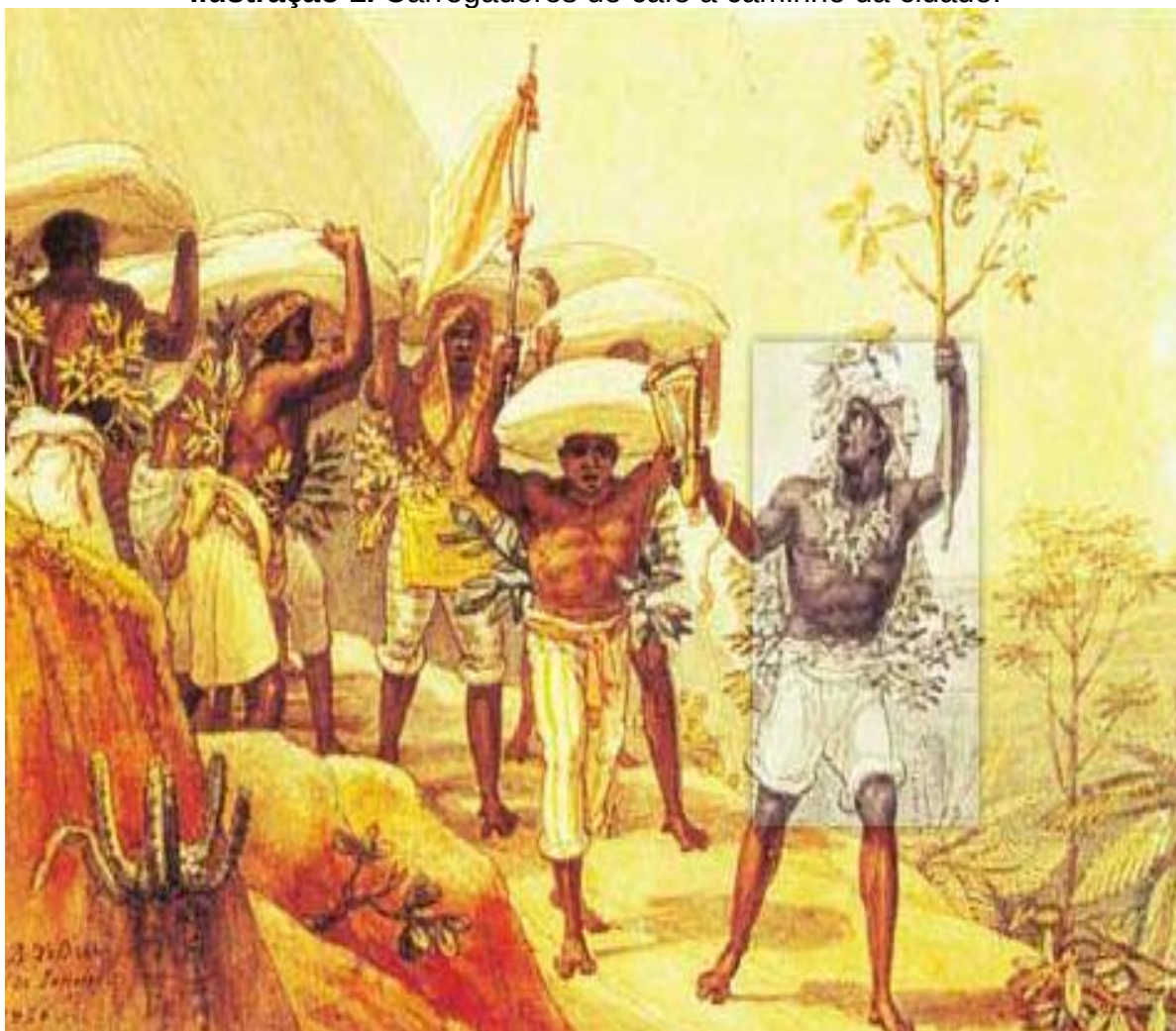
Contemplando aspectos e teorias que relacionam quilombos e a representatividade das lutas dos negros como simbologia de resistência, é pertinente destacar que a diáspora africana consiste na dispersão mundial de povos e de descendentes africanos em decorrência da escravidão e de diferentes processos de imigração. A palavra “diáspora” é de origem grega e significa “dispersão de um povo contra a sua vontade”. A diáspora africana abrange, por conseguinte, a história multicultural do atlântico, contemplando culturas de povos africanos, europeus e americanos (Ferreira, 2009).

O Brasil, diante das consequências ocasionadas pela escravidão dos negros africanos, se tornou a segunda maior nação de ascendência africana, representando a maior estatística por importação de africanos entre os séculos XVI e XIX, com um número aproximado de 4 (quatro) milhões de negros transportados de forma forçada (Anjos, 2014).

A realidade brasileira, ao que se refere aos negros escravizados, é produto de diáspora africana no decorrer de 4 (quatro) séculos, tornando-se uma das mais lucrativas e maiores atividades de comerciantes europeus, impossibilitando a quantificação exata de negros africanos retirados de sua terra para serem comercializados como mercadorias, incorporados de maneira injusta nas tarefas cotidianas dessa nova nação, com hábitos e costumes que negavam sua bagagem cultural (Anjos, 2011). A extensão deste processo colabora, então, para uma compreensão sobre o surgimento de uma sociedade em que há predominância de pensamentos e atitudes racistas diversas (Anjos & Cypriano, 2006).

Diferentes e múltiplos são os fatores que colaboraram para que a escravidão negra fosse lucrativa e efetiva. Alguns destes fatores podem ser destacados, como por exemplos: habilidade negra com a mineração, agricultura (Ilustração 1), construção e para trabalhar com peças de ferro, além de diversos outros conhecimentos que serviam de interesse econômico das nações colonizadoras (Silva & Silva, 2014).

Ilustração 1. Carregadores de café a caminho da cidade.

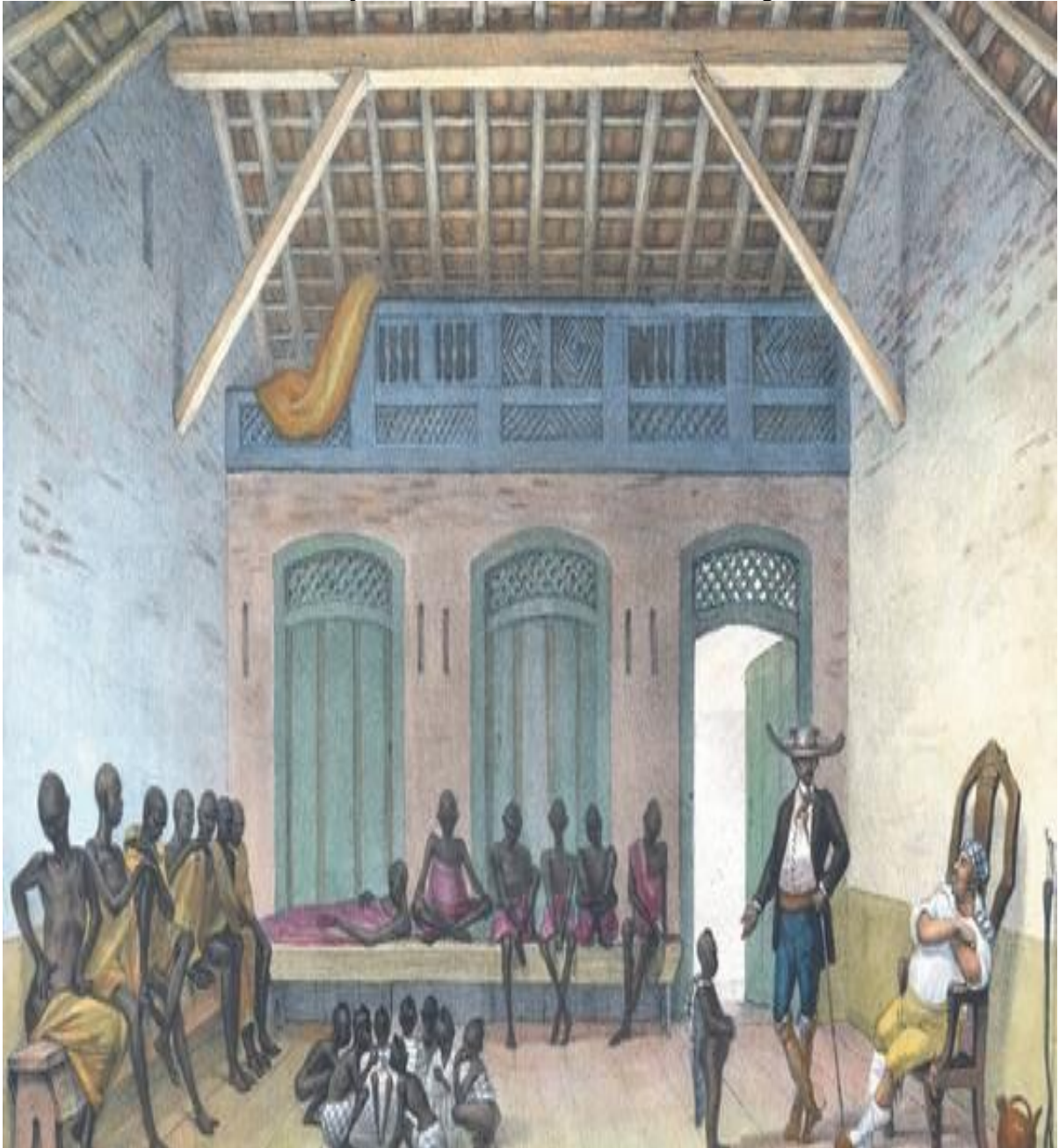


Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1826.

Para o novo mundo, a diáspora negra ocorreu forçadamente, havendo capturas em diferentes locais da África, na medida em que os negros eram retirados de suas famílias e transportados em navios sob condições sub-humanas, levados a terras distantes, sendo vendidos como mercadorias e obrigados a desempenharem atividades diversas em forma de cativo (Albuquerque & Fraga-Filho, 2006).

Sobre a comercialização de escravos, destaca-se a seguinte pintura histórica:

Ilustração 2. Mercado da Rua do Valongo.



Fonte: Jean-Baptiste Debret/Acervo da Fundação Biblioteca Nacional/Divisão de Iconografia, [1834-1839].

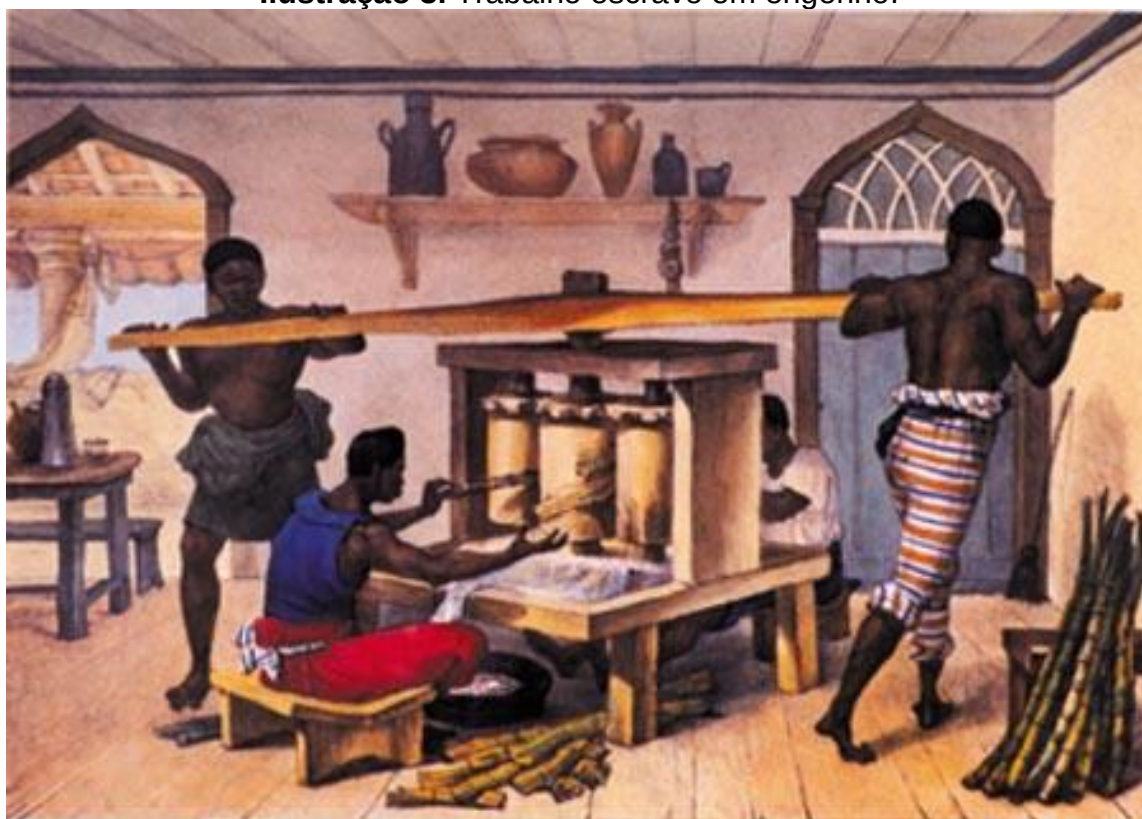
A Ilustração 2 mostra negros no “bazar onde se vendiam homens”, nas palavras de Debret. Outrossim, vale ressaltar que não só os negros eram escravizados, mas seus descendentes, e tal fato perpassou tanto pelo período colonial quanto pelo Império (Albuquerque & Fraga-Filho, 2006).

Os negros escravizados estavam nos campos, trabalhando de forma forçada em lavouras, criação de gado, engenhos (Ilustração 3), produções de

charque, minas, comércio (Ilustração 4), serviços domésticos e manuais (Ilustração 5), dentre outras atividades (Albuquerque & Fraga-Filho, 2006).

A Ilustração 3, por sua vez, foi finalizada em 1822 e representa cena que revela uma das rotinas dos negros nos engenhos de cana-de-açúcar. Sobre este período, cabe ressaltar que o escravo atuava em todo o processo, contemplando desde a etapa da derrubada das florestas para o plantio da cana, até a produção do açúcar. Além disso, é pertinente destacar que o uso da mão-de-obra escrava garantia uma maior margem de lucro aos senhores de engenho (Alves, 2016).

Ilustração 3. Trabalho escravo em engenho.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1822.

Ilustração 4. Negros vendendo galinhas e peru.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1820.

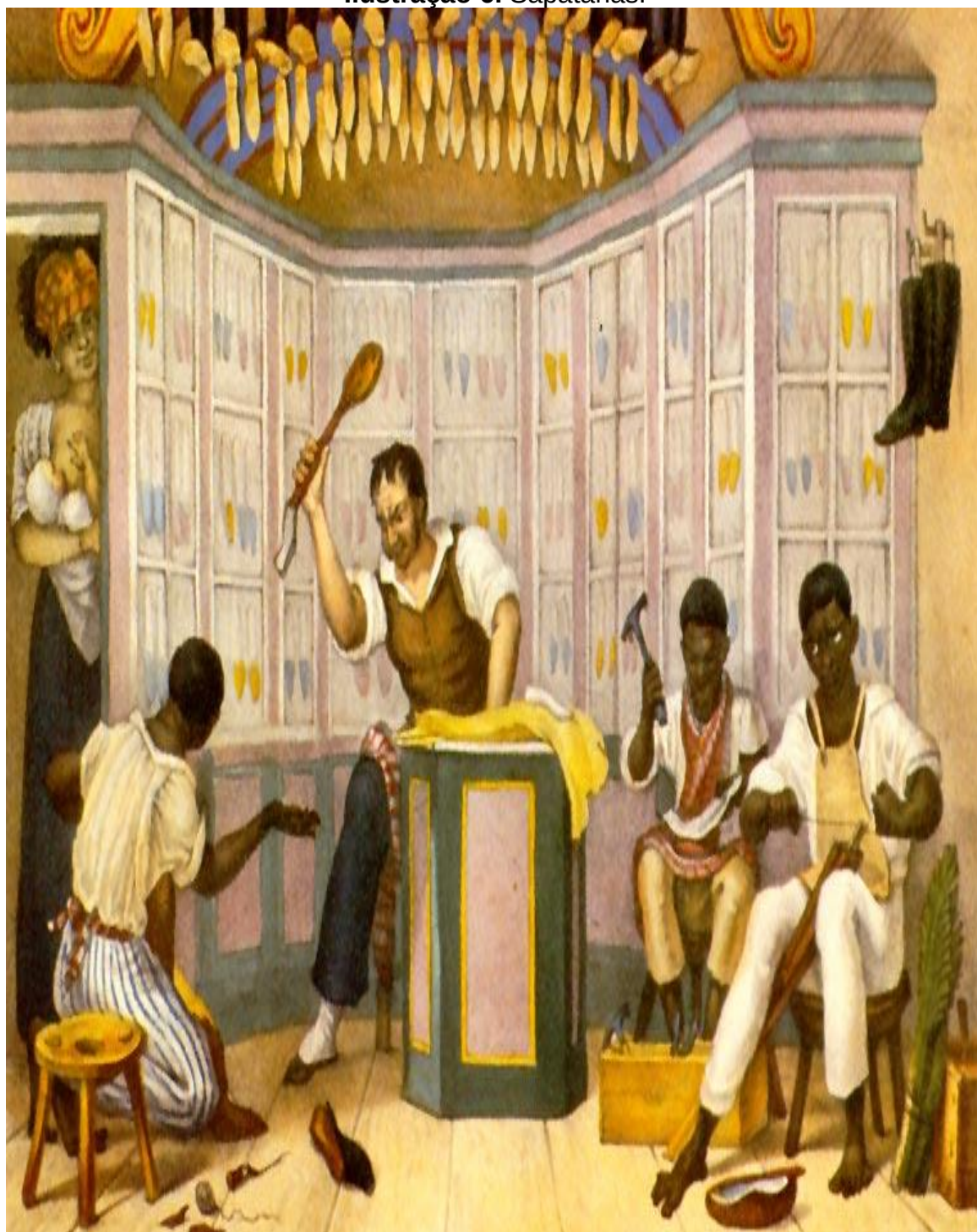
Ilustração 5. Um jantar brasileiro.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1827.

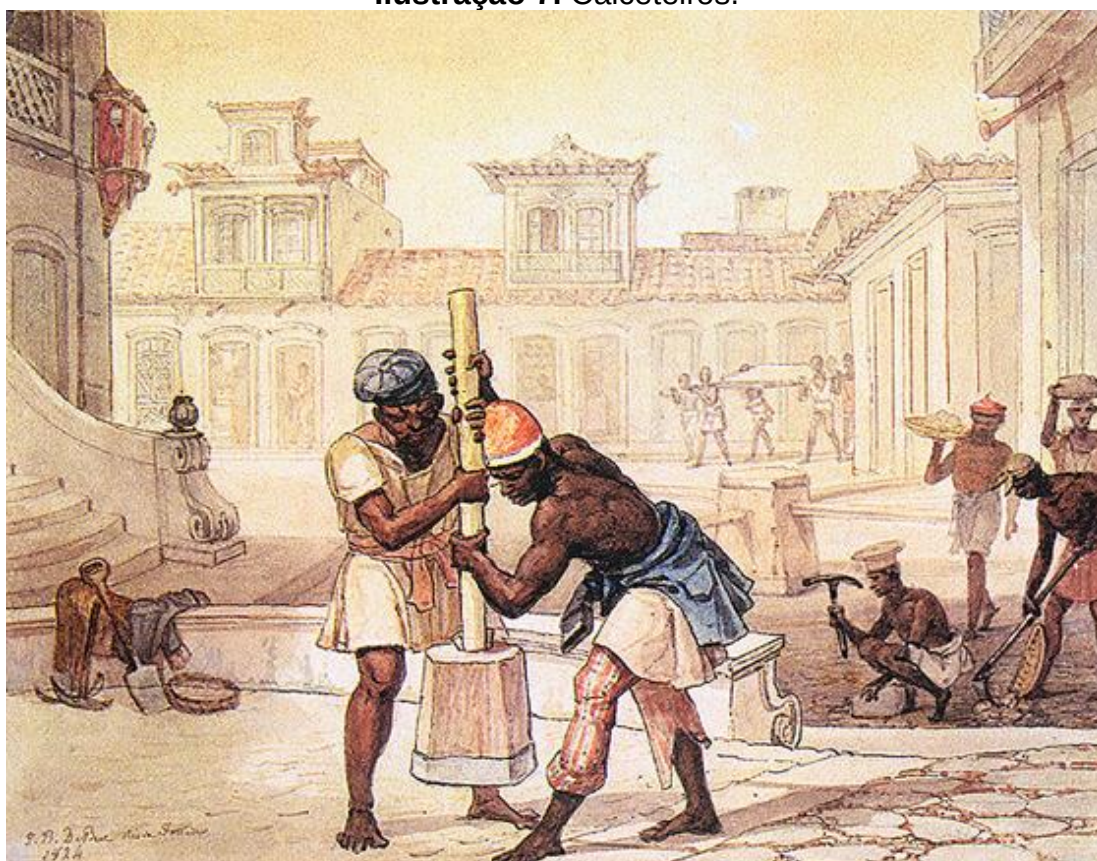
Nas cidades, os negros ficavam encarregados de transportar objetos pessoais e era a mão-de-obra em maior número na construção de pontes, casas, estradas, trabalhos em sapatarias (Ilustração 6), trabalhos como calceteiros (Ilustração 7), trabalhos domésticos (Ilustração 8) e demais serviços urbanos (Albuquerque & Fraga-Filho, 2006).

Ilustração 6. Sapatarias.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

Ilustração 7. Calceteiros.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1824.

Ilustração 8. Uma senhora de algumas posses em sua casa.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1823.

Os negros eram, ainda, subjugados a castigos físicos (Ilustração 9) e a punições desumanas (Silva & Silva, 2014).

Ilustração 9. Feitor castigando negros.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

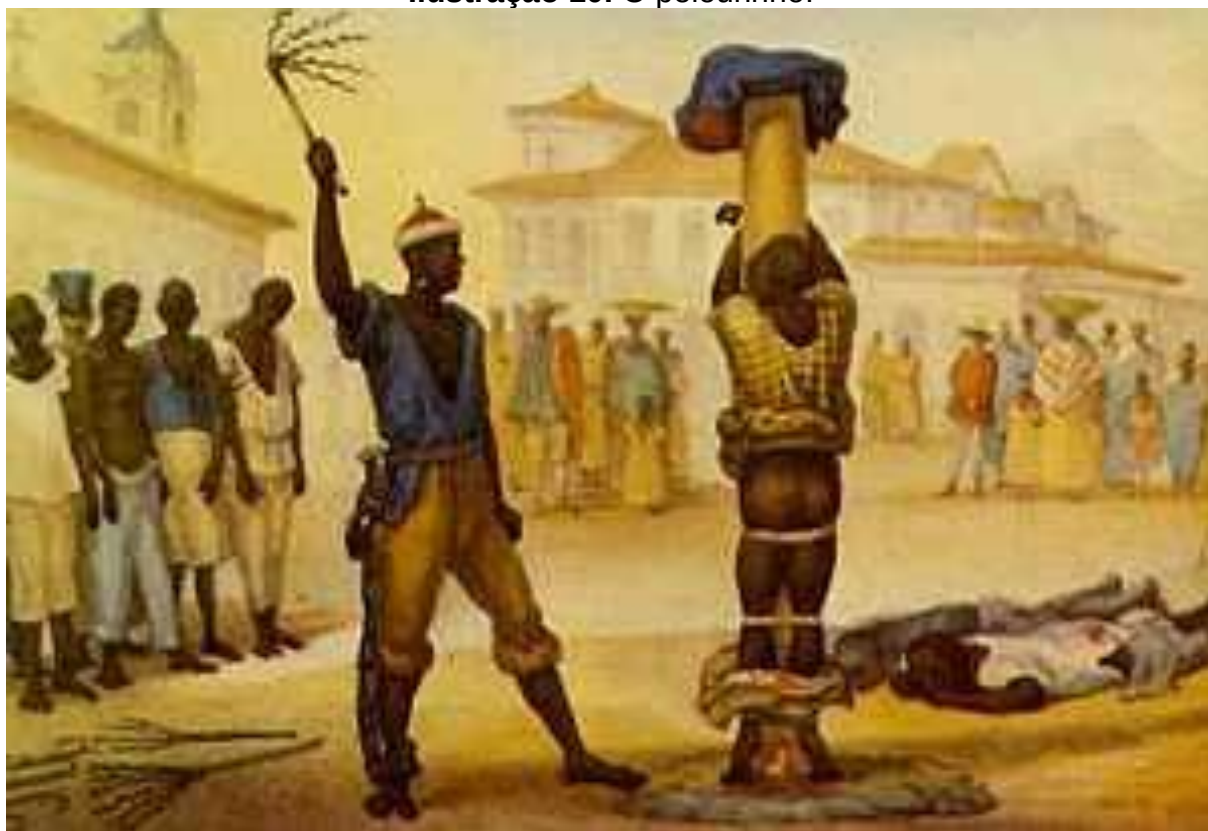
Funari (1996) destaca que os negros africanos foram submetidos a sacrifícios inomináveis e que a resistência negra à escravidão foi marcante para a história dos africanos na América. Reis e Gomes (1996), por sua vez, afirmaram que onde existiu escravidão também existiu resistência.

Mesmo sofrendo ameaças diversas, os negros escravizados negociavam espaços de autonomia ou desempenhavam de forma lenta os seus trabalhos, incendiavam plantações, agrediam os feitores e senhores, quebravam ferramentas e se rebelavam, seja individual ou coletivamente. Existia, também, a resistência marcada pelas fugas e formação de grupos pelos que conseguiam fugir. Contudo, nem toda fuga ocasionava a formação de um grupo, pois a fuga ocorria de forma individual ou coletiva (Reis & Gomes, 1996). E, essa resistência ocorreu de diferentes maneiras: os escravos resistiram, individual ou coletivamente; com existência de violência (Ilustração 10); bem como, com opressão dos feitores -

fugindo e indo para quilombos na tentativa de recomeçar a vida. Vainfas (2000) considera quilombos, então, como grupos que continham mais de seis escravos que se uniram para se defender.

A Ilustração 10, intitulada de “O Pelourinho” de Debret, é datada de 1835 e retrata o recorrente uso da violência com o negro. Na imagem, mostra-se punição de um negro através da chibatada. Tal punição era realizada na presença de demais negros como uma forma de discipliná-los para evitar que outros erros ocorressem. Contudo, cabe ressaltar que nem sempre contemplava este efeito esperado em relação à disciplina, tendo em vista que tais punições faziam aumentar, ainda mais, o ódio dos escravos por seus senhores e, por muitas vezes, refletia em rebeliões (Alves, 2016).

Ilustração 10. O pelourinho.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

O termo “quilombo” possui origem banto, que significa “fortaleza” e foi utilizado pelos portugueses para designar comunidades de escravos que fugiram de cativeiros. No Brasil, também são chamados de mocambos, arranchamentos, quilombolas ou mocambeiros (Silva & Silva, 2014). Pode-se destacar, também, que

vários autores usam termos diversos para representar grupos quilombolas, quais sejam alguns exemplos: comunidades quilombolas, comunidades negras rurais, territórios quilombolas, terras de santo, quilombos contemporâneos, territórios do povo negro, territórios de pretos ou comunidades remanescentes de quilombos (Ratts, 2000 e 2003; Anjos, 2004; Pereira & Oliveira, 2019).

Haesbaert (2001) destaca que os territórios quilombolas poderão ser compreendidos por meio da discussão em que considera a materialização das múltiplas relações de poder, sejam materiais ou simbólicas. Ainda de acordo com o referido autor, existem duas vertentes para compreender o território: a primeira vertente é a jurídico-política, em que o estado atua como instrumento de ordenamento das relações de poder e do território como espaço onde as políticas públicas se materializam. A segunda vertente é a culturalista, a qual é estudada a partir da ligação afetiva e simbólica de um determinado grupo com o seu espaço vivido (Pereira & Oliveira, 2019).

Comungando com a ideia apresentada por Haesbaert (2001), Albagli (2004) considera que o território pode adquirir significados diferentes a partir de múltiplas dimensões, quais sejam: física, sociopolítica, simbólica e econômica, a depender da sua formação socioespacial (Pereira & Oliveira, 2019). No contexto brasileiro, pode-se destacar que grupos quilombolas receberam a nomenclatura de mocambos e tornaram a ser chamados de quilombos, a partir de 1559 (Theodoro, Moraes & Gomes, 2016; Pereira & Oliveira, 2019).

Embora existam as terminologias supracitadas, os termos “remanescentes de quilombos”, “quilombos” ou “remanescentes quilombolas”, são categorias jurídicas usadas pelo Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, contemplando elementos para titulação das terras e identificação, com destaque para os seguintes fatos: relações territoriais específicas, trajetória histórica própria e ancestralidade negra com relações diretas com o período escravocrata (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2017; Pereira & Oliveira, 2019).

Muitos foram os quilombos e eles não eram homogêneos, variando: lugar, população, tamanho, maneira de se organizar, papéis diferentes e integrantes diversos, todos compondo o chamado “sistema brasileiro de escravidão” (Ramos,

1996). Sobre os negros, sua cultura e seus rituais, destacam-se as ilustrações a seguir:

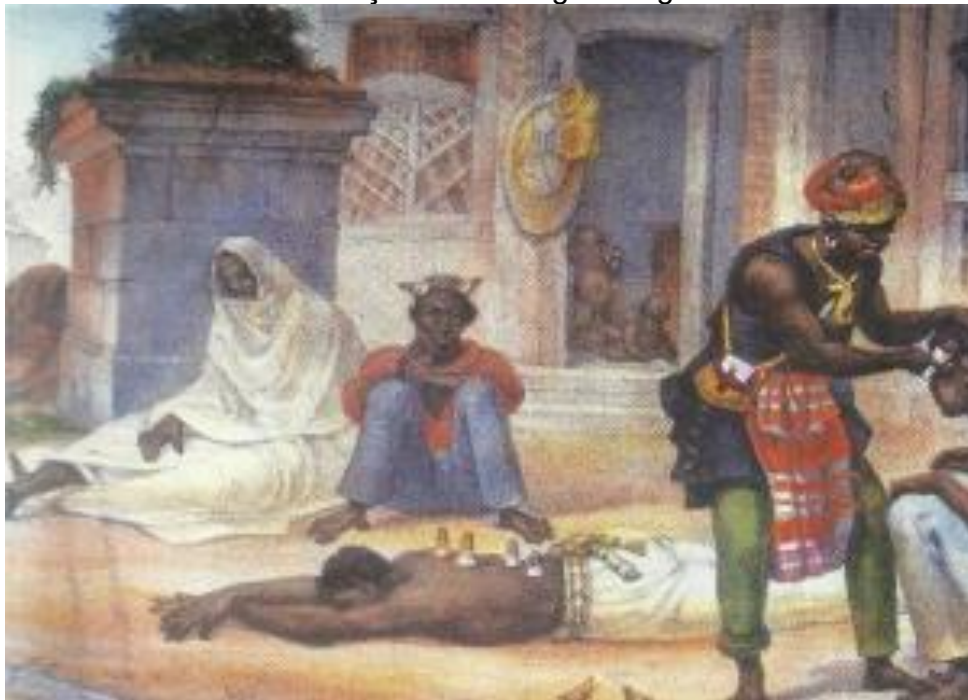
Ilustração 11. Momento festivo dos negros.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1826.

Ao considerar a obra acima, afirma-se que ela ilustra um dos momentos festivos dos negros. O autor, Debret, procurou retratar a cultura e os seus rituais. Sobre estes rituais, é válido inferir que este tipo de manifestação cultural dos negros refletia uma alternativa para diminuir um pouco da saudade do seu continente, de suas raízes. Relatos afirmam que muitos negros adoeciam a alma de tanta tristeza por saudade de seus entes e pelo sofrimento que os seus senhores os provocavam, sendo acometidos por uma doença chamada “Banzo” (Alves, 2016).

Ilustração 12. Cirurgião negro.



Fonte: Jean-Baptiste Debret, 1835.

Ao considerar a ilustração anterior, destaca-se - como outro elemento da cultura africana - a tradição dos curandeiros, os quais tratavam das feridas dos escravos após sofrerem maus-tratos de seus senhores, sendo estes curandeiros bastante respeitados entre os negros.

Sob a perspectiva étnica, a experiência quilombola³ brasileira foi composta por africanos de diferentes regiões, refletindo nas formas de organização, nas estratégias de ocupação territorial e na multiplicidade das culturas. Condições de composição racial⁴ foram combinadas a variáveis que envolviam o período de desenvolver ações militares e políticas contrárias, na medida em que cada quilombo possuiu sua particularidade para formação (Silva & Silva, 2014).

Os escravos que foram trazidos para o Brasil pelos portugueses, vieram de duas regiões da África. “Da região de Moçambique, congo e angola vieram os bantos -importante grupo étnico das regiões Centro-sul e Nordeste da África. É válido destacar que tais regiões foram conquistadas pelos portugueses, ainda no século XV” (Ramos, 1994, não paginado).

³Há indicativos de que quilombos não abrigavam, apenas, africanos. Mas, também, crioulos (nascidos na América portuguesa), mestiços (pardos, cabras, mulatos), índios e até brancos pobres.

⁴De acordo com Wade (1997), “as ‘raças’ existem como categorias sociais de grande tenacidade e poder” (Oliveira & Monsma, 2014, p. 6).

Além disso, destaca-se que os portugueses também trouxeram para o Brasil negros oriundos da Nigéria, Guiné e Costa do ouro. Tais negros faziam parte do grupo étnico conhecido como sudaneses, os quais predominavam na costa centro-oeste da África (Ramos, 1994). Destarte, vale ressaltar que, “embora africanos, esses 2 (dois) grupos étnicos possuíam diferenças: culturais, religiosas, linguísticas e, até mesmo, de características físicas” (Ramos, 1994, não paginado).

Ramos (1996) destaca, também, que os quilombos funcionavam como “ímãs” para atrair escravos ou pessoas livres que trabalhavam em senzalas. O quilombo ou comunidade de escravo fugido existiu e colaborou com elementos sociais e que agregavam negros de diversos locais, contemplando diversidade cultural e étnica significativa. E, dependendo do lugar em que se fixava cada grupo, diferentes formas de sobrevivência foram realizadas, a depender da experiência e alternativa que cada grupo possuía (Silva & Silva, 2014).

Na medida em que foram construídos por escravos fugidos e se configuram na mesma simbologia de expressão de resistência e rebeldia, os quilombos se tornam semelhantes, mesmo existindo suas peculiaridades. São diferentes quando consideramos seu período de formação, os mecanismos de sobrevivência, sua região de ocupação e sua configuração histórica e cultural (Guimarães, 1996).

Neste contexto, ressalta-se que o quilombo de maior representatividade na história brasileira foi o “Quilombo de Palmares”, o qual é considerado - até a atualidade, como símbolo de resistência. No período colonial, era motivo para as autoridades sentirem preocupação, na medida em que o referido quilombo representou esperança de uma liberdade no imaginário dos escravos (Silva & Silva, 2014).

Assim como Palmares, outras formações comunitárias de resistência assustaram autoridades coloniais e metropolitanas, proporcionando mudanças ao que se refere a repressões e escravização (Gomes, 2008). Repressão, destruição, perseguição e vigilância marcaram a história da formação de quilombos (Silva & Silva, 2014). Tais quilombos nem sempre eram vistos de forma positiva, causando medo em algumas pessoas (Gomes, 2008). Para além disso, muitos “donos” de escravos os acusavam de causarem prejuízos econômicos, denominando-os de ladrões e violentos ao construírem tocaias para feitores (Silva & Silva, 2014).

Os senhores de escravos também reclamavam afirmando que suas propriedades eram locais de saqueamento (Funari, 1996). Tais reclamações tinham variações e fez surgir guerras contra quilombos, ocasionando destruição de acampamentos, bem como deixou populações amedrontadas com os quilombolas (Souza, 1996). O Quilombo de Palmares, por sua vez, foi destruído na segunda metade do século XVII e seu líder foi executado após captura, tendo sua cabeça exposta publicamente (Funari, 1996).

Por muito tempo, os quilombos foram perseguidos e destruídos. Os que sobreviveram às perseguições, ficaram vivendo à margem da sociedade (conceito amplamente debatido em obras de Bourdieu), necessitando elaborar novas formas de lutas e resistência (Silva & Silva, 2014) - o que também remete ao conceito de “sociedade marginal”, privando pessoas de direitos e acesso a elementos de liberdade como: saúde, educação, moradia, trabalho, renda, conhecimento e participação política, dentro outras formas de privações. Cabe ressaltar, também, que existiram e existem os que afirmam que nunca existiu escravidão nem escravidão em quilombos.

Já ao que se refere às conquistas de lutas quilombolas, destaca-se a inserção das demandas territoriais na Constituição Federal de 1988 como fruto das lutas do “Movimento Negro Unificado”. De acordo com o Artigo de número 68 da Constituição, foi reconhecida a propriedade definitiva, cabendo ao estado emitir os títulos respectivos aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras (Brasil, 1988). Destaca-se, também, que no ano de 2003 - quando da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi promulgado o Decreto de número 4.887, o qual atribuiu ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à Fundação Cultural Palmares (FCP) a responsabilidade de realizar procedimentos de identificação, delimitação, reconhecimento, demarcação, bem como titulação de terras quilombolas (Pinto, 2012; Pereira & Oliveira, 2019). Sobre a libertação dos escravos, destaca-se a seguinte pintura histórica:

Ilustração 13. Libertação dos escravos⁵.



Fonte: Pedro Américo, 1889.

Os escravos libertos não tinham direito de acesso a escolas, a empregos e a terras. De acordo com Carvalho (2003), muitos “ex-escravos” voltaram para as antigas fazendas e passaram a trabalhar por baixos salários, fazendo perpetuar a ideia de escravidão. Assim, a libertação dos escravos não proporcionava a efetiva igualdade e liberdade, tendo sido afirmada na lei, mas negada na realidade vivida. Sobre as leis abolicionistas decretadas entre 1850 e 1888, destaca-se que a legislação que promovia a emancipação dos escravos de maneira gradual foi aprovada entre a “Lei Eusébio de Queirós (1850) e a Lei Áurea (1888). As leis aprovadas nesse período foram: a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos

⁵ Trata-se de uma visão alegórica e romantizada da abolição da escravatura, que, como sabemos, não resolveu a questão da presença dos libertos e livres, no período pós-1888, na sociedade brasileira.

Sexagenários (1885). Ambas se originaram da movimentação dos abolicionistas, assim como da reação de escravocratas” (Silva, 2020, não paginado).

Neste prisma, Gomes (2008) afirma que a sociedade brasileira permanece desigual, principalmente ao que se refere ao preconceito⁶ racial⁷. Sobre isso, é pertinente destacar que, enquanto “a violência contra pessoas brancas se mantém estável, a taxa de homicídio de pretos e pardos aumentou em todas as faixas etárias” (Nitahara, 2019, não paginado). Entre 2012 e 2017, “houve aumento da taxa de homicídios por 100 mil habitantes da população preta e parda, ultrapassando de 37,2 para 43,4. Para a população branca, esse indicador se manteve constante no tempo, em torno de 16” (Nitahara, 2019, não paginado).

Mesmo diante das diversas dificuldades supracitadas, pode-se destacar que estes locais de resistência quilombola perpassou o tempo e os desafios, na medida em que seus descendentes persistiram na resistência em terras de seus ancestrais. Os referidos espaços se constituíram em representações coletivas e resistiram, cultural e fisicamente, passando a ser reconhecidos como comunidades remanescentes de quilombos (Silva & Silva, 2014). Cabe inferir, ainda, que esse reconhecimento se deu a partir da Constituição de 1988. Contudo, não é suficiente para proporcionar - a esses grupos - a dignidade, se fazendo necessário que sejam subsidiadas condições de vida que assegurem liberdade de escolha, bem como garantias para uma vida digna (Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2018).

2.2 Territorialidade e comunidades quilombolas

Os quilombos são elementos fundamentais para a história brasileira e se constituem como espaços de resistência cultural. Como destacado anteriormente, alguns os definem como comunidades remanescentes de quilombo, espaços em que vivem quilombolas nos mesmos locais em que moraram seus antepassados, buscando manter seus fazeres, saberes e traduções, colaborando para a (re)construção da chamada “identidade étnica” (Silva & Silva, 2014).

⁶Link e Phelan (2001, p. 371) afirmam que 'as pessoas são estigmatizadas quando são rotuladas e ligadas a características indesejáveis, dando-lhes uma experiência de perda de status e discriminação'. Essa estigmatização, ainda de acordo com os autores, é uma condição incerta de acesso ao poder social, econômico e político e resulta na identificação das diferenças e na criação de estereótipos, com uma separação das pessoas rotuladas que pode culminar em rejeição, exclusão e discriminação" (Oliveira & Monsma, 2014, p. 6).

⁷Miles (1993) afirma que o discurso 'racializado' pode atribuir atributos negativos, positivos, ou ainda ambos" (Oliveira & Monsma, 2014, p. 7).

Nesta perspectiva, a Constituição Federal de 1988 contempla sobre a política de reconhecimento dos remanescentes das comunidades dos quilombos, introduzindo o debate para os interessados em realizar uma reflexão crítica sobre possibilidades e limites de interlocução entre o conhecimento antropológico e o conhecimento jurídico, na busca pela defesa de grupos sociais com direitos garantidos por lei. Neste prisma, o desafio consiste em produzir uma problematização de categorias jurídicas que surgiram com caráter genérico (Chagas, 2001).

Neste contexto, é pertinente destacar que foi a partir da Constituição Federal de 1988 que foi possível refletir sobre a existência de políticas públicas com interesses direcionados para o reconhecimento dos remanescentes (Brasil, 1988). Cabe considerar, também, que foram elaboradas 6 (seis) constituições antes desta, mas com ideologia distinta e pré-declaração universal dos direitos humanos. Sendo, então, a Constituição de 1988 diferenciada - no tempo e espaço.

Os quilombos foram reconhecidos no Brasil desde o período colonial pela sua formação africana e por sua resistência ao sistema de escravidão. Os quilombolas se organizaram de formas diversas, mas ambos com o mesmo desejo: rejeitar o sistema escravocrata (Carvalho & Lima, 2013). Neste sentido, afirma-se que ainda há muito a ser regulamentado, pois mesmo sendo a Constituição Federal de 1988 revolucionária, cidadã e de caráter humanitário, ela também é abstrata e genérica. Outrossim, a lei que criminaliza o racismo⁸, o estatuto da promoção da igualdade e o reconhecimento do remanescente quilombola também representam exemplos dessas regulamentações.

Enquanto categoria histórica, o quilombo possui significado basal, seja no tempo seja como objeto de reinterpretação jurídica, podendo ser utilizado para legitimar reivindicações por território ancestral pelos denominados remanescentes quilombolas (Marim & Castro, 2004). Os conflitos sociais relacionados com o interesse pela terra tornaram-se herança histórica, tendo sido marcados por conflitos indígenas, mobilizações camponesas e politização da terra pelos remanescentes (Moraes, 1999; Pereira & Oliveira, 2019).

⁸Fredrickson (2002) [...] estabelece que o conceito de racismo tem dois componentes: diferença e poder e origina-se de uma mentalidade que considera 'eles' como diferente de 'nós', de maneira que essas diferenças são permanentes e intransponíveis. Esse sentimento de diferença fornece um motivo para usar uma vantagem poderosa de tratar etno-racialmente o outro de maneira cruel ou injusta" (Oliveira & Monsma, 2014, p. 5).

O reconhecimento e preservação das terras quilombolas é desafio em que os remanescentes enfrentam em diversos estados brasileiros (Silva & Silva, 2014). O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira, através do Artigo 68, busca legalizar os direitos das comunidades que ainda ocupam as chamadas “terras de quilombos” (Sundfeld, 2002).

As comunidades remanescentes de quilombo, por sua vez, lutam para serem reconhecidas como quilombolas e pela demarcação de terras que são suas por direito – constituindo, pois, uma de suas maiores lutas. Além disso, na busca por demonstrar que seu espaço geográfico é um local de resistência cultural, seguem procurando usufruir da lei e da política de valorização (Silva & Silva, 2014).

Todavia, narrativas simplificadoras procuram reduzir a complexidade do processo diversificado na formação de quilombos, os quais não só foram resultados de resistência à escravidão, quanto perderam seus domínios de suas propriedades (Carvalho & Lima, 2013). A busca pela garantia de acesso à terra remete a uma urgência do redimensionamento dos conceitos de luta e de resistência (Schmitt, Turatti & Carvalho, 2002) contemplando diversas situações de ocupação territorial para os quilombolas (Carvalho & Lima, 2013). Contudo, as lutas destes grupos não se resumem apenas aos espaços, à terra, mas por dignidade. Sobre isso, destaca-se que não adiantou terem sido criadas lei abolicionistas se aos africanos e seus descendentes não lhe foram assegurados: dignidade, condições humanas de vida, espaço para trabalho digno, acesso à educação emancipadora e mercado de trabalho formal, por exemplos.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que os quilombos são territórios de resistência cultural, sendo compostos por grupos étnicos raciais remanescentes que se identificam. Possuem, ainda, trajetória própria e relações territoriais específicas, com ancestralidade negra que lutam contra opressão e preconceito, e que procuram preservar suas tradições, costumes e características culturais que os distinguem da coletividade nacional (Brasil, 2004).

Por outro ângulo de observação, é possível considerar a discussão da democracia racial de Gilberto Freyre, o qual considera exatamente o contrário do que foi supracitado. Para ele, por sermos miscigenados, somos todos iguais e não

há racismo⁹. Desta feita, tal pensamento remete ao fato de que é basal considerar os aspectos da luta por direitos e, até mesmo, realização do turismo nesses espaços.

O significado de “quilombo” não conceitua, na contemporaneidade, sobre espaços de negros fugitivos, mas os que surgiram a partir das ocupações de terras de fazendas escravistas, terras doadas a escravos libertos e de terras devolutas (Anjos & Cypriano, 2006). Arrutti (2002) destacou que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) procurou repensar o conceito de “quilombo” ao sugerir que realizassem uma ressemantização da palavra e retomassem aos estudos relacionados aos remanescentes de escravos (Silva & Silva, 2014).

Ao que concerne à caracterização dos remanescentes das comunidades como quilombolas, destaca-se o artigo sétimo, datado de 24 de março de 2004, da Instrução Normativa de número 16 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o qual determina que a autodefinição passaria a ser demonstrada por meio de simples declaração escrita comunitária sobre sua trajetória histórica, ancestralidade negra, opressão, costumes, cultos e resistências. A Lei de número 9.649 de 1998, por sua vez, tratou da delimitação de terras quilombolas e determinou suas demarcações homologadas por meio de decreto, sendo este um dos maiores desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas – a delimitação de terras (Silva & Silva, 2014).

Em 20 de novembro de 2003, foi assinado pelo então Presidente da República brasileiro - Lula, o Decreto de número 4.887, que regulamentava o processo para reconhecimento, identificação, demarcação, delimitação e obtenção de títulos territoriais de comunidades remanescentes de quilombos (Silva & Silva, 2014).

Existiu, ainda, a existência de quilombos em área da casa-grande (Almeida, 2002). A exemplo desta afirmação, existiu o “Quilombo Frechal”, localizado no estado do Maranhão, ficando distante da casa-grande por, aproximadamente, 100 metros. A noção de quilombo não estava restrita às fugas em massa ou por ser considerado como refúgio para escravos, mas estava relacionada com a formação de povos que procuravam realizar uma produção livre e autônoma, com um

⁹[...] racismo é a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhada por representações e ideologias que depreciam o povo subordinado, servindo para justificar exploração ou exclusão material" (Monsma, 2017; Oliveira, 2021b, p. 221).

pensamento de cooperação (Carvalho & Lima, 2013). Não obstante, é perspicaz afirmar que existiu escravidão dentro dos próprios quilombos.

Little (2002), por sua vez, enfatiza que, em muitos momentos de formação dos quilombos, a apropriação e influência mútua dos envolvidos permitiram o surgimento de territórios autônomos no interior de colônias.

A identidade quilombola está relacionada ao território, à ancestralidade, às práticas culturais e às tradições, onde o território e a identidade estão indissociáveis (Almeida, 2002; Carvalho & Lima, 2013). Neste contexto, a territorialidade também pode ser compreendida como o esforço coletivo para ocupação, uso, controle e identificação de seu ambiente convertido em território (Little, 2002; Haesbaert, 2004a; Carvalho & Lima, 2013). A territorialidade assume, então, influência dos diversos e diferentes grupos sociais que formaram identidades¹⁰ ao longo de seu processo histórico, relações sociais e transformações (Haesbaert, 2004a; Carvalho & Lima, 2013).

Destaca-se, também, que o território é decorrente de procedimentos de territorialidade de determinado povo, envolvendo suas formas de dominação bem como suas apropriações subjetivas, simbólicas e culturais (Haesbaert, 2004a; Carvalho & Lima, 2013). Destarte, a multiplicidade brasileira de relações territoriais ocasionou relações de utilização comum de recursos naturais, com destaque para as comunidades tradicionais - quilombolas, indígenas, caiçaras, pescadores, seringueiros, sertanejos, entre outras organizações sociais (Carvalho & Lima, 2013).

Além disso, destaca-se que a origem da denominação e estudos sobre da territorialidade brasileira está relacionada com a expansão de fronteiras, contemplando uma conduta territorial de grupos estrangeiros contra os grupos tradicionais. Outrossim, o processo de territorialização está vinculado a diferentes períodos de expansão das fronteiras brasileiras e a região geográfica usada para extração de recursos (Carvalho & Lima, 2013).

Por vezes, a conduta territorial foi acompanhada por resistência e conflitos de povos em diferentes perspectivas de expressão territorial. Tais povos lutavam para ter direito a terras e por ressignificação de valores simbólicos e

¹⁰French (2009) afirma que as identidades também estão interligadas às práticas culturais e as disposições legais, ou seja, as leis também podem desempenhar um papel no estabelecimento de novas categorias e possibilidades, assim como na conformação das identidades das pessoas que são afetadas pela lei" (Oliveira & Monsma, 2014, p. 5).

culturais (Carvalho & Lima, 2013). O conceito de multiterritorialidade de Haesbaert (2004a), por sua vez, relata sobre a complexidade dos processos de territorialidade de diferentes povos, o qual emerge de uma ideia simplificada sobre homogeneização cultural e globalização, atrelados ao conceito de desterritorialização (Carvalho & Lima, 2013).

A desterritorialização está relacionada, então, com a dificuldade de reconhecimento da (multi)territorialização na vida das comunidades, precisando ser percebida através de suas políticas inovadoras (Haesbaert, 2004b). Haesbaert (1994; 2004b), considera que o que existe, na verdade, é um processo de (re)territorialização espacial de forma descontínua e complexa, que envolvem povos com complexa multiterritorialidade.

Existe, neste prisma, uma territorialidade específica para as comunidades quilombolas, sendo um dado etnográfico comum nas mais diversas situações geográficas e históricas destas referidas comunidades (Arruti, 2008; Carvalho & Lima, 2013). De acordo com Almeida (2002), essa territorialidade não está relacionada com terras coletivas, nem a terras comunais. O que existem são terras de uso comum marcadas pela diversidade de apropriações de uso de seus recursos naturais, com diversas formas de uso e apropriação de terras. Estas referidas terras coletivas contemplam unidade familiar, com base no trabalho coletivo e que incorpora formas de cooperação entre as outras famílias (Carvalho & Lima, 2013).

A territorialidade funciona, de determinada forma, como um fator de identificação, defesa e força (Almeida, 2004). A territorialidade dos quilombos está relacionada com o uso comum recursos e marcada pelas relações familiares. Contudo, nem sempre as instâncias de poder e invisibilidade jurídica da territorialidade foram respeitadas em comunidades quilombolas (Carvalho & Lima, 2013). De acordo com Arruti (2008), a ressemantização pode ser caracterizada pela resistência cultural e construção de uma cultura negra brasileira, baseada em sua formação antropológica e por sua história.

Retomando o que já foi mencionado anteriormente, destaca-se que o termo “remanescentes” está relacionado com “aquilo que fica”, representando as comunidades que subsistiram (sobreviveram) dos quilombos antigos (Carvalho & Lima, 2013). Nada obstante, nem sempre passaram a existir através de uma

referência histórica comum, mas por suas vivências e valores partilhados (Associação Brasileira de Antropologia, 1994).

A ocupação da terra não era realizada em lotes individuais, mas predominava o uso comum, obedecendo o período de sazonalidade de atividades agrícolas ou extrativistas, sendo caracterizado por diferentes maneiras de utilização e ocupação do espaço, seja por parentesco ou proximidade de moradia, seja pelas relações de reciprocidade e solidariedade (Associação Brasileira de Antropologia, 1994).

É preciso, nesta perspectiva, compreender sobre as diversas relações existentes em diferentes situações de repressão e violência, bem como sobre estratégias de sobrevivência e suas relações atuais. Assim, pode-se afirmar que não existem categorias fixas e excludentes de existência de casos reais, na medida em que os procedimentos de denominação surgem nestas comunidades (Carvalho & Lima, 2013). Para além disso, os documentos e estudos revelam histórico de invisibilidade através de dispositivos legais voltados para apropriação de recursos naturais para uso comum dos quilombolas.

A Lei de Terras (a Lei número 601, de 18 de setembro de 1850), por sua vez, dificultou para que povos tradicionais não tivessem acesso às terras de forma legal (Carvalho & Lima, 2013).

Cem anos após a abolição, através da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi escrito o primeiro instrumento legal sobre direitos sobre a terra por parte de quilombolas, qual tenha sido: o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), mencionado anteriormente (Arruti, 2008). Contudo, o referido artigo beneficiou os casos concretos de formação das comunidades quilombolas (Carvalho & Lima, 2013).

Almeida (2002) destaca que os negros passaram a ter visibilidade nas primeiras associações voluntárias e através de identidades coletivas que demonstravam pertencimento a grupos sociais que compunham movimentos quilombolas de abrangência nacional. Considerando as mobilizações étnicas, o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” vem se resignificando e contemplando diferentes tipos de territorialidades etnicamente construídas e que revelam diversidade de existência coletiva de diferentes grupos sociais (Almeida, 2004; Pereira, 2008; Carvalho & Lima, 2013).

A demarcação de terras no Brasil, por sua vez, consiste em um assunto controverso que está sujeito a oscilações subordinadas e disputas por forças e representações políticas, bem como por interesses em recursos naturais de grupos privados. Pressões e movimentos possibilitaram a conquista do reconhecimento dos direitos quilombolas, mas ainda requer muitas lutas para que a tradução do reconhecimento seja efetivo (Carvalho & Lima, 2013).

O fortalecimento e as reivindicações são indispensáveis para a consolidação de conquistas e superação de barreiras políticas existentes nas leis do Brasil (Carvalho & Lima, 2013). Uma das formas encontradas por várias comunidades é o turismo. Neste sentido, Salgado e Santos (2012) destacam que a rede do turismo mundial reflete na condição dos lugares e no processo constitutivo da atividade turística enquanto fenômeno socioeconômico e culturalmente geografizado, responsável por promover novos espaços e novas dinâmicas socioculturais.

Por vezes, o turismo reflete visões agressivas, de dependência e de estímulo à realização de uma atividade massificante. Em outros momentos, ele evidencia processos socioculturais baseados na inovação, inteligência e responsabilidade social alicerçada pelos conceitos entrelaçados com as questões e estudos sobre sustentabilidade e desenvolvimento responsável (Santos & Salgado, 2012; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Diante disso, pode-se afirmar que o turismo massificado consiste na realização de atividades em que um grande número de pessoas participa, sem considerar a capacidade de carga do local, ocasionando impactos que, por muitas vezes, refletem de maneira negativa no local. Geralmente, está relacionado com o conceito tradicional de que o turismo é uma atividade econômica de geração de emprego e renda, que não precisa ser compreendido através da perspectiva sociocultural e política.

Nesta perspectiva de pensar o turismo como atividade que requer planejamento e direcionamento das ações com vistas a minimização dos impactos negativos, destaca-se que, para Bahl (2004), a diversidade étnica originada pelas

imigrações brasileiras contribuíram para deixar marcas na vida nas comunidades tradicionais brasileiras (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Neste prisma, o histórico quilombola no Brasil pode ser refletivo e discutido a partir do movimento das dinâmicas territoriais geográficas em que foram evidenciados processos de segregação racial e espacial, bem como houve exclusões sociais e fragmentação histórica das diferenças de um povo (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Nesta perspectiva, o turismo étnico passa a se afirmar como uma possível alternativa em oposição à existência do turismo massificado, em que prepondera o consumo exagerado de culturas locais (Silva & Carvalho, 2010; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Para Rodríguez (1997), é preciso considerar que a dimensão cultural procura nas raízes endógenas, os conceitos e práticas que contemplam a questão da diversidade e do pluralismo cultural, alicerçados na preservação patrimonial e na capacidade de autogestão das comunidades tradicionais, às quais devem participar do processo de tomada de decisões.

2.3 Identidade e subjetividade

Considerando que a cultura é o que nos permite ser o que somos, deve-se levar em consideração a questão da autenticidade e de cada local como forma de resistência à força globalizante que procura tornar as diferenças homogêneas (Mathews, 2002; Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Neste contexto, cada cultura contempla um universo simbólico de cada povo, o qual deveria estar organizado de forma coerente e limitada. Deste modo,

existiriam padrões discretos de conhecimento, compreensão, comportamentos e de valores dentro e para além destes grupos de pessoas (Mathews, 2002; Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Pode-se afirmar, ainda, que a cultura necessita ser entendida como um campo simbólico, por ensejar uma complexa rede de relacionamentos socioculturais capazes de serem representados através de signos, símbolos, valores e práticas (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Contudo, é preciso contrapor o pensamento supracitado afirmando que o autor não contempla as múltiplas identidades brasileiras, pois existem vários “Brasis”. E, dentro deles, existem influências culturais marcantes, gerando uma grande miscigenação cultural. Dito isso, infere-se que as identidades brasileiras existem, mas - em alguns lugares - estão fragilizadas, seja em decorrência da ideia de “democracia racial” e a aspectos relacionados com a globalização, seja por causa das múltiplas influências existentes e que já foram mencionadas nessa tese.

Além disso, destaca-se que a cultura é compreendida como o conjunto de subjetividade das diversas relações sociais que configuram a conduta, coletiva e individualmente, considerando o lugar em que vivem e os princípios de coletividade (Furtado, Sucupira & Alves, 2014). A identidade, por sua vez, precisa ser entendida como um produto da ação de forças sociais que atuam sobre o indivíduo e o permite construir e reconstruir a si mesmo (González-Rey, 2003).

É no contexto desta reconstrução e construção de identidades que se destaca o conceito de subjetividade, na medida em que ela se apresenta como complexa e que se forma simultaneamente no prisma individual e no coletivo, mesmo que nem sempre seja possível perceber em que momento surge primeiro. Do mesmo modo, é necessário que a subjetividade seja associada tanto às experiências individuais quanto à maneira em que uma experiência ganha significação e sentido no contexto da elaboração histórica subjetiva do significado e simbologia concedida a cada uma destas experiências (González-Rey, 2003; Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Além disso, a subjetividade procura elucidar sobre organização e produção de significados e sentidos que atuam em nível social. Assim, é preciso buscar entender sobre os processos diante de uma perspectiva sistêmica e articulada com o real, sempre na busca por manter um diálogo. Deste modo, cada

indivíduo possui um sentimento de singularidade que o constitui subjetivamente e sua relação com os demais revela uma teia de complexidade (Deschamps & Moliner, 2009; Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Cabe destacar que o sujeito é composto por uma rede de complexidade e de zonas de sentidos que atuam de forma simultânea e que transpassam entre metamorfoses e identificações. Deste modo, a experiência do sujeito age como produtora de sentido fundamentada pela história do indivíduo e de suas relações (González-Rey, 2003; Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

A partir da identidade, o sujeito alinha sentimentos subjetivos a lugares objetivos das diversas relações socioculturais. Deste modo, no momento em que se absorve significados e valores, se torna parte de cada indivíduo (Hall, 2000a). Destarte, a identidade percorre na direção de diferentes representações socioculturais, podendo ser entendida a partir de um posicionamento coletivo em que estão contidas dimensões pessoais de cada sujeito em relação ao seu grupo (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

Pode-se enfatizar, também, que a dimensão pessoal da identidade precisa ser entendida como uma percepção psíquica do “eu”, de modo que se encontrem nela as negações e afirmações sobre a identidade (Furtado, Sucupira & Alves, 2014). Assim, é possível compreender e relacionar os conceitos de subjetividade, identidade e cultura interligados aos de alteridade, que contempla questões relacionadas com as características individuais ou de determinados grupos (Cassab, 2004).

Deste modo, afirma-se que a constituição da identidade ocorre através de um determinado grupo de indivíduos que compartilham objetos simbólicos e significados. Outrossim, as identificações são compostas pelas relações sociais, suas representações, suas assimilações e seus posicionamentos em relação ao outro (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

A partir da discussão supracitada, enfatiza-se que o conceito de identidade quilombola ocorre através das representações e relações em que os sujeitos (quilombolas) estão inseridos, bem como a partir de suas identificações com significados e valores elaborados socialmente (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

O posicionamento coletivo, diante desse contexto histórico e cultural, ocorre pelo reconhecimento dos sujeitos enquanto grupo, por partilharem histórias,

valores e costumes que os fazem voltar a um passado comum (a identidade compartilhada). Deste modo, a subjetividade quilombola pode ser entendida através de significação e sentido atribuídos por narrativas ou discursos sobre sua história (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

A cultura, quando é entendida como uma construção de significados elaborada pelos sujeitos, expressa autenticidade ao universo simbólico estudado, permitindo compreender a lógica social envolta. Deste modo, os estudos devem contemplar o imaginário social que remete a um passado comum - o de escravidão, fugas, lutas e composição de quilombos (Furtado, Sucupira & Alves, 2014).

2.4 Turismo, identidade e globalização

A atividade turística promove transformações diversas, fundamentalmente na comunidade receptora, devendo ser considerada a sua forma de organização bem como sua dinâmica sociocultural (Hall, 1999). Outrossim, é preciso refletir sobre os efeitos ocasionados diante do encontro de múltiplas culturas e suas influências, além de ser necessário considerar as diversas percepções e avaliações sobre esta comunidade receptora. Do mesmo modo, precisam ser contemplados estudos sobre os impactos significativos do turismo, essencialmente os que impactam, direta ou indiretamente, na identidade cultural (Silva & Sant'Anna, 2014).

De acordo com Hall (1999), o que existe é uma “crise de identidade”. Segundo Silva e Sant'Anna (2014), essa condição faz com que o sujeito unificado pareça estar deslocado por causa das transformações pós-modernas que ocorreram em escala global. Assim, fica perceptível que essa nova forma de compreender a identidade considera o caráter diferenciado na medida em que é múltipla. Para Hall (1999), as identidades são contraditórias, abertas, fragmentadas e plurais.

A identidade consiste, pois, em um conjunto de características singulares que permitem um sentimento de inclusão, pertencimento e fixação em determinado grupo. Ela possibilita que cada indivíduo tome consciência de si e perceba o seu papel social (Hall, 1999). Destarte, a identidade só existe em uma relação de alteridade. No momento em que existe o reconhecimento de um outro indivíduo, é possível uma diferenciação entre o “eu” do “outro”. Dito de outro modo, a partir de critérios de comparação, é possível perceber diferenças e semelhanças entre os

diversos indivíduos, sendo a identidade o reconhecimento desta diferença (Silva & Sant'Anna, 2014).

É válido destacar que Hall (2000b) pesquisou sobre as identidades nacionais como conceito basal para o entendimento dos debates, estudos e escritas sobre a denominada “identidade brasileira” que nega a “identidade estrangeira” (Silva & Sant'Anna, 2014). Afirma-se, ainda, que o significado de conceito de “identidade” vai diferir a partir das diversas construções socioculturais, na medida em que cada cultura vai sendo constituída de suas representações e seus sistemas simbólicos (Silva & Sant'Anna, 2014). Hall (2001), por sua vez, afirma que as comunidades nacionais imaginadas tratam a diferença como identidade ou unidade na construção da identidade.

A influência da cultura na construção de identidades, quando considerada como fator de produção humana, deve contemplar a compreensão e relação de elementos que sustentam a matriz social em que cada personalidade é constituída, quais sejam os aspectos relacionados com: crença religiosa, nacionalidade, história, lugar, etnia e gênero, por exemplos (Silva & Sant'Anna, 2014).

O conceito de identidade cultural exige distinção de princípios, valores e traços marcantes diante de outras culturas, além de considerar a relação entre memória e identidade na produção do imaginário histórico e cultural (Santos, 2004). Hall (2000b), por sua vez, considera que o surgimento das identidades reside em um passado que expressa correspondência e continuidade na produção do que nos tornamos.

É pertinente destacar, ainda, que as identidades são móveis, na medida em que o sujeito assume diferentes identidades em momentos diferentes, confrontando pressupostos sociais considerados como unificados, fixos e centralizados (Hall, 1999). Bauman (2005), por sua vez, enfatiza que o sentimento de pertencimento e o conceito de identidade não são imutáveis, fixos e fechados, mas revogáveis e renegociáveis (Silva & Sant'Anna, 2014).

Hall (1999) destaca que a falta de identidade nacional brasileira causa um sentimento individual de perda subjetiva, na medida em que não há compartilhamento de mesmos símbolos e representações com semelhantes. Para o referido autor, uma cultura nacional consiste em uma forma de identidade moderna,

que contempla padrões de alfabetização universais, cultura homogênea, bem como instituições culturais nacionais (Silva & Sant'Anna, 2014).

Bauman (2005), por sua vez, considera que a identidade não se constitui como um conceito fechado e pré-determinado. Para ele, a identidade pós-moderna surge de uma escolha individual que procura combinar as demandas incompatíveis com as demandas contraditórias. Cabe ressaltar, também, que existe uma tentativa de criação de novos grupos para compartilhamentos de sentimentos de pertencimento e que possibilitem a construção da identidade, a partir de referências para tal (Silva & Sant'Anna, 2014).

De acordo com Hall (1999), a volubilidade da centralidade identitária é produto de uma modernidade ultrapassada baseada em mudanças estruturais e institucionais decorrentes da globalização. Neste contexto, a ruptura de fronteiras, as mudanças tecnológicas e informacionais, bem como decorrência de competição por espaços e poder hegemônico do capitalismo, caracterizam o processo global (Silva & Sant'Anna, 2014).

Destaca-se, ainda, que os movimentos de defesa social e étnica, as lutas feministas, a luta pelos direitos civis, a luta dos homossexuais e a luta pelos direitos da liberdade sexual, contraculturais, estudantis, pacifistas, ambientalistas, luta pela libertação dos países africanos e asiáticos e a globalização, também podem ser citados como responsáveis pela descentralização e deslocamento das identidades nacionais (Silva & Sant'Anna, 2014).

Santos (2002) conceitua “globalização” como um movimento de múltiplas faces, que possui dimensões políticas, socioculturais, jurídicas e religiosas que são interligadas de forma complexa e que possuem amplo campo de conflitos e interesses hegemônicos, atuando na base de uma busca pelo consenso entre seus maiores influentes.

Neste contexto, as identidades possuem segurança escassa em se firmar, tendo em vista que não possuem marcos indivisíveis para tal. Em complemento ao que foi afirmado, pode-se inferir que, de acordo com Hall (1999), em um mundo globalizado, as identidades ficam desvinculadas de suas histórias, de seus tempos, de suas tradições específicas e de seus lugares.

Neste prisma, ao estimular a promoção de uma relação entre as culturas em diversos níveis, a atividade turística faz surgir uma necessidade de realização de

pesquisas que contemplem estas culturas que transitam, fundamentalmente, sob a ótica de contexto turístico em que as identidades são modificadas, para que haja uma contribuição na manutenção e recobrimento cultural (Hall, 1999). Outrossim, o turismo pode influir tanto na fragmentação identitária dos grupos locais quanto na flexibilização diante do contato com os turistas (a chamada “hibridização cultural”). Além disso, pode-se destacar a existência de uma reconstrução de identidades e ampliação de possibilidades turísticas provocadas pela globalização à disposição dos que realizam a atividade turística (Teixeira, Michelin & Dall’Agnol, 2008). Contemplando questões históricas, é válido destacar que, de acordo com Barreto (2003), a Revolução Industrial marcou a consolidação da atividade turística, tendo em vista que, antes dela, os deslocamentos eram compreendidos apenas como realização de viagens.

Além disso, é preciso considerar a expressiva facilidade para a realização do deslocamento. Antes, tal atividade era acessível a poucos privilegiados social e economicamente. Além do mais, algumas comunidades e destinos ficavam isolados e sem interferências externas, o que dificultava acesso e visitas. Destarte, poucos impactos culturais existiam quando do início da atividade turística nestas comunidades não conhecidas ou visitadas. Para além do turismo, enfatiza-se a existência do avanço das tecnologias e informações, dos transportes que - aliados à atividade turística - influenciaram, direta e indiretamente, nas culturas dos lugares em que o turismo era desenvolvido (Barreto, 2003).

Para Friedman (1984), essas mudanças estão intimamente relacionadas com o processo de globalização. Afirmar, ainda, que a globalização não pode ser considerada como uma escolha, mas como algo real, consequência do mercado global e que se desenvolve na velocidade destes referidos mercados.

Pode-se destacar, também, que outros fatores influenciaram e interferiram na dinamicidade do processo para uma reconstrução de identidades e culturas, como por exemplos: mudanças de tradições culturais e mundialização da cultura (Friedman, 1984). Segundo Pozenato (1990), o turismo pode ocasionar interferências e impactos diretos no processo cultural, sendo considerado, por conseguinte, como um segmento em que a cultura de massa e a sociedade do consumo introduzem interposições e transformações no significado de cultura, bem como na perda ou manutenção de identidades múltiplas.

Assim, a atividade turística pode ser compreendida como integrante dos processos de globalização que interferem em culturas e podem colaborar e impactar nas ações para manter e recuperar culturas, afetando, conseqüentemente, identidades. Contudo, não se pode compreender o turismo como panaceia, além de ser preciso considerar que nem todos os impactos causados pelo turismo sejam positivos ou todos negativos, pois a sua dinâmica é influenciada por fatores internos e externos (Pozenato, 1990).

De acordo com Santos e Barretto (2006), o turismo pode gerar benefícios culturais para as comunidades. Os referidos autores destacam que, em Bali, por exemplo, a atividade turística ocasionou impactos positivos significativos, colaborando para a revitalização de diversas manifestações culturais, bem como alterou a autenticidade do artesanato, representando, por conseguinte, uma possibilidade para manutenção de tradições e representação do hibridismo cultural.

Ainda segundo Santos e Barretto (2006), a relação entre culturas diferenciadas gera uma terceira cultura, sendo, portanto, um sistema aberto em que tradições e modernidade se articulam e refletem sua identidade e traços autênticos de um povo.

Grünwald (2004) ressalta que os povos tradicionais já não vivem como no século XIX, ao ponto que as identidades foram reconstruídas com o passar do tempo e que a atividade turística e a globalização influenciaram em tais mudanças.

A autenticidade de identidades ocorre, então, devido ao fato de que cada indivíduo pós-moderno não tenha apenas uma identidade. Cada indivíduo é composto por uma série de identidades, além de ser necessário considerar que as comunidades visitadas recebem incontáveis estímulos e influências externas dos turistas e visitantes (Barretto, 2000).

Ainda de acordo com Barretto (2000), a identidade de uma comunidade poderá ser valorizada através da atividade turística considerando que as múltiplas relações entre morador e turistas¹¹ evidenciam diferenças culturais que fazem com que ambos valorizem a sua identidade, bem como respeite e aprenda com a identidade do outro, momento em que as diferenças percebidas tornam a comunidade mais atrativa e convidativa ao conhecer e ao vivenciar o novo.

¹¹"No campo da promoção do turismo, Hintze e Almeida Júnior (2012) e Oliveira (2020a; 2020b) mostram que os negros são sempre apresentados como subalternos na atividade, nunca são mostrados como turistas ou mesmo como empreendedores da área" (Oliveira, 2021b, p. 232).

Nesta perspectiva, a globalização e o turismo impactam tanto na fragmentação da identidade de um determinado povo quanto na flexibilização desta fragmentação tendo em vista que o conhecimento e o contato com o outro possibilita diversas trocas culturais que irão refletir em uma hibridização cultural (Barretto, 2000).

Para além de existência de influências externas, têm as influências internas que ocasionam fragmentação de traços identitários, ao ponto que a globalização e o turismo influenciam em processos para uma reformulação e flexibilização de identidades culturais (Barretto, 2000).

Pode-se destacar, ainda, que a atividade turística não é mais compreendida como um risco às identidades das comunidades, porque estes povos não mais são percebidos como fixos em decorrência da globalização, das tecnologias de informação e comunicação, bem como por motivo nos avanços para deslocamentos que viabilizam mais encontros e oportunidades de reconstruir dinâmicas sociais (Barretto, 2000).

O desafio é, na verdade, alcançar uma estabilidade confortável entre as influências e impactos nas identidades locais e o conceito de desenvolvimento responsável, na busca por inserir o turismo, a comunidade e os processos econômicos, de modo a impactar positivamente na dinâmica de vida dos *stakeholders* supracitados (Woodward, 2000).

A identidade local se forma, pois, a partir de traços culturais próprios de determinado grupo e de traços absorvidos de outras culturas. Estes traços, por sua vez, evidenciam diferenças compreendidas ao olhar para o outro. Desta feita, a identidade deve ser entendida a partir de uma perspectiva relacional, no sentido de perceber as diferenças diversas entre os povos, bem como suas influências, externas e internas, que as diferenciam (Woodward, 2000).

A identidade é, portanto, marcada por diferenças e permanece em constante reconstrução diante do contato com outras culturas e identidades. Deste modo, é pertinente destacar que, as maneiras pelas quais a cultura se estabelece e distingue as identidades, é fundamental para o enriquecimento cultural. A diferença é, então, o que separa uma identidade da outra e estabelece distinções que formam oposições que contemplam componentes de classificação e reconstrução identitária (Woodward, 2000).

As mudanças culturais são, por conseguinte, classificadas como um processo de ressignificação e reconstrução de elementos incorporados pelo outro e que possui diferentes significados para quem tem contato com o novo (o diferente), ao ponto que um mesmo traço cultural possa possuir diferentes significados para outros grupos culturais (Pozenato, 2003).

O conceito de etnicidade¹² percebido por Graburn (1984), por sua vez, contempla a questão da construção a partir da comunicação como sendo um dos acessos à identidade do outro e aos diferentes símbolos identitários, originais ou não de uma determinada cultura. Tais símbolos podem ser caracterizados por significados atribuídos a determinado povo, os quais podem se apropriar de suas manifestações e de seus valores, de geração a geração, possibilitando perpetuar sua história e moldar identidades através de um processo de (re)construção e identificação (Grünewald, 2004).

A referida identificação é concebida a partir do reconhecimento de uma origem comum - características partilhadas com grupos distintos ou de um mesmo ideal, com base na solidariedade e fidelidade do grupo em questão (Hall, 2000a). Para Hall (2001), a identidade é formada com o passar do tempo e esse processo ocorre de forma inconsciente em cada indivíduo. Contudo, este processo de construção da identidade nunca é finalizado, porque consiste em um processo contínuo de reconstrução que ocorre ao longo da vida dos indivíduos.

2.5 Produto turístico, marca e identidade de um destino turístico

O produto turístico se diferencia dos demais produtos para consumo pois não pode ser levado diretamente ao consumidor, pois se trata de um produto intangível. Dito de outra forma, ele só é utilizado e experienciado quando da sua utilização. As atrações turísticas, por sua vez, são elementos constituintes do produto turístico e possuem potencial de demonstrar o caráter intrínseco, único e diferenciado de uma comunidade, em seus aspectos sociais, ambientais e culturais (Santos, Ferreira, & Costa, 2014).

Em alguns destinos de Portugal, por exemplo, existe o conceito de paisagem cultural, contemplando o desenvolvimento de produtos turísticos com foco

¹²Jenkins (1997) [...] aponta a 'raça' como uma forma específica de etnicidade, definida a partir da dominação sistemática de um grupo étnico por outro e resultante de um processo de categorização do grupo dominado como inferior" (Oliveira & Monsma, 2014, p. 5).

em inovação (Santos, Ferreira e Costa, 2014). Outro exemplo cultural que pode ser destacado é a culinária e bebidas locais de destinos, que podem ser incorporados aos múltiplos produtos turísticos a propiciarem experiências originais e autênticas para os turistas e visitantes.

Além disso, é perspicaz afirmar que o consumo destas bebidas e alimentos pode estabelecer vínculo cultural entre o turista e a cultura do destino visitado (Plummer, Telfer, Hashimoto & Summers, 2005). Tais produtos podem, por conseguinte, serem a marca de um destino e de sua imagem de qualidade (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017).

Ao incorporarem alimentos e bebidas como elementos do produto turístico de um destino, é possível torná-lo mais característico, identitário e significativo para o turista (Plummer, Telfer, Hashimoto & Summers 2005). Sobre a imagem que será incorporada ao local visitado, pode-se destacar que as características dos produtos consumidos devem estar diretamente relacionadas com a identidade da comunidade visitada como forma de valorização da autenticidade local (Buosi, Lima, & Silva, 2017; Pérez-Nebra, 2005).

De acordo com Gallarza, Saura e García (2002), existem três dimensões que estão relacionadas com as variáveis de medição da imagem de um destino a partir da perspectiva do turismo, quais sejam: percepção individual, dimensão sobre os destinos, objetos e relação de atributos. Existe, pois, uma variedade de fatores que constituem a identidade de uma imagem de determinado destino (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017).

Afirma-se, também, que a imagem de determinado destino está diretamente relacionada com práticas e bens culturais que a identificam através de seus residentes e de suas práticas, podendo ser atrativos para turistas dos mais variados lugares (Azevedo, Paes e Andrade, 2014). Buosi, Lima e Silva (2017) enfatizam, nesta perspectiva de imagem e representatividade, que elementos simbólicos de comunidades podem identificar lugares no contexto da promoção turística de destinos, a partir da perspectiva de quem visita.

Fatores psicológicos, sentimentos, ideias, emoções e prejulgamentos são elementos que compõem a imagem de um destino e que influenciam, direta ou indiretamente, no desenvolvimento das ações de *marketing* realizadas (Pérez-Nebra, 2005).

Carniello e Santaella (2012) afirmam que existem 3 (três) tipos de imagens de um destino, quais sejam: a tradicional, a global e a atual. A tradicional é resultado de experiências vivenciadas. A global se refere a visão holística que o turista possui do destino. A visão atual está relacionada com o espaço que é criado pela divulgação midiática. Contudo, a imagem que é mais percebida pelos turistas, de acordo com os estudos dos referidos autores, é a imagem associada com as relações sociais características culturais de determinado povo (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017).

Nesta perspectiva, Mazzon e Vera (2008) constataram que o aspecto relacionado com satisfação está diretamente relacionado com questões de lealdade e comprometimento, possibilitando estabelecer a imagem como um mediador entre satisfação, lealdade e qualidade nas expectativas do consumo e pós-consumo. Echtner e Ritchie (1991), por sua vez, afirmam que a imagem de um destino turístico influencia no comportamento turístico, ao ponto que as imagens positivas de tais destinos são levados em consideração na escolha pelos turistas de um ou outro local para visitação.

A satisfa o do visitante vai variar de acordo com a compara o entre imagens formadas, baseando-se na imagem da realidade concreta e nas expectativas criadas (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017). Além disso, pode-se destacar que a imagem percebida está diretamente relacionada com o visitante e seu relacionamento com o espaço. Ao decidir viajar, o turista combina características do destino a ser visitado e a percep o que já tiverem sobre tal destino (Neiman, Geerdink, & Pereira, 2011).

Stets e Biga (2003) apontam que existem três possíveis percep o es do destino, quais sejam: a percep o padrão, que contempla os significados relacionados com a identidade do destino; a percep o de avalia o, gerada através de *feedback* de outras pessoas que já visitaram o destino; a percep o comparativa entre as duas percep o es anteriormente mencionadas (padrão e avalia o), sendo preciso verificar as divergências entre ambas (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017).

Tais divergências são expressadas em forma de emo o es, ao ponto que, quanto maior a divergência entre as percep o es, mais negativa será a emo o da

experiência, sendo esta emoção diretamente relacionada com a percepção da identidade local (Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza, 2017).

Andereck, Valentine, Knopf e Vogt (2005) relatam que os destinos com elevado fluxo de visitação turística também acabam atraindo novos moradores e aumentando a população local, ocasionando perda de identidade cultural regional. Esta afirmação é feita com base do princípio de que os residentes são os principais responsáveis por conservar identidades locais.

A afirmação supracitada pode dialogar, ainda, com os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC), a partir da necessidade da existência de uma educação patrimonial - educação para o cuidado - pois, sem isso, o foco sempre será aumentar o capital para a ampliação das atividades turísticas.

Dias e Cassar (2006) destacam que o turista necessita reconhecer as peculiaridades locais, associando-as aos benefícios para visitação, gerando maiores possibilidades de uma fidelização ou propaganda positiva do destino. Williams, McDonald, Riden e Uysal (1995), por sua vez, evidenciaram que o tempo em que os moradores residem em determinada comunidade reflete no sentimento de pertencimento comunitário em maior intensidade do que com a questão da identidade local.

Santos, Ferreira e Costa (2014) consideram que a autenticidade da imagem do destino visitado está relacionada com a presença de residentes nos espaços escolhidos para visitação, levando a uma relação mais direta com a comunidade e sua identificação com ela. Neste prisma, Wang e Chen (2015) avaliaram que a identidade de determinado lugar pode influenciar em atitudes dos moradores e no desenvolvimento do turismo. Para tal, utilizaram-se as teorias de lugar de identidade e a de troca social. As teorias apontam que, quanto maior a integração entre visitantes e residentes, mais significativo será o efeito sobre a satisfação do turista.

Nunkoo e Gursoy (2012) evidenciaram que a decisão dos moradores em apoiar o desenvolvimento do turismo foi embasada na influência de identidade e nos benefícios esperados pela implementação da atividade. Deste modo, os referidos autores afirmam que a inclusão de fatores identitários podem ocasionar melhorias na previsão comportamental do visitante, tendo em vista que a teoria da identidade

considera que pessoas não se comportam de maneira e com decisões discretas e individuais que podem ser incorporados na estrutura social.

Choo e Park (2011) afirmam que a relação entre o turista e a marca do destino possui poucos estudos exploratórios que geram pesquisas sobre a temática. Para eles, os moradores possuem papel fundamental para a formação da identidade de marca de um destino turístico. Seus estudos apontam, ainda, para o fato de que, quanto mais o turista se identifica com a marca de um destino, mais eles recomendam de forma positiva a localidade, bem como realizam um maior número de atividades de lazer.

Andereck, Valentine, Knopf e Vogt (2005), Azevedo, Paes e Andrade (2014) e Dias e Cassar (2006) consideram que os residentes que usufruem e possuem conhecimento do produto turístico de sua localidade percebem uma maior relação entre o produto e o destino. Considera-se, ainda, que podem servir como atividades de lazer tanto para o visitante quanto para o turismo, eventos que busquem valorizar a autenticidade local, compartilhamento da cultura e a identidade (Gursoy, Kim, & Uysal, 2004; Zhang, Ryan & Cave, 2016). Choo e Park (2011) defendem que, quanto mais os moradores se identificam com a marca do destino turístico, mais usufruem das atividades de turismo de sua localidade.

2.6 Motivação cultural para a atividade turística

Considerando questões relacionadas com idioma, etnia, território, cultura e religião, é pertinente afirmar que sozinhos não são suficientes para representar um povo e sua identidade. Dito isso, é pertinente destacar que, quando combinados, podem originar uma experiência coletiva com fundamento na memória individual e que torna a reconhecer o outro através de uma identidade, construindo, portanto, uma memória coletiva (Castells, 1999).

Sobre esta construção e o tempo, Giddens (1996) considera que o passado é reconstruído frequentemente e a partir de condições presentes. Bauman (2001), por sua vez, destaca que as identidades, quando vistos pelo externo, como fixas e sólidas - na perspectiva interna, parece ser vulnerável, frágil e mutável em decorrência de forças fluidas.

É preciso considerar, portanto, o alicerce de uma multiplicidade de elementos para a oferta turística e do seu patrimônio global, o qual poderá agregar

valor sociocultural e econômico para a promoção do desenvolvimento turístico local (Leite & Marques, 2008). Lévi-Strauss (1996), por sua vez, afirma que é apaixonante realizar investigações sobre as cidades e sobre como elas se diferenciam a partir de suas estruturas e forma de desenvolvimento, bem como devem ser consideradas as maneiras como as pessoas se organizam e se distribuem nos espaços, além de formas de desenvolver atividades sociais, econômicas e políticas.

Interesses e valorização do patrimônio podem beneficiar a população da localidade em que o turismo se desenvolve, podendo ser possibilitador de melhoria na qualidade de vida dos moradores, bem como pode direcionar atividades voltadas para a educação patrimonial, salvaguarda e incentivo de práticas interligadas aos modos de fazer e aos saberes da cultura local (Leite & Marques, 2008).

Muitas das comunidades quilombolas brasileiras, por exemplo, mantêm tradições que seus antepassados trazidos da África, seja nas atividades agrícolas, seja na medicina, religião, artesanatos, culinária e uso da terra, possuindo patrimônio territorial e cultural com valor significativo (Anjos & Cypriano, 2006). A educação patrimonial objetiva, neste sentido, sensibilizar as comunidades sobre os valores e tradições, na busca por rememorar e preservar o imaginário coletivo e seu patrimônio (Farias, 2002).

O Decreto de número 4.887 de 2003, por sua vez, define competências de órgãos que implementam políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável para comunidades. É necessário existir "fortalecimento de redes de turismo sustentável na região" (Maranhão & Bueno, 2012). Neste contexto, o conceito de etnodesenvolvimento se torna uma missão para os diferentes ministérios, objetivando garantir a reprodução social, física, cultural e econômica (Brasil, 2005). Considerando, por conseguinte, que a sociedade é formada por indivíduos que constituem um processo social dinâmico e que interagem com valores diferenciados, é possível que tais indivíduos possam transmitir e divulgar suas experiências culturais e sociais (Leite & Marques, 2008).

Diante desta afirmação supracitada, pode-se destacar que o imaginário coletivo é capaz de mobilizar inúmeras pessoas que podem desenvolver vínculo social com base no compartilhamento de um sentimento comum, influenciando na revitalização e preservação do patrimônio cultural local, com ênfase no desenvolvimento do turismo cultural (Maffesoli, 2001).

Cada realidade cultural possui uma lógica interna que deve ser conhecida para que compreendam seus costumes, suas práticas, suas transformações e suas concepções, sendo necessário relacionar a multiplicidade de procedimentos culturais com os contextos de sua produção (Santos, 1993). O debate sobre cultura está relacionado com a certeza da existência da diversidade e de forças sociais que dão movimento para a sociedade (Castells, 1996).

A evolução cultural não pode ser compreendida como eliminação de práticas regionais, mas deve considerar remodelagem dos contatos com outras culturas, necessitando salvaguardar os bens culturais na busca por dar continuidade às práticas culturais, as quais podem ser utilizadas como atrativos significativos de uma localidade turística (Leite & Marques, 2008).

A cultura popular, por sua vez, se constitui como uma dimensão da vida humana relacionada aos privilégios de instituições dominantes e às lutas para superar tais privilégios e diferenças culturais. Assim, enfatiza-se que a existência de lutas, as relações de poder e os interesses sempre existiram na sociedade. Contudo, a cultura popular é compreendida como mais acessível e possibilita um desenvolvimento humanizado e de forma patrimonializada (Leite & Marques, 2008).

O produto do turismo patrimonial é considerado como um produto heterogêneo, tangível ao considerar que é formado por edifícios e monumentos, e intangível ao contemplar os eventos folclóricos e as línguas diferenciadas. Além disso, ele pode ser natural ou produzido pelo homem, se constituindo em um atrativo, um destino turístico, ou todo um país (Swarbrooke, 1994).

Canclini (1997) considera que o desenvolvimento moderno não contemplou todas as culturas populares tradicionais, mesmo tendo sofrido transformações diversas. A valorização da cultura, das tradições e dos valores de uma localidade possibilitam a manutenção ativa de referências culturais de um povo ou uma localidade, na busca por transformar a história da comunidade em produto turístico.

As pessoas são influenciadas a participarem da rememoração de tradições que podem ser apreendidas a partir do contato com outro grupo de pessoas, na medida em que o turismo cultural pode viabilizar a manutenção do patrimônio histórico e cultural local, bem como o sustento econômico de um povo. Assim, viabilizaria benefício tanto para os moradores quanto para os visitantes.

Outrossim, essas comunidades que recebem a atividade turística refletem tradições e cultura, estimulando preservação de rituais e de artesanatos (Boissevain, 1996; Leite & Marques, 2008).

É preciso observar, ainda, o quanto a cultura local necessita ser respeitada e como os moradores estão motivados a serem ativos no processo de desenvolvimento da atividade turística. Pensa-se, também, que é necessário envolver as comunidades com as culturas populares, agregando valor patrimonial das tradições como forma de afirmação da identidade local (Leite & Marques, 2008).

A identidade cultural de uma comunidade, por sua vez, é constituída por semelhanças e diferenças e está diretamente relacionada com a cultura de seus antepassados, contemplando valores, crenças, costumes, usos, normas, símbolos, tradições, leis, hábitos e indivíduos representativos de uma história marcada, por vezes, por lutas e resistência, além de contemplar questões relacionadas com artes, literatura, política e história (Leite & Marques, 2008).

A atividade turística, por sua vez, não existe sem cultura, no sentido de afirmar que a cultura se converteu em uma das causas basais para os deslocamentos, considerando que o turismo colabora para que seja criado um efeito cultural (Costa, 2001; Hernández-Hernández, 1998). Contudo, em uma outra perspectiva, destaca-se que o turismo também surge como atividade que impacta de forma negativa nas localidades, sendo responsável por prejudicar as comunidades ao inserirem seus costumes (Krippendorf, 2000; Leite & Marques, 2008).

O turismo cultural se constitui como fator primordial para o desenvolvimento de um processo de identificação cidadã por meio de sua cultura e a sua história, necessitando da existência de uma gestão ativa, ações participativas e de recursos culturais de origem imaterial (Barreto, 2000; Leite & Marques, 2008).

O turismo cultural está intrinsecamente relacionado com o interesse em conhecer a forma de viver e de se relacionar com outras pessoas (Singh, 1994; Leite & Marques, 2008). Este interesse possibilita atrair visitas para bens patrimoniais que possam oferecer referencial cultural e histórico (Leite & Marques, 2008). Tais bens podem ser transformados em atrativos turísticos que são capazes de despertar para uma manutenção, preservação e conservação desses bens, considerando a possibilidade de as gerações futuras também terem acesso (Oramas, 2004; Leite & Marques, 2008).

Além disso, pode-se afirmar que a conservação de tradições e das características culturais de um povo podem proporcionar o desenvolvimento responsável do turismo regional ou local. No Brasil, as atividades de turismo cultural podem oferecer aos visitantes: conteúdos e significações de sítios patrimoniais, bem como pode tornar suas experiências mais educativas (Leite & Marques, 2008).

O turismo cultural pode, ainda, produzir melhorias na qualidade de vida das comunidades, para além do tradicional discurso de geração de emprego e renda. Além disso, pode estimular a valorização identitária e a promoção de autoestima comunitária (Leite & Marques, 2008). Pode-se inferir, ainda, que pode ser transformado em subproduto do turismo: a experiência e a história dos moradores das comunidades visitadas, com ênfase em suas práticas cotidianas, saberes e sabores locais (Leite & Marques, 2008).

Tais práticas, sabores e saberes estão enraizados no dia a dia da comunidade, ao ponto que nem sempre são notados pelos próprios moradores como algo significativo. Desta forma, o turismo surge como forma de mostrar para tais membros da comunidade que eles são importantes e que muitas pessoas desejam conhecer suas histórias, costumes, tradições, comidas, formas de elaborarem seu artesanato, conhecer suas danças, festas e maneira de expressar sua fé, dentre outras peculiaridades (Confederação Nacional de Municípios, 2004; Leite & Marques, 2008).

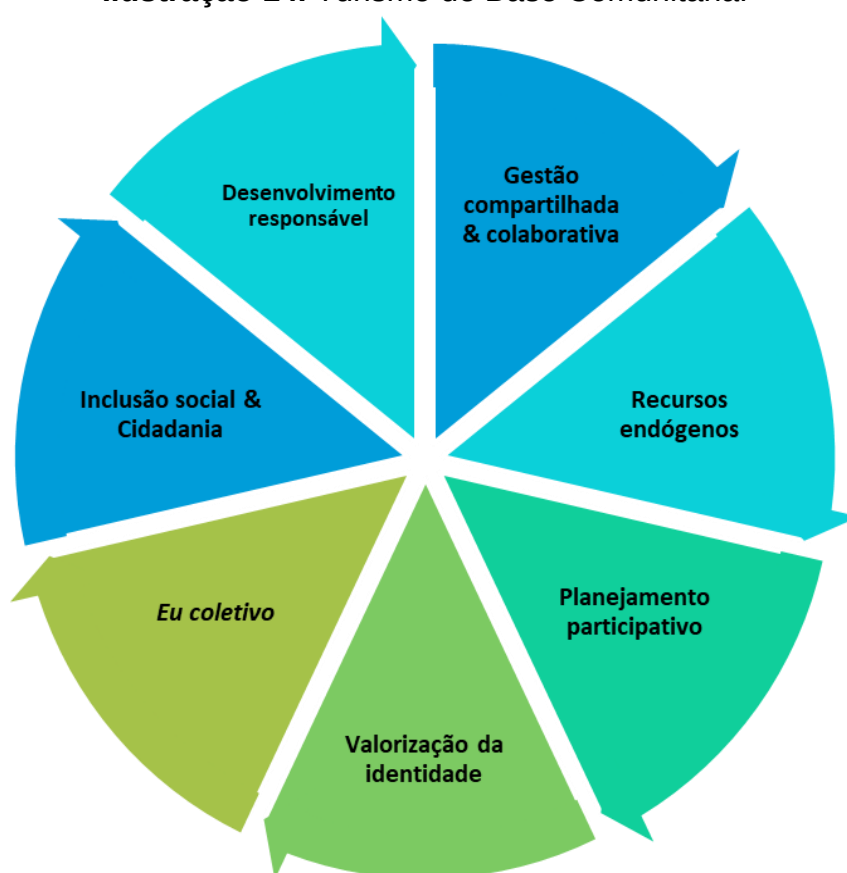
A salvaguarda da diversidade cultural brasileira é resultado de uma multiplicidade cultural, de costumes, de trabalhos, de vestuários, de manifestações religiosas, de festas, de culinária, de ofícios e de sotaques, os quais representam um imaginário cultural coletivo diretamente relacionado com identidades nacionais múltiplas (Hall, 1999).

2.7 Turismo de Base Comunitária e desenvolvimento

O Turismo de Base Comunitária propõe o desenvolvimento de turismo em nível local, com centralidade nos recursos endógenos comunitários. Ele possui potencial para a promoção da valorização da identidade cultural, da conservação ambiental e da geração de benefícios socioculturais para as comunidades em que ele se desenvolve (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

O Turismo de Base Comunitária surge, nesta perspectiva, como uma possibilidade de desenvolvimento endógeno que busca incluir as comunidades receptoras no turismo local, como símbolo contrário à lógica dominante em que há a massificação da atividade turística e da elitização da referida atividade em escala global (Zaoual, 2009; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Ilustração 14. Turismo de Base Comunitária.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

O Turismo de Base Comunitária (Ilustração 14) consiste, então, em um modelo de desenvolvimento turístico com base no protagonismo dos moradores das localidades receptoras, com ênfase em uma gestão compartilhada e que funcione através de um planejamento participativo e colaborativo (Costa, 2013). Devendo ser fomentado a partir de programas que o associem com o desenvolvimento local e com a prática de um turismo responsável (Sansolo & Bursztyn, 2009; Irving, 2009; Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Diante das modificações sociais, avanços tecnológicos e pelo processo de globalização, viu-se a necessidade de o mercado turístico contemplar - para atender a uma demanda de turistas que possuíam interesse em realizar o turismo cultural, o desenvolvimento do turismo em comunidades, despertando para a valorização de seu patrimônio, material e imaterial, bem como de suas manifestações socioculturais únicas e atrativas (Fortunato & Silva, 2011; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Ao considerar este referido desenvolvimento, é preciso mobilizar “a comunidade para o reconhecimento dos recursos da localidade para o receptivo de visitantes e turistas, bem como fazer o diagnóstico social, econômico, ambiental, cultural, empresarial e de infraestrutura da região e entorno, visando ao desenvolvimento estratégico” do Turismo de Base Comunitária (Silva, Matta & Coimbra de Sá, 2016; Oliveira, 2021b, p. 229).

A reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária brasileiro fez emergir um sentido periférico ao considerar a realidade e tendências políticas do Brasil e para além dele. Até meados da década de 90, por exemplo, poucos eram os profissionais e estudiosos que se dedicavam a compreender o Turismo de Base Local ou Comunitária, tendo esta realidade modificada a partir da realização do primeiro Encontro de Turismo de Base Local - ENTBL (Irving, 2009; Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

O supracitado encontro apontou demanda interessada em participar de momentos da mesma natureza e proporcionou a consolidação de redes de pesquisa não formalizadas. Tal engajamento possibilitou o desenvolvimento de projetos, publicações e pesquisas em torno da temática em tela. Contudo, sua visibilidade demorou alguns anos para ganhar força, voz e vez (Irving, 2009; Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

De forma antagônica ao que realizavam no turismo de massas, surgiram novas maneiras de gestão turística com base no respeito das capacidades de absorção dos espaços culturais e sociais, na busca por promover, conservar e preservar os recursos locais e humanos (Oliveira & Ricco, 2013; Farias, Coutinho,

Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

De acordo com Irving (2009), um novo olhar para o Turismo de Base Comunitária surgiu diante da convergência de uma série de componentes, quais tenham sido: interpretação política do turismo como uma possibilidade para uma inclusão social; fortalecimento da compreensão sobre participação social e governança democrática; existência do capital social e o compromisso de “*stakeholder engagement*” como itens primordiais para o empreendimento de ações internacionais; inclusão da atividade turística em reuniões de Organizações Não-Governamentais internacionais; mudança pouco representativa, mas real, no perfil dos turistas, que passaram a ter mais comprometimento e responsabilidade sociocultural, ambiental e política; necessidade de novas demandas para um planejamento responsável no desenvolvimento da atividade turística, que nem sempre incluíam os moradores nos processos de tomada de decisão e ficavam à margem da sociedade; necessidade de realização de debates contemplando o turismo e a sustentabilidade cultural, social, política, econômica e ambiental (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

O Turismo de Base Comunitária contempla, como elemento comum, a interpretação do desenvolvimento e gestão aplicada na comunidade, de forma a dar visibilidade e voz aos sujeitos que a compõem – muitas vezes, invisibilizados pela sociedade (Sansolo & Bursztyn, 2009; Irving, 2009).

O Ministério do Turismo (Brasil, 2010) pontuou como princípios do Turismo de Base Comunitária: o associativismo; a autogestão; o cooperativismo; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a democratização de oportunidades e benefícios; o protagonismo das comunidades locais na gestão da oferta, bem como dos bens e serviços turísticos; a valorização da cultura local, na busca por uma apropriação comunitária dos benefícios originados pelo desenvolvimento do turismo (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Diante disso, é preciso que a comunidade receptora da atividade turística se utilize dos direitos de propriedade dos recursos usados para fins turísticos. Além disso, necessita desempenhar seu papel no processo de tomada de decisão, gestão

e direção dos recursos direcionados para a implementação do turismo. O objetivo principal, ao desenvolver o Turismo de Base Comunitária, é possibilitar que a comunidade seja beneficiada pelas iniciativas turísticas (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Sansolo e Bursztyn (2009) destacam que a valorização da identidade cultural, a conservação ambiental, a geração de benefícios comunitários e a valorização da identidade local se constituem como itens que sustentam a proposta de realização de uma gestão compartilhada que representa o Turismo de Base Comunitária, não como um segmento do mercado, mas como uma possibilidade de existência de um novo paradigma turístico.

O Turismo de Base Comunitária pode ser compreendido como uma nova forma de gestão para um turismo alternativo ao turismo de massa, na busca por realizar atividades que dinamizem a economia local e que possibilite a participação dos moradores em seu desenvolvimento (Oliveira & Ricco, 2013). Cabe destacar, também, que a potencialidade da atividade turística não está restrita aos impactos econômicos na localidade em que o turismo irá se desenvolver, mas deve contemplar o processo de (re) valorização da identidade cultural local, bem como as diversas formas de se relacionar e viver de um povo (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Além do mais, pode-se destacar que as atividades turísticas em comunidades estão intimamente relacionadas com diversas atividades econômicas e que prioriza a geração de trabalho para os moradores, bem como procura uma maior dinamização do capital local e busca possibilitar uma maior participação social em todos os processos de planejamento, implementação e ganhos através benefícios e recursos gerados pelo turismo (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Deste modo, o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária somente será eficaz, eficiente e efetivo se ele tornar os moradores como os principais protagonistas para os destinos, sendo eles os sujeitos de suas próprias histórias e não pessoas sujeitadas às vontades de empresários que almejam

implementar a atividade turística sem considerar os impactos, diretos e indiretos, positivos e negativos para a comunidade receptora (Irving, 2009).

É pertinente destacar, também, que a atividade turística tem papel fundamental na promoção do desenvolvimento local de um território (Fortunato & Silva, 2011), e que este desenvolvimento procura, de acordo com Tenório (2007), reconhecer as potencialidades territoriais a partir de ações endógenas que estejam articuladas pelos diferentes *stakeholders*.

De acordo com Irving (2009), o Turismo de Base Comunitária possui base endógena para a iniciativa e para o desenvolvimento local, contempla participação e protagonismo social em seu planejamento, na implementação e na avaliação de propostas e projetos para o turismo, além de possuir escala limitada e gerar impactos socioambientais que podem e devem ser controlados.

Para além disso, o Turismo de Base Comunitária deve gerar benefícios diretos aos seus moradores, além de promover ações de valorização cultural e intercultural. Afirma-se, também, que o Turismo de Base Comunitária necessita atuar no compartilhamento de conhecimento mútuo entre os *stakeholders* - todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Algumas definições de Turismo de Base Comunitária contemplam que o desenvolvimento da atividade necessita realizar divisão dos benefícios provenientes do turismo entre os moradores da comunidade em que ele é implementado (Maldonado, 2009). Outras abordagens relacionam o Turismo de Base Comunitária com as práticas da economia solidária, fundamentalmente ao que concerne aos conceitos de: autogestão, participação, democracia, distribuição igualitária e cooperação (Singer, 2010; Sampaio, Henríquez & Mansur, 2011).

Muitas comunidades estão direcionadas para a realização da atividade turística na procura por realizar desenvolvimento social, cultural, ambiental, econômico e político de uma localidade. Contudo, é preciso considerar que nem sempre o processo de desenvolvimento gera benefícios reais para a mudança de vida dos moradores (Aref, Gill & Aref, 2010).

Desta feita, a estruturação das propostas para a implementação do Turismo de Base Comunitária necessita ser planejada e executada pelos atores locais, contrapondo ao que era feito anteriormente ao se pensar no desenvolvimento

do turismo local, em que se centralizavam os processos de tomada de decisão (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Lima (2002) afirma existir um caráter potencial na relação entre turismo e desenvolvimento, na medida em que a atividade turística possui peculiaridades que contemplam questões locais e globais, bem como forte enraizamento local, dinamicidade e integração com as mais diversas atividades e setores da economia.

A atividade turística deve considerar, ainda, as questões de integralidade entre as escalas locais, regionais, nacionais e globais, bem como considerar a integração intersetorial das múltiplas atividades socioeconômicas (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016). Ao ponto que, para que ocorra um desenvolvimento local real através do Turismo de Base Local, é preciso equalizar as ações de promoção da atividade, considerando os aspectos relacionados com a identidade local, o desenvolvimento participativo, preservação e conservação do patrimônio cultural e ambiental, produtividade e geração de emprego e renda, além de, fundamentalmente, buscar propiciar a melhoria de qualidade de vida da população local (Benevides, 1997).

Evidentemente, a procura por desenvolver a partir do Turismo de Base Comunitária requer debates e reflexões considerando os conceitos de dominialidade, organização comunitária, democratização de oportunidades e repartição de benefícios, integração econômica, interculturalidade e qualidade ambiental (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

A dominialidade está relacionada com o grau de domínio da população local sobre os aspectos de propriedade, controle e gestão do turismo. A organização comunitária, por sua vez, se refere ao processo e modelo de gestão de forma consolidada em relação ao Turismo de Base Comunitária, contemplando a interação com o ambiente externo (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

A democratização de oportunidades e repartição de benefícios diz respeito à existência de acordos que colaboram para a divisão de benefícios surgidos a partir do turismo local, como forma de promover a democratização de oportunidades através da implementação da atividade turística. A integração

econômica, por conseguinte, está relacionada com a integração da atividade turística com diversas atividades econômicas locais, na busca por identificar novos arranjos produtivos que possam ser incorporados no turismo (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

A interculturalidade, por sua vez, reflete questões relacionadas com a troca de referências, com o intercâmbio cultural e com as experiências desencadeadas na relação entre os turistas e os moradores. A qualidade ambiental está relacionada, pois, com as condições comunitárias ao que se refere ao saneamento ambiental e às formas de manejo dos recursos naturais da localidade (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

A divergência entre a teoria que engloba os conceitos e a idealização da implementação e gestão democrática e participativa a partir do Turismo de Base Comunitária com a prática em realidades concretas ainda é bem evidente. Sobre isso, é perspicaz destacar que ainda existem formas de resistências ao considerar questões relacionadas à economia, à lucratividade e ao mercado quando consideramos o Turismo de Base Comunitária. Contudo, reflete a necessidade de que seja um tema amplamente debatido ao que concerne à comercialização de produtos e serviços turísticos (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

Deve-se, ainda, empenhar esforços na realização de pesquisas sobre aspectos do Turismo de Base Comunitária em escala internacional (Mitchell & Muckosy, 2008; Simpson, 2008), bem como realizar estudos que contemplem as dificuldades de acesso ao mercado e à governança refletindo sobre iniciativas que se relacionam com o colapso financeiro (Fabrino, Nascimento & Costa, 2016).

O Turismo de Base Comunitária favorece, por conseguinte, para uma reflexão social, que busca coesão e expressividade coletiva, na busca por promover melhoria na qualidade de vida dos moradores, além de ressaltar o sentimento de pertencimento, incluindo e valorizando a cultura local (Irving, 2009; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

3 DESENHO METODOLÓGICO

A abordagem desta pesquisa foi qualitativa, na medida em que se debruçou sobre aspectos subjetivos através da perspectiva um pequeno número de sujeitos, possuindo caráter descritivo e exploratório. Descritivo ao considerar as narrativas e registros fotográficos, bem como mapas e gráficos que ilustram as histórias e realidades das comunidades estudadas. Exploratório porque, apesar de a pesquisadora já possuir trabalhos científicos publicados sobre a comunidade quilombola “Negros do Riacho”, ainda não havia realizado proposta de ações concretas a serem realizadas de modo a possibilitar que práticas de Turismo de Base Comunitária ocorressem em Currais Novos/RN com ênfase na referida comunidade. Além disso, a pesquisadora ainda não havia realizado publicações sobre a “Boa Vista dos Negros”, apesar de ter estudado e conhecido a referida comunidade.

Assim, foi exploratório tanto ao considerar a relação das duas comunidades com o intuito de destacar a valorização da cultura seridoense, quanto ao comparar e incluir as comunidades do município do Conde/PB, que ainda não havia sido objeto de estudo da pesquisadora, na pesquisa em tela. Por fim, foram tecidos comentários, debates e perspectivas das descrições feitas com o objetivo de atingir a profundidade necessária que uma tese requer.

Além disso, almejando atingir a população deste estudo a obter informações sobre as comunidades tradicionais investigadas, buscou-se maior proximidade com as realidades concretas das referidas comunidades estudadas para realizar a proposta de implementação do Turismo de Base Comunitária, bem como para estudar e compreender as realidades das comunidades utilizadas como modelo neste contexto de desenvolvimento responsável.

A pesquisa de campo contemplou realização de observação - individual e participante, entrevistas e de rodas de conversas - feitas entre os anos de 2018 e 2019, tendo sido realizadas entrevistas de forma remota ao longo dos anos de 2020 e 2021 por motivo do isolamento social. Ao que se refere às observações realizadas, destaca-se que elas foram individuais, participativas e contemplaram aspectos de trabalho etnográfico o qual foi comprometido – em parte – por motivo da pandemia. No que concerne à realização de entrevistas, ressalta-se que os sujeitos que colaboraram com este momento foram: moradores, professores, pesquisadores e

presidente da Associação da comunidade quilombola Negros do Riacho (Currais Novos/RN), bem como com moradores e estudiosos da Boa Vista dos Negros (Parelhas/RN).

As referidas entrevistas seguiram um roteiro que subsidiaram a pesquisadora a atingir os objetivos propostos nesta tese, com ênfase em questões sobre gestão compartilhada, desenvolvimento responsável, planejamento participativo, valorização da cultura e identidade local, Turismo de Base Comunitária e aspectos socioculturais, ambientais, políticos e econômicos. Sobre a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por sua vez, afirma-se que ela foi usada com o intuito de descrever a percepção dos *stakeholders* e colaboradores da pesquisa. Considerando as informações das entrevistas, afirma-se que as expressões e ideias centrais para a realização do Discurso do Sujeito Coletivo foram:

Quadro 2. Ideias centrais para o Discurso do Sujeito Coletivo.

Prática do Turismo de Base Comunitária <i>versus</i> Turismo de massa	Valorização histórica e cultural Preservação ambiental	Território quilombola como abrigo e símbolo de resistência	Trabalho em rede	Identidade cultural Identidade de marca <i>Marketing diferenciado</i>
---	---	--	------------------	---

Fonte: Adaptado de Medeiros, 2019.

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) realizado através de rodas de conversas com os sujeitos envolvidos permitiram estimular confiança, participação e maior envolvimento com a realização da pesquisa. Buscou-se privilegiar a perspectiva dos sujeitos participantes do estudo em todos os aspectos e propostas dos objetivos - geral e específicos, compreendendo que eles conhecem com mais profundidade as possibilidades, oportunidades, fraquezas e ameaças para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária onde residem.

A pesquisa participativa permitiu, pois, melhor acompanhamento e maior envolvimento dos sujeitos ao longo da pesquisa. Tendo sido explicado de forma detalhada de que sua participação era primordial para uma melhor compreensão da realidade e história de cada comunidade escolhida para o estudo (Alió, 2013). Há diferentes interpretações e pontos de vista sobre o que significa “participação”. A referida autora, especificamente, considera a participação direta e indireta, sendo

direta quando a comunidade lida diretamente com a gestão e indireta quando acessa os benefícios oriundos desse turismo como qualidade de vida.

A pesquisa provocou inquietações nos sujeitos participantes e colaboradores, despertando para o papel do capital humano no desenvolvimento da atividade turística. Além disso, ressalta-se que a construção do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo) buscou contemplar os conceitos de prática social, independência, política, cidadania sobre o papel individual e coletivo, denominado por Medeiros (2019) como o “*Eu Coletivo*”.

Medeiros (2019) sugere, ainda, que em uma pesquisa que contempla DRP, devem ser realizados momentos para relatar as atividades realizadas nas comunidades, ao realizar a escrita dos principais resultados do estudo, devendo ser consideradas as concepções teórico-metodológicas adotadas para tal. Neste sentido de descobertas sobre realidades concretas, destacam-se as principais perguntas que nortearam as rodas de conversa nas comunidades estudadas:

Quadro 3. Perguntas que nortearam as rodas de conversa.

Problemas locais	O que buscamos?	Onde vamos buscar?		Como faremos?	Quem será o responsável?
		Origem do problema	Instituição / Órgão responsável		
1-					
2-					
3-					
4-					
5-					
6-					

Fonte: Adaptado da metodologia de Max-Neef, 1993 por Medeiros, 2019.

Resumidamente, reafirma-se que a pesquisa possuiu abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório. Para tal, foram escolhidas técnicas de coleta para cada objetivo elencado, quais tenham sido: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevista, Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), observação

participante, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e, de maneira mais significativa, a *storytelling* e a *benchmarking*.

Como técnicas de análise, foram usadas as análises de conteúdo e a análise do discurso. Como principais resultados, podemos destacar que as peculiaridades socioculturais, as vivências e o patrimônio (material e imaterial) tornam as comunidades quilombolas em atrativos para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Seridó Potiguar.

A *storytelling* foi escolhida como técnica por se tratar da “arte de contar histórias inesquecíveis”, a qual permitiria compreender sobre a história e vivências a partir da percepção dos quilombolas de cada comunidade estudada. De acordo com Castro (2013), a ferramenta de *storytelling* se refere à arte de contar histórias, sendo subdividida pelos termos “*story*” que está relacionado com a impressão de um fato ou ao fato propriamente dito e por “*telling*”, que está relacionado com o fato recriado através de imagens. Dito isso, o referido autor ainda destaca que, para compreender melhor sobre o significado de *storytelling*, é preciso saber diferenciar os termos “*story*” e “*history*”. O primeiro se refere às anedotas, episódios de vida cotidiana e mitos. O segundo se refere a algum fato que ocorreu na vida de alguém.

Mcsill (2013) complementa que a *storytelling* está diretamente relacionada com o hábito de contar história trazido por nossos ancestrais, os quais reuniam-se ao redor de fogueiras e contavam sobre suas fantásticas vitórias e caçadas, também servindo como forma de legitimar uma determinada liderança através da referência. Além disso, a contação de história servia como maneira de perpetuar práticas e conhecimentos atrelados a culturas e práticas de sobrevivência. Castro (2013), por sua vez, afirma que contar histórias faz parte da natureza humana, no desejo de compartilhar conhecimento com outros seres humanos. Matos (2013), por sua vez, considera que as histórias são ferramentas com capacidade de transformação, crescimento e compartilhamento. De acordo com Gottschall (2012), o cérebro não se comporta como um espectador ante uma narrativa, mas como um participante e, por isso, se alegra, assusta ou se emociona.

A *benchmarking*, por conseguinte, foi escolhida por ser considerada uma ferramenta de busca pelas melhores práticas de gestão de uma atividade ou entidade que possa ser usada como modelo para implementação semelhante ao

caso de sucesso, adaptando para a realidade local, tendo sido escolhidas realidades concretas de sucesso no estado da Paraíba, Nordeste brasileiro.

De acordo com Chiamulera (2018), o *benchmarking* é considerado um método de comparação de desempenho de alguma prática de gestão, produto ou de um processo que esteja ou tenha sido executado de maneira eficiente, com o objetivo de entender sobre a demanda de desempenho superior, na busca por se adaptar à uma nova realidade através de implementação de melhorias significativas. Gariba-Júnior (2005) afirma que o *benchmarking* é compreendido como um procedimento de pesquisa, sistemático e contínuo, que viabiliza realizar comparações entre atividades, objetos e organizações, possibilitando a criação de um padrão de referência.

Chiavenato (2006) destaca alguns estágios do *benchmarking*, quais sejam: selecionar órgãos ou processos para avaliar; identificar o melhor concorrente; identificar os *benchmarks*; organizar o grupo de avaliação; escolher a metodologia de colheita de dados; agendar visitas; utilizar a metodologia de colheita de dados; comparar a organização com seus concorrentes; catalogar as informações e criar um "centro de competência"; compreender os processos e as medidas de desempenho; estabelecer objetivos ou padrões do novo nível de desempenho; desenvolver planos de ação para atingir as metas e integrá-los na organização; implementar ações específicas e integrá-las nos processos da organização; monitorar os resultados e os melhoramentos; revisar os *benchmarks* e as relações atuais com a organização alvo. Assim, estes estágios englobam "planejamento, análise, desenvolvimento, melhoria e revisão" (Chiamulera, 2018, não paginado).

Existem, ainda, 3 (três) tipos de *benchmarking*: 1. *Benchmarking* de processo; 2. *Benchmarking* de produto; 3. *Benchmarking* estratégico. O primeiro é "relativo à comparação de operações e processos de trabalho". O segundo está relacionado com o "foco na comparação de produtos e serviços". O terceiro está relacionado com "aspectos como estrutura organizacional, práticas de gestão e, sobretudo, aspectos relacionados à estratégia" (Chiamulera, 2018, não paginado).

Spendolini (1993) afirma que o *benchmarking* pode ser dividido sob a perspectiva de dois aspectos, quais sejam: 1. O que se pretende comparar; 2. Quem se pretende comparar. Deste modo, o foco se constitui no desenvolvimento de análise (interna ou externa), sistemática e focada, com realização de comparações,

na busca por perceber e compreender as melhores práticas de gestão com ênfase na forma, interpretação, avaliação e mensuração de informações que levem ao melhoramento de desempenho.

Fisher (1996, p. 14) menciona que “o *benchmarking* é uma abordagem racional e disciplinada para a melhoria contínua, que ajuda a identificar, comparar e reproduzir a melhor prática”. Segundo Andersen (1996), a APQC desenvolveu um código de ética com os princípios para procedimentos de *Benchmarking*, contemplando: legalidade; troca; confidencialidade; uso; primeiros contatos com o modelo escolhido; autorização para compartilhamento de informações; preparação para aplicação do modelo; conclusão; compreensão e ação. Watson (1993) complementa que tais princípios deverão ser implementados e tratados conforme diretrizes estabelecidas.

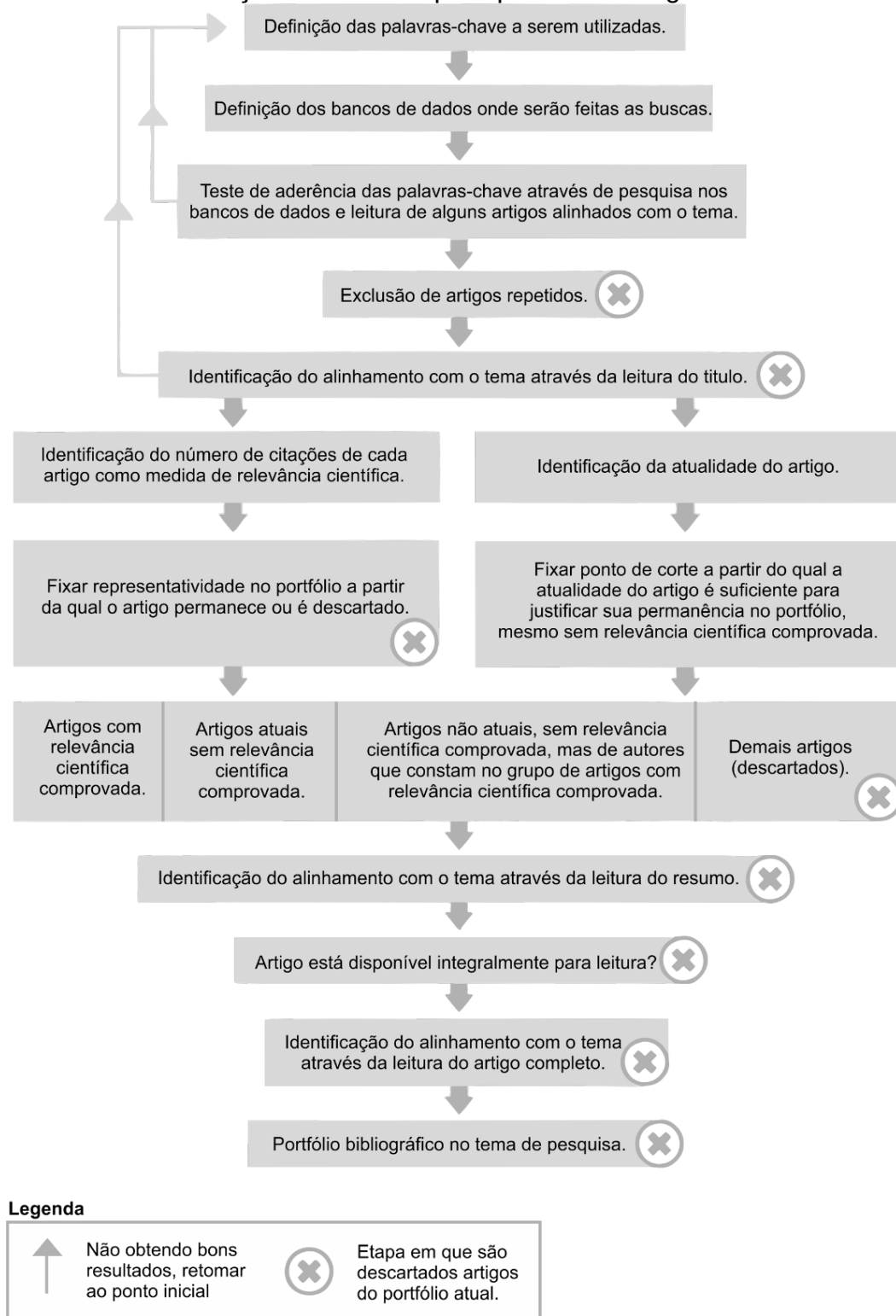
O objetivo do *benchmarking* é, portanto, conseguir vantagem competitiva, possibilitando que haja um autoconhecimento e conhecimento sobre seus concorrentes ou parceiros que possam ensinar algo que venha agregar valor ao seu produto, adaptando-se às suas melhores práticas de gestão (Gibbert, Leibold, & Probst, 2002).

Por fim, cabe ressaltar que, para a obtenção dos dados secundários, foi utilizada a metodologia de Ensslin, Ensslin, Lacerda & Tasca (2010), contemplando a seleção de um portfólio bibliográfico (Ilustração 15) para a construção do conhecimento *ProKnow-C*.

Tal percurso metodológico contempla a seguinte sequência: definição das palavras-chave usadas; definição dos sites de busca dos textos; teste de aderência das palavras-chave a partir da pesquisa nos sites dos periódicos escolhidos e leitura de alguns textos científicos alinhados com o tema; exclusão dos textos repetidos; identificação do alinhamento dos textos escolhidos com o tema a partir da leitura do título do texto, com identificação do número de citações de cada texto como medida de relevância científica e verificação de representatividade no portfólio a partir da qual o texto permaneceria ou seria descartado; identificação da atualidade do texto; escolha do ponto de corte a partir do qual a atualidade do texto é suficiente para justificar sua permanência no portfólio, mesmo sem relevância científica comprovada; identificação do alinhamento com o tema a partir da leitura do resumo; verificação se o texto estava disponível integralmente para leitura de forma gratuita;

identificação e alinhamento com o tema após realização de leitura do texto completo e, por fim, a elaboração do portfólio bibliográfico com o tema da pesquisa em tela - qual seja: a fundamentação teórica e discussão dos resultados desta tese.

Ilustração 15. Modelo para portfólio bibliográfico.



Fonte: Ensslin, Ensslin, Lacerda & Tasca (2010).

Após leitura e análise dos textos selecionados, foi realizada a triangulação das ideias dos autores, de forma a constituir o *framework* teórico do estudo em tela. De acordo com Azevedo, Oliveira, Gonzales e Abdalla (2013), a triangulação é capaz de conciliar métodos e fontes de coleta de dados quantitativos e qualitativos, como por exemplos: documentos, questionários, entrevistas, observação, anotações de visitas de campo, com diferentes métodos de análise dos dados, com uso de, por exemplos: análise de discurso, análise de conteúdo, técnicas estatísticas descritivas, estatísticas inferenciais, outros métodos.

Patton (2002) e Davidson (2005) compreendem a triangulação como a combinação de diferentes métodos de coleta e diferentes fontes (Beckert-Zappellini & Ghisi-Feuerschütte, 2015). A triangulação possibilita que o fenômeno estudado seja compreendido de diferentes maneiras, ou através de métodos múltiplos, em tempos diferentes e com base em diferentes fontes (Scriven, 1991; Weiss, 1998; Easterbysmith, Thorpe & Lowe, 1999; Beckert-Zappellini & Ghisi-Feuerschütte, 2015).

Considerando o uso de métodos diferentes, é necessário realizar uma análise dos dados obtidos em conjunto, obtendo conclusões com base no todo, e não com base em dados obtidos através de métodos individuais (Davidson, 2005; Beckert-Zappellini & Ghisi-Feuerschütte, 2015).

O objetivo da triangulação é, portanto, colaborar tanto para a análise do fenômeno sob a perspectiva de múltiplos olhares, quanto enriquecer compreensões, possibilitando emergir novas e mais profundas dimensões (Azevedo, Oliveira, Gonzales & Abdalla, 2013).

Quadro 4. Triangulação dos dados da tese.

Dados primários	Dados secundários				
	Artigos/Monografia/TCC	Dissertações:	Teses:	Livros/Capítulos:	Documentos:
Entrevistas	1. Almeida (2004)	1. Arguedas (2014)	1. Arruti (2002)	1. Albagli (2004)	1. Associação Brasileira de Antropologia (1994)
Observações <i>in loco</i>	2. Almeida (2002)	2. Barreto (2006)	2. Gariba-Júnior (2005)	2. Albuquerque (2006)	2. Brasil (2015)
Diagnóstico Rápido Participativo (DRP)	3. Alves (2016)	3. Cardozo (2004)	3. Lima (2002)	3. Alió (2013)	3. Brasil (2012)
	4. Andereck, Valentine, Knopf, & Vogt (2005)	4. Costa (2001)	4. Medeiros	4. Almeida (2002)	4. Brasil (2010)
	5. Anjos (2014)	5. Oliveira		5. Almeida (1996)	
	6. Anjos (2011)			6. Andersen (1996)	
	7. Anjos (1989)				

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)	8. Araújo (2015) 9. Arruti (1997) 10. Assunção (2006) 11. Azevedo, Oliveira, Gonzalez & Abdalla (2013) 12. Azevedo, Paes & Andrade (2014) 13. Barretto (2003) 14. Buosi, Lima & Silva (2017) 15. Calheiros & Stadtler (2010) 16. Cardozo (2006) 17. Carniello & Santaella (2012) 18. Carvalho & Lima (2013) 19. Cassab (2004) 20. Cavnignac (2003) 21. Chagas (2001) 22. Chiamulera (2018) 23. Choo & Park (2011) 24. Cruz (2004) 25. Echtner & Ritchie (1991) 26. Fabrino, Nascimento & Costa (2016) 27. Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira (2018a) 28. Farias, Coutinho & Ferreira (2019) 29. Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre (2018c) 30. Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira (2019) 31. Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira (2018b) 32. Ferreira	(2006) 6. Oliveira (2019) 7. Pérez-Nebra (2005) 8. Queiroz (2008) 9. Queiroz (2002) 10. Santos (2020) 11. Santos (2004) 12. Silva (2009)	(2019) 5. Medeiros (2008) 6. Moura (1997) 7. Ratts (2000) 8. Soares (2019)	7. Andrade (1997) 8. Andrade (1986) 9. Anjos (2009) 10. Anjos & Cypriano (2006) 11. Arruti (2008) 12. Assunção (1994) 13. Azevedo (2002) 14. Bahl (2004) 15. Barretto (2003) 16. Barreto (2000) 17. Barth (1988) 18. Bauman (1999) 19. Bauman (2001) 20. Bauman (2005) 21. Benevides (1997) 22. Beni (2006) 23. Boissevain (1996) 24. Canclini (1997) 25. Carvalho (1996) 26. Carvalho (2003) 27. Castells (1999) 28. Castro (2013) 29. Chiavenato (2006) 30. Ciampa (1983) 31. Costa (2013) 32. Deschamps & Moliner (2009) 33. Dias & Cassar (2006) 34. Ensslin, Ensslin, Lacerda & Tasca (2010) 35. Farias (2002) 36. Farias,	5. Brasil (2007) 6. Brasil (2003) 7. Brasil (2002) 8. Brasil (2001) 9. Brasil (1988) 10. Brasil (1850) 11. Cavnignac, Melo, Rodrigues-Júnior & Santos (2007) 12. Comissão Pró-Índio de São Paulo (2018) 13. Confederação Nacional de Municípios (2004) 14. Fundação Cultural Palmares (2018) 15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a) 16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b) 17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020c) 18. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014) 19. Instituto Nacional de Colonização e Reforma
------------------------------------	---	---	--	--	---

	(2009) 33. Figueiredo, Chiari & Goulart (2013) 34. Fortunato & Silva (2017) 35. Furtado, Sucupira & Alves (2014) 36. Gallarza, Saura & Garcla (2002) 37. Garcia (2016) 38. Gibbert, Leibold & Probst (2002) 39. Gomes, Silva & Silva (2013) 40. Gottschall (2012) 41. Graburn (1984) 42. Grünewald (2004) 43. Grünewald (2003) 44. Gursoy, Kim & Uysal (2004) 45. Haesbaert (2004b) 46. Hudson, So, Meng, Cárdenas & Li (2018) 47. Jackson (2008) 48. Lavandoski, Tonini & Barreto (2012) 49. Leite & Marques (2008) 50. Leite (2008) 51. Link & Phelan (2001) 52. Little (2002) 53. Macedo (2014) 54. Maffesoli (2001) 55. Maranhão & Bueno (2012) 56. Mazzon & Vera (2008) 57. Miranda (2012)			Macedo & Galvão (2020) 37. Fisher (1996) 38. Fiorentini & Lorenzato (2006) 39. Fredrickson (2002) 40. Freitas (1984) 41. French (2009) 42. Friedman (1984) 43. Funari (1996) 44. Giddens (2000) 45. Giddens (1996) 46. Gomes (2008) 47. González-Rey (2003) 48. Goulart (2016) 49. Grünewald (1999a) 50. Grünewald (1999b) 51. Guimarães (1996) 52. Habermas (1987) 53. Haesbaert (2004a) 54. Haesbaert (2001) 55. Hall (2001) 56. Hall (2000a) 57. Hall (2000b) 58. Hall (1999) 59. Hannerz (1992) 60. Hernández-Hernández (1998) 61. Irving (2009) 62. Jenkins (1997) 63. Jenkins (1997) 64. Krippendorf (2006)	Agrária. (2018) 20. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017) 21. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2015) 22. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (2011) 23. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (2005)
--	---	--	--	--	--

58. Mitchell & Muckosy (2008)		65. Krippendorf (2000)	
59. Monsma (2017)		66. Lacerda, R.F. (2012)	
60. Neiman, Geerdink & Pereira (2011)		67. Lefèvre & Lefèvre (2003)	
61. Nitahara (2019)		68. Leite (2000)	
62. Nunkoo & Gursoy (2012)		69. Leony (2002)	
63. Oliveira (2012)		70. Lévi-Strauss (1996)	
64. Oliveira & Ricco (2013)		71. Little (2001)	
65. Oliveira-Junior (2017)		72. Maldonado (2009)	
66. Oliveira (2021a)		73. Marim & Castro (2004)	
67. Oliveira (2021b)		74. Mathews (2002)	
68. Oliveira (2020b)		75. Max-Neef (1993)	
69. Oliveira & Monsma (2014)		76. Mcsill (2013)	
70. Oramas (2004)		77. Medeiros, Serrano & Souza (2020)	
71. Pereira & Oliveira (2019)		78. Miles (1993)	
72. Plummer, Telfer, Hashimoto & Summers (2005)		79. Miranda & Miranda (1999)	
73. Ramos (1994)		80. Moraes (1999)	
74. Ratts (2003)		81. Munanga (2004)	
75. Salgado & Santos (2012)		82. Oliveira (2020a)	
76. Santana-Talavera (2003)		83. Pereira (2008)	
77. Santos (2007)		84. Pinto (2012)	
78. Santos, Ferreira & Costa (2014)		85. Pozenato (2003)	
79. Santos & Barreto (2006)		86. Pozenato (1990)	
80. Santos & Cavnignac (2019)		87. Putnam (2006)	
81. Schmitt, Turatti & Carvalho (2002)		88. Raffestin (1993)	
82. Silva (2020)		89. Funari (1996)	
83. Silva (2016)		90. Reis (2007)	
84. Silva & Sant'Anna (2014)		91. Reis & Gomes (1996)	
85. Silva, Matta & Coimbra-Sá (2016)		92. Ribeiro (2006)	
		93. Richardson (2009)	
		94. Rodríguez	

	86. Silva (2019) 87. Silva & Silva (2014) 88. Silva & Carvalho (2010) 89. Simpson (2008) 90. Sousa, Alves & Farias (2015) 91. Spendolini (1993) 92. Teixeira, Michelin & Dall'Agnol (2008) 93. Theodoro, Moraes & Gomes (2016) 94. Wang & Chen (2015) 95. Williams, McDonald, Riden & Uysal (1995) 96. Williams & Kelly (2001) 97. Zhang, Ryan & Cave (2016) 98. Zucco, Quadros, Schmitt & Fiuza (2017)			(1997) 95. Roosens (1989) 96. Sampaio, Henríquez & Mansur (2011) 97. Sansolo & Bursztyn (2009) 98. Santos (1993) 99. Santos (2002) 100. Sen (2000) 101. Severino (2007) 102. Singer (2010) 103. Singh (1994) 104. Smith (1989) 105. Souza (1996) 106. Sundfeld (2002) 107. Swarbrooke (1994) 108. Tenório (2007) 109. Vainfas (2000) 110. Verdejo (2006) 111. Wade (2000) 112. Watson (1993) 113. Woodward (2000) 114. Zaoual (2009)	
--	---	--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Por fim, cabe mencionar que a escrita desta tese possui traços característicos de uma etnografia, alicerçada através das entrevistas em profundidade, observação participante, realização de estudo focal a partir das rodas de conversa, bem como através da história oral apresentada através das narrativas dos sujeitos que colaboraram com este estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Contextualização histórica e socioeconômica das comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros"

Ao que diz respeito aos municípios do Seridó Potiguar que foram escolhidos para este estudo, destacam-se as seguintes informações sobre Parelhas/RN, município da comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c): quem nasce em Parelhas é denominado de parelhense; sua população estimada em 2020 foi de 21.545 pessoas; sua população no último Censo de 2010 era de 20.354 pessoas; sua densidade demográfica em 2010 era de 39,67 hab/km².

O município de Parelhas/RN, ao considerar o salário médio mensal em 2018, destaca-se que ele era de 1,5 salário mínimo. Além disso, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19,0%. Ao realizar comparação com os outros municípios do estado, afirma-se que o referido município ocupava as posições 140 de 167 e 12 de 167, respectivamente. Quando se compara o município mencionado com cidades do país todo, ele ficava na posição 4941 de 5570 e 1479 de 5570, respectivamente. Ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Parelhas/RN tinha 41,7% da população nessas condições, o que o deixou na posição 154 de 167 considerando as cidades do estado e na posição 2510 de 5570 dentre as cidades do Brasil (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

A taxa de escolarização de Parelhas/RN, de 6 a 14 anos de idade, no ano de 2010 foi de 98,3%; o IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) no ano de 2017 foi de 5,4; o IDEB nos anos finais do ensino fundamental (Rede pública) foi de 4,2 neste mesmo ano (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

As matrículas no ensino fundamental de Parelhas/RN, em 2018, somaram 3.206 e as matrículas no ensino médio somaram 1.027; o número de docentes no ensino fundamental, em 2018, foi 155 e no ensino médio foi 75; o número de estabelecimentos de ensino fundamental em 2018 somaram 17 escolas e no ensino médio foram 5 escolas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b).

O PIB *per capita* de Parelhas/RN, em 2018, foi de 15.402,14 reais; o percentual das receitas oriundas de fontes externas, em 2015, foi de 91,8%, o Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), em 2010, foi 0,676; o total de receitas realizadas, em 2017, foi de 39.909,26 reais ($\times 1000$); o total de despesas empenhadas, em 2017, foi de 37.633,89 reais ($\times 1000$) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b).

A taxa de mortalidade infantil média em Parelhas/RN, em 2017, era de 14,34 para 1.000 nascidos vivos; as internações por motivo de diarreias foi de 1,4 para cada 1.000 habitantes. Ao realizar comparação com todos os municípios do estado do Rio Grande do Norte, Parelhas ficava nas posições 59 de 167 e 55 de 167, respectivamente; ao se comparar com a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2060 de 5570 e 1967 de 5570, respectivamente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b).

Parelhas/RN possuía, ainda, uma área da unidade territorial, em 2019, de 513,507 km². Em 2010, apresentava 70,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 91,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio); quando realizada a comparação com os outros municípios do estado, fica na posição 12 de 167, 36 de 167 e 88 de 167, respectivamente. Já quando realizada a comparação com outras cidades do Brasil, sua posição é 1382 de 5570, 1393 de 5570 e 4123 de 5570, respectivamente; seu Bioma é a Caatinga; não pertence ao Sistema Costeiro-Marinheiro; sua Região de Influência é o Arranjo Populacional de Natal/RN - capital; suas regiões intermediária e imediata é Caicó; sua Mesorregião é a Central Potiguar e a Microrregião é o Seridó Oriental (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b).

Já ao que se refere ao município de Currais Novos/RN, município em que está localizada a comunidade quilombola “Negros do Riacho”, destaca-se que (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c): quem nasce no mencionado município é denominado de currais-novense; sua população estimada em 2020 foi de 44.905 pessoas; em 2010, sua população no último Censo era de 42.652 pessoas e sua densidade demográfica era de 49,35 hab/km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

No ano de 2018, o salário médio mensal em Currais Novos/RN era de 1,7 salário mínimo; a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de 14,1%; ao realizar comparação com os outros municípios do estado do Rio

Grande do Norte, Currais Novos ocupava as posições 90 de 167 e 29 de 167, respectivamente; ao realizar comparação com cidades do Brasil, ficava na posição 3873 de 5570 e 2368 de 5570, respectivamente; ao considerar os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, Currais Novos possuía 44.2% da população nessas condições, o que o posicionou em 144 de 167 dentre as cidades do estado do Rio Grande do Norte e na posição 2237 de 5570 dentre as cidades brasileiras (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

No ano de 2010, a taxa de escolarização de Currais Novos de 6 a 14 anos de idade era de 97,8%; em 2017, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) era de 5,6 e o IDEB para os anos finais do ensino fundamental (Rede pública) era de 3,8 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

Em 2018, o número de matrículas no ensino fundamental em Currais Novos foi de 5.412 e no ensino médio foi de 2.112. No mesmo ano, o número de docentes no ensino fundamental era de 313 e no ensino médio era 165. Já ao que se refere ao número de estabelecimentos de ensino fundamental, em 2018, somava-se 31 escolas e 9 escolas de ensino médio (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

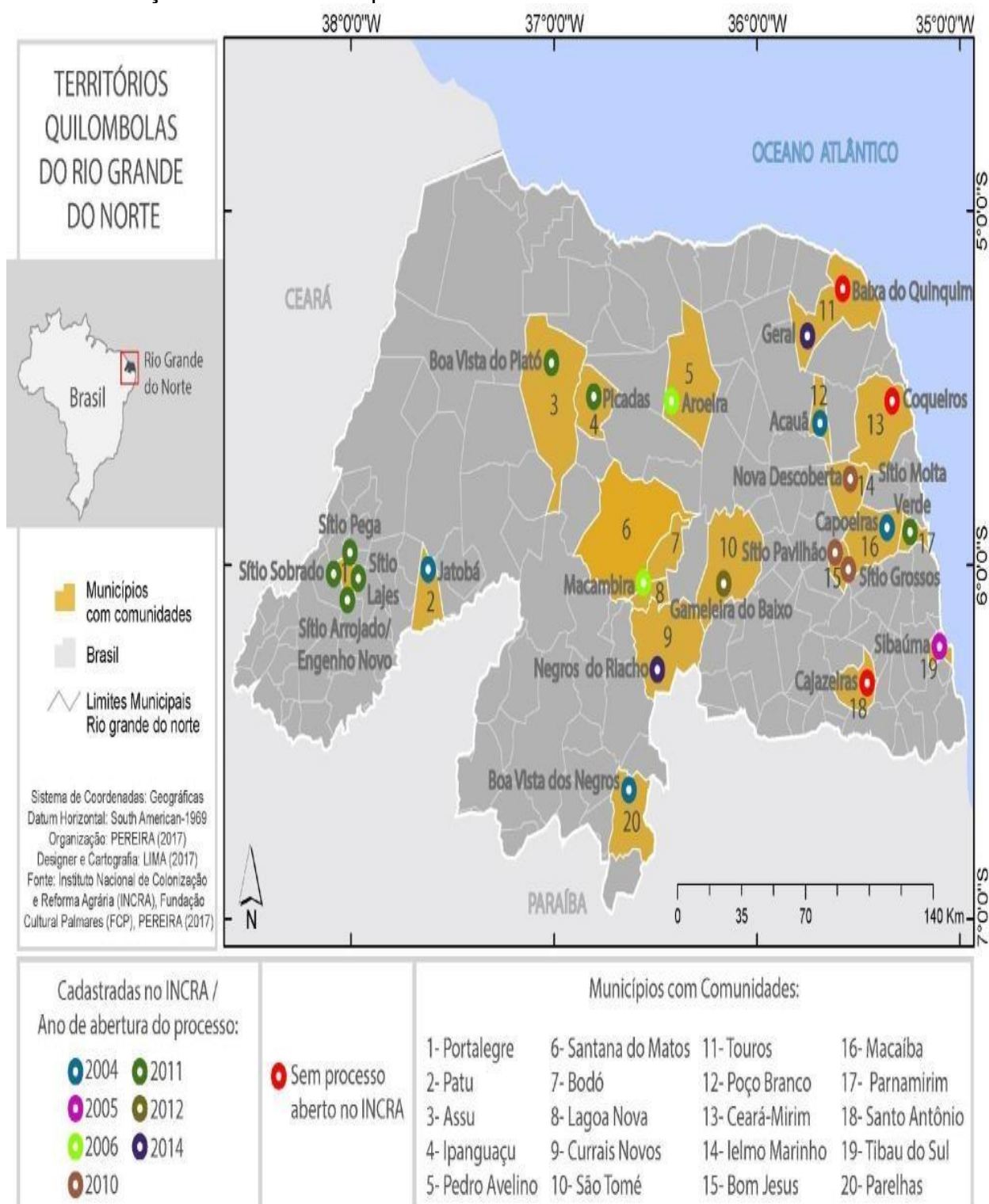
Ainda sobre Currais Novos/RN, cabe destacar que o PIB *per capita* no ano de 2018 era de 15.575,80 reais. O percentual das receitas oriundas de fontes externas no ano de 2015 era de 90,6% e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 era de 0,691. Em 2017, o total de receitas realizadas foi de 80.448,97 reais (×1000) e o total de despesas empenhadas foi de 74.094,08 reais (×1000) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

A taxa de mortalidade infantil média na cidade supracitada é de 7,91 para 1.000 nascidos vivos. Ao que se refere às internações devido a diarreias, o número reflete 0,5 para cada 1.000 habitantes. Ao realizar comparação com todos os municípios do estado do Rio Grande do Norte, Currais Novos fica nas posições 100 de 167 e 83 de 167, respectivamente. Ao realizar comparações com cidades do Brasil, essas posições são de 3571 de 5570 e 3330 de 5570, respectivamente. Possuía, em 2009, 20 estabelecimentos de saúde do SUS (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

A área da unidade territorial de Currais Novos, em 2019, era de 864,349 km². Apresentava, em 2010, uma taxa de 82,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 60,6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Ao ser realizada comparação com os outros municípios do estado do Rio Grande do Norte, ficou na posição 2 de 167, 129 de 167 e 49 de 167, respectivamente. Ao realizar comparação com outras cidades brasileiras, sua posição foi para 847 de 5570, 3645 de 5570 e 3540 de 5570, respectivamente. Seu Bioma é a Caatinga, não pertence ao Sistema Costeiro-Marinheiro, sua hierarquia urbana está relacionada com o Centro Sub-regional B (3B) e sua Região de Influência se refere ao Arranjo Populacional de Natal/RN - Capital Regional A (2A). Sua Região intermediária é Caicó, a Região imediata é Currais Novos, sua Mesorregião é a Central Potiguar e a sua Microrregião é a Seridó Oriental (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020c).

Cabe mencionar, ainda, que em 2019, contabilizavam 23 (vinte e três) territórios quilombolas reconhecidos no estado do Rio Grande do Norte, ao ponto que 20 (vinte) deles estavam com processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. A Ilustração 16 apresenta a localização desses territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Norte, as comunidades que ainda não tinham acesso a essa política e os anos de abertura dos processos (Pereira & Oliveira, 2019).

Ilustração 16. Territórios quilombolas no estado do Rio Grande do Norte.



Fonte: Elaborado por Pereira & Oliveira (2019) a partir de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2018) & Fundação Cultural Palmares (2018).

O Quadro 4, por sua vez, apresenta as comunidades quilombolas que estavam com processo em andamento e a única comunidade que era titulada no estado do Rio Grande do Norte (Pereira & Oliveira, 2019):

Quadro 5. Comunidades com processo em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e comunidade titulada – RN.

Comunidade	Município de Localização	Área/ha	Número de Famílias	Etapa do processo
Acauã	Poço Branco	540,5138	47	CDRU
Aroeiras	Pedro Avelino	530,8024	37	RTID
Boa Vista dos Negros	Parelhas	445,2676	36	Decreto no DOU
Capoeiras	Macaíba	906,7744	232	Decreto no DOU
Jatobá	Patu	219,1934	18	Titulado
Macambira	Lagoa Nova, Santana do Matos e Bodó	2.589,1695	263	Portaria no DOU
Sítio Pavilhão	Bom Jesus	52,1668	23	RTID

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018.

Refletindo o que foi exposto no Quadro 4, destaca-se que a etapa para a “Concessão de Direito Real de Uso – CDRU” correspondente ao processo da comunidade quilombola “Acauã” se refere à concessão de uso de parte das terras reivindicadas pela referida comunidade, considerando que a outra parte das terras ainda não havia sido desapropriada para fins de titulação (Pereira & Oliveira, 2019).

Cabe destacar, também, que os RTIDs identificados nas comunidades quilombolas “Pavilhão” e “Aroeiras” se referem à etapa de mapeamento de cada área, análise da situação jurídica das terras e construção do relatório antropológico. É preciso enfatizar, ainda, que os decretos para desapropriação que foram publicados no Diário Oficial da União nos processos das comunidades quilombolas “Capoeira” e “Boa Vista dos Negros” determinaram a desintrusão¹³ das terras, bem como a indenização aos “não quilombolas” ocupantes. Infere-se, também, que a

¹³Consiste em uma medida legal tomada para que se concretize a posse efetiva da terra indígena a um povo, após a etapa final do processo. É, ainda, um instrumento jurídico utilizado para garantir a efetivação plena de direitos territoriais, através da retirada de eventuais ocupantes que não sejam povos tradicionais.

Portaria no Diário Oficial da União no processo da comunidade quilombola “Macambira” delimitou as áreas reconhecidas como sendo propriedade das comunidades (Pereira & Oliveira, 2019).

Ainda segundo Pereira e Oliveira (2019), os territórios que não se enquadravam no que foi descrito no Quadro 4 não apresentavam significativos avanços no processo. De acordo com o antropólogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, as diferenças entre os que estão em andamento e a quantidade de processos abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária se justificam em decorrência da falta de recursos financeiros para proporcionar prosseguimento às etapas de avaliação dos processos, monitoramento, mapeamento dos territórios e visitas técnicas.

Destarte, as dificuldades em campo provocam atraso no andamento da elaboração dos RTID's¹⁴, com destaque para: registros históricos da formação dos territórios, perda de documentos e discrepância na oralidade entre os moradores das comunidades quilombolas supramencionadas (Pereira & Oliveira, 2019).

Ainda de acordo com o antropólogo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o maior gargalo não consistia no fato de não existir um relatório antropológico realizado - afirmação feita porque muitas comunidades possuem relatório, mas em não possuírem processos em andamento. Para o referido antropólogo, no estado do Rio Grande do Norte, os recursos destinados para regularização quilombola inviabiliza ações pois só correspondem a, aproximadamente, R\$ 24.000 (vinte e quatro mil reais) para ser utilizado o ano inteiro (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018; Pereira & Oliveira, 2019).

Considerando os aspectos históricos e identitários da população quilombola, destacam-se os “Negros do Riacho”, os quais passaram por um contínuo e demorado processo de exclusão social, fundamentalmente ao que se refere ao processo de invisibilidade provocado pelo discurso em que se priorizava a colonização portuguesa da Região Seridó como uma experiência modelo e de mérito para um tipo ideal de seridoense (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho,

¹⁴Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Ao considerar as narrativas dos moradores dos “Negros do Riacho” (ver ilustrações 18 e 19) sobre aspectos históricos e vivências, e ao considerar os aspectos do Discurso do Sujeito Coletivo, evidenciou-se que a referida comunidade possui mais de 100 (cem) anos, tendo perpassado por múltiplas dificuldades socioeconômicas. Outrora, existiu momentos em que precisaram comer casca de fava verde e xique-xique para saciar a fome (Assunção, 2006; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Ilustração 18. Placa de sinalização para os “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 19. Artefato em barro indicando entrada para os “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Nos “Negros do Riacho”, existe uma associação em que cada representante eleito atua por um período de três anos, com o objetivo de organizar a comunidade (Assunção, 2006). Destaca-se, ainda, que os primeiros moradores do riacho se apropriaram da terra, de acordo com documentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, logo quando chegaram em Currais Novos (Assunção, 1994; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Ilustração 20. Marca do Projeto "Ponto de Memória" dos "Negros do Riacho".



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

A história oral e alguns registros fotográficos (Medeiros, 2008) do Projeto “Ponto de Memória” (Ilustração 20) revelam que, no passado, as casas nos “Negros do Riacho” eram feitas de barro para obter energia elétrica e que precisavam percorrer mais de 4 (quatro) quilômetros para conseguir água (Assunção, 1994). Em 2005, surgem as primeiras casas de alvenaria através da pessoa do Frei Fernandes, o qual construiu 5 (cinco) destas casas (Assunção, 2006). A energia foi obtida através da pessoa de nome Carmelita (falecida), a qual organizou um abaixo-assinado para conseguir tal feito (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Como potencialidades turísticas dos “Negros do Riacho”, destaca-se o projeto “Mãos no barro”, desenvolvido com as crianças da referida comunidade e com visitantes, com realização de oficinas de confecção de itens de barro (potes,

pratos, panelas e jarros). Tais itens são comercializados a quem interessar, seja nas feiras do município de Currais Novos, sejam nos momentos de visitas à comunidade; existe, ainda, a exposição fotográfica (Medeiros, 2008) através do projeto “Ponto de Memória” (ver ilustrações 20 e 21), o qual é realizado com as crianças e os adolescentes do riacho; ao considerar os aspectos geográficos, pode-se enfatizar que a paisagem é a da caatinga, a qual atrai olhares de visitantes dos mais diversos lugares.

Ilustração 21. Exposição do Projeto "Ponto de Memória" dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Neste referido projeto de fotografias, foram realizados registros de pessoas, artesanato e vivências locais: mulheres com potes d’água na cabeça; caixa d’água construída como símbolo de vitória e conquista da união dos moradores da comunidade; bem como artesanatos e itens de barro. Além disso, pode-se destacar as festividades no período do “São João”, com ênfase nas danças juninas, comercialização de comidas típicas, forró, bem como comercialização do artesanato local. Quando da realização da Festa do Padroeiro São Benedito, ocorre o momento da festa (profano), da missa (santo) e o momento do leilão (Farias, Coutinho,

Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Pode-se assinalar, como características e vivências marcantes dos “Negros do Riacho”, os momentos de apresentação de crianças da música “Alecrim Dourado” – herança cultural ensinada por seus pais e avós. Existem, também, momentos de realização de oficinas de pinturas, através de parceria realizada com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte. A comunidade possui um comércio modesto com pequenas mercearias que vendem alimentos e doces para crianças. A agricultura familiar, por sua vez, possibilita a comercialização de coentro, hortaliças e alfaces nas moradias dos produtores locais e na feira da cidade de Currais Novos - realizada em todas as segundas-feiras (Assunção, 2006; Assunção, 1994; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015). Desta feita, a realização da Análise *SWOT* sobre a referida comunidade possibilitou evidenciar os seguintes aspectos:

Ilustração 22. Elementos da Matriz *SWOT*.



Fortalezas



Oportunidades



Ameaças



Debilidades

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Ao que diz respeito ao ambiente interno, os “Negros do Riacho” possuem os seguintes pontos fortes: bem-receber (receptividade e hospitalidade); atrativos culturais (patrimônio material e imaterial); atrativos históricos (rodas de conversa com os moradores mais antigos); atrativos naturais. Considerando alguns pontos fracos, podem ser listados os seguintes: mesmo com a existência de uma associação comunitária, ainda se percebe que existe uma desorganização dos

moradores ao que diz respeito à união para a tomada de decisões; e, ainda não existe acessibilidade para deficientes (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

A realidade para o turismo revela que o que existe é, na verdade, visitação pontual de caráter pedagógico, com grupos locais, da Região Seridó e, em algumas vezes, com instituições de ensino de Natal, capital do estado (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Os moradores dos “Negros do Riacho” afirmam, também, que eles possuem relação de dependência da cidade mãe e, com isso, as idas para Currais Novos se restringem a: ir   feira para comercializar seus produtos (artesanatos e produção da agricultura familiar); realizar matrícula de seus filhos; realização de consultas médicas; resolver problemas cotidianos; e, ir ao banco – para receber benefícios sociais ou para pagar contas (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Os aspectos geográficos dos “Negros do Riacho” revelam que a vegetação   rasteira, com pouca plantação, acinzentada e com criação de animais de corte ou leiteiros inexistentes (Assunção, 2006). Sua vegetação acinzentada apenas seria uma característica marcante da caatinga - vegetação única em todo o mundo, considerada como um atrativo paisagístico para apreciadores deste bioma. Destarte, essas características mencionadas despertam interesses de estudiosos, pesquisadores e visitantes que buscam compreender sobre este bioma e vivenciar esses espaços.

Pensa-se que a realização de um pensar e agir coletivamente possa colaborar, n  só para a implementação de um Turismo de Base Local na comunidade em questão, como também serviria para minimizar os efeitos da falta de políticas públicas direcionadas para fatores de vulnerabilidade social (Farias,

Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Contundentemente, evidenciou-se que os “Negros do Riacho” – com o passar dos anos - tiveram uma evolução com destaque para as condições das residências, maior desenvolvimento humano, cultural e econômico, bem como melhoria da renda dos *comunes* - em decorrência da produção e comercialização das peças feitas com barro e do sabão caseiro (ver ilustrações 23, 24, 25, 26, 27 e 28). Contudo, ainda prevalece a renda advinda de aposentadorias e de programas governamentais (Oliveira, 2012) como o “Bolsa Família”¹⁵ (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

Ilustração 23. Produtos comercializados nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

¹⁵Que, em 2022, passa a ser chamado de “Auxílio Brasil”.

Ilustração 24. Louças de barro dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 25. Louças de barro dos “Negros do Riacho”.



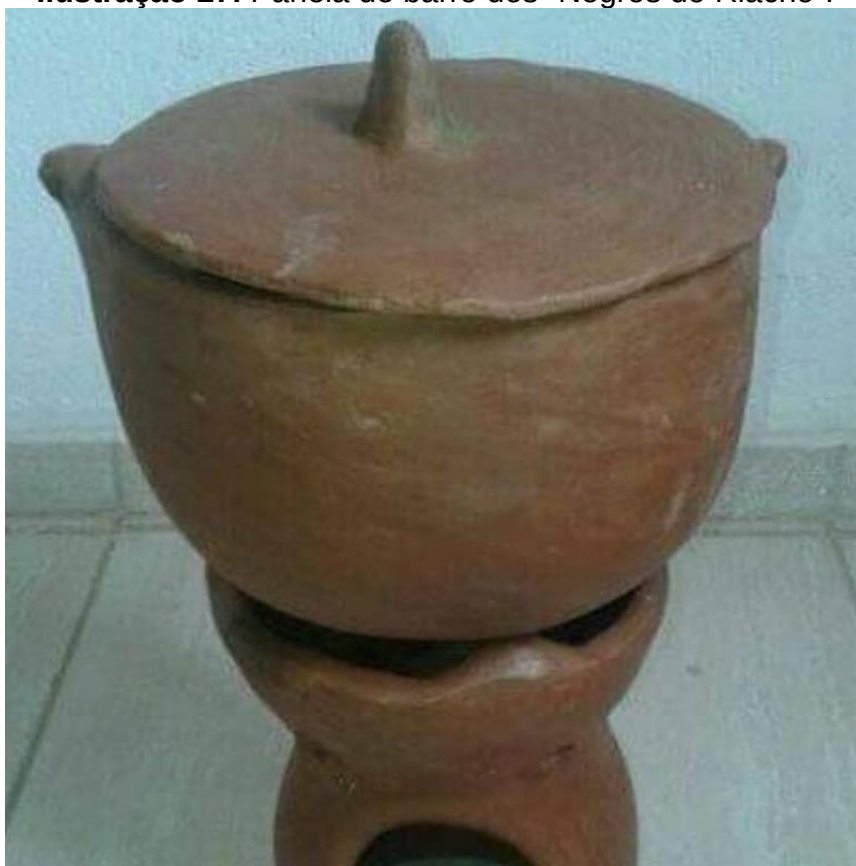
Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 26. Momento de comercialização das louças de barro dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 27. Panela de barro dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 28. Comercialização das louças de barro e sabão dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Como forma de divulgar as louças de barro (Ilustração 29) produzidas pelas artesãs da comunidade “Negros do Riacho”, são realizadas participações em feiras, eventos científicos e culturais, bem como em exposições locais, estaduais e regionais, na medida em que se tenha recursos próprios ou subsídio da prefeitura local para a realização desta divulgação para a comercialização.

Ilustração 29. Exposição de louças de barro dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Do mesmo modo, ocorre a divulgação do sabão caseiro (Ilustração 30), também produzido na referida comunidade, os quais são elaborados com produtos reaproveitados e baseados nos princípios da sustentabilidade ambiental, beneficiando as famílias de quem os produz.

Ilustração 30. Exposição do sabão produzido nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Cabe ressaltar, ainda, que são aproveitados estes momentos de divulgação dos produtos supracitados para expor os *banners* contando e ilustrando sobre a trajetória histórica da comunidade quilombola “Negros do Riacho”, sendo possível ouvir um pouco desta história oral através dos relatos de quem está comercializando os produtos, bem como são informadas as formas de produção das louças e do sabão, agregando valor ao que se comercializa.

Sobre a produção do sabão artesanal, destacam-se as ilustrações 31 e 32, às quais representam não só mulheres empreendedoras e fortes, mas

visionárias e símbolos de lutas, resistência e representatividade do papel da mulher no fortalecimento da cultura negra em Currais Novos e no Seridó Potiguar.

Ilustração 31. Artesã produtora do sabão dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 32. Artesãs produtoras do sabão dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ainda considerando as ilustrações 31 e 32, se faz reflexão sobre o semblante de alegria das produtoras do sabão caseiro para comercialização e uso interno na comunidade quilombola “Negros do Riacho”. Dito de outra forma, o que é comercializado não é apenas o sabão, mas a história que cada uma das artesãs tem. Em cada sabão produzido, há impressão de luta de pessoas que resistiram à falta de água, energia e alimento, além de danos históricos irreparáveis, bem como um contexto de racismo e preconceito que ainda é uma triste e vergonhosa realidade. Existe, ainda, a perspectiva de dias melhores através de “suor diário do trabalho manual” em capital econômico que possibilite que sejam comprados alimentos e itens de subsistência para famílias que, por alguns momentos, não

tinham mais pensamentos de empreender e de serem reconhecidas por seus produtos.

Na sequência destes relatos sobre a comunidade mencionada, destacam-se, neste momento da escrita, sobre a fé do povo seridoense, ao ponto que as imagens 33 e 34 imprimem o desejo de dias melhores alicerçados no que é revelado nas escrituras e nos relatos sobre o cristianismo. Na Bíblia, é enfatizada a questão da igualdade e do amor de Deus a cada um de seus filhos.

Para os seridoenses e através da revelação das falas de alguns sujeitos participantes desta pesquisa, ir para a capela e direcionar momentos para o encontro com o divino provoca a sensação de “paz interior”. Nestes momentos de encontros com Deus, com os demais moradores, familiares e amigos, são revelados os princípios de solidariedade, compaixão, caridade e fé (Garcia, 2016).

Ilustração 33. Missa na capela dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 34. Moradores em missa na capela dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Existem, ainda, os momentos de reunião (Ilustração 35) para o planejamento de realização de oficinas com crianças e com demais moradores da comunidade, fundamentalmente, para realizar compartilhamento de saberes, contação de histórias e exercícios manuais envolvendo o artesanato.

Ilustração 35. Momento de reunião nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

As oficinas realizadas com as crianças (Ilustrações 36 e 37) possuem foco educativo ao que diz respeito às tradições locais, respeito aos mais idosos e sábios, rememoração da história de quem ali vive, produção das louças de barro, bem como são realizados momentos para pinturas diversas, incluindo pinturas nas próprias louças produzidas, sejam nas oficinas sejam pelas loiceiras da comunidade “Negros do Riacho”.

Ilustração 36. Oficinas com crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 37. Equipe de realização de oficina com crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Sobre momentos de descontração, lazer e união nos “Negros do Riacho”, destaca-se a existência de um grupo de amigos que formaram um time de futebol (Ilustrações 38 e 39), representando a comunidade em jogos locais e na Região Seridó.

Ilustração 38. Time de futebol dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 39. Time de futebol dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Existem, também, os momentos de confraternização e exemplos de amor ao próximo. As próximas imagens refletem um momento que representa mais que um “Dia das crianças” na comunidade “Negros do Riacho”. Sobre isso, ressalta-se que este dia festivo foi idealizado por um casal que presenteou o seu filho com seu aniversário na referida comunidade. Neste dia, quem recebeu os presentes foram as crianças que ali moravam e o aniversário foi ressignificado como um dia de partilha, amor ao próximo e compaixão com os menos favorecidos, seja financeiramente seja de respeito – “o preconceito e o racismo podem provocar danos irreparáveis na vida de uma criança”. Momentos como estes proporcionam alegrias e experiências que ficam no imaginário de todos que se fazem presentes.

Ilustração 40. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Neste dia lúdico, mágico e, por que não dizer “poético”, foram realizados momentos para comer e beber, brincadeiras, distribuição de presentes (Ilustrações 40, 41 e 42) e apresentação cultural dos próprios moradores integrantes de um grupo musical local (Ilustrações 43 e 44).

Ilustração 41. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 42. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 43. Dia das crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 44. Banda dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

A participação dos moradores da comunidade em momentos de rodas de conversas, oficinas, apresentações culturais, ludicidade, festas ou para receptividade de visitantes é, na maioria das vezes, representativa - como ilustram as imagens 45 e 46 que seguem:

Ilustração 45. Moradores dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 46. Moradores dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Destaca-se, por conseguinte, que são realizadas apresentações das louceiras e das representatividades locais (Ilustração 47) quando da realização de visitas por grupos: de estudantes, pesquisadores ou curiosos sobre a história, cultura e vivências dos “Negros do Riacho”. Nestes momentos, há oportunidade para perguntas e conversas descontraídas, além de existir oportunidade de relatar sobre como produzem a louça de barro, como viveram ao longo dos anos, bem como vivem e sobrevivem na referida comunidade.

Ilustração 47. Apresentação de moradora nos “Negros do Riacho.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Tais momentos ilustrados possibilitam que os moradores dos “Negros do Riacho” interajam não somente com os que os visitam quanto com os demais moradores (Ilustrações 48 e 49), tornando os encontros mais aprazíveis e com um maior índice de participação.

Ilustração 48. Interação de moradores nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 49. Oficina com crianças nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Cabe mencionar, ainda, que estes momentos para realização das atividades supramencionadas, geralmente, são realizados na capela da comunidade por ser um local amplo, com bancos para acomodações, boa iluminação, boa acústica e, sempre que possível, é destinado espaço para a exposição e comercialização das louças de barro produzidas manual e localmente (Ilustração 50).

Ilustração 50. Exposição do artesanato dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Outras temáticas para a realização de oficinas com as crianças também merecem destaque como: fotografias (projeto intitulado de “Eles *por* Eles”), momento em que as próprias crianças ou outro morador se fotografa ou fotografa outro morador, como forma de valorização do “eu”; representatividade e reconhecimento da tradição quilombola (com destaque para vestimentas, turbantes, acessórios, maquiagem e cabelo), minimizando a perspectiva e momentos de negação para se reconhecer e se valorizar enquanto negro (Ilustrações 51, 52 e 53).

Ilustração 51. Oficina de fotografia com criança dos “Negros do Riacho”.



Fonte: Rayssa Araújo, 2017.

Ilustração 52. Crianças dos "Negros do Riacho".



Fonte: Rayssa Araújo, 2017.

Ilustração 53. Criança dos "Negros do Riacho".



Fonte: Rayssa Araújo, 2017.

Ilustração 54. Louceira Crianças dos "Negros do Riacho".



Fonte: Rayssa Araújo, 2017.

As ilustrações 54 e 55 representam, nesta perspectiva de valorização cultural e histórica, uma das louceiras da comunidade “Negros do Riacho” ao produzir as louças de barro e a outra simboliza a simplicidade do local ofuscada pelo sorriso de alegria de quem estava sendo reconhecida e escolhida para representar a sua comunidade em uma imagem fotográfica.

Ilustração 55. Moradora dos "Negros do Riacho".



Fonte: Rayssa Araújo, 2017.

Para além das oportunidades de realizar momentos para visitas dos lares e vivenciar o cotidiano das pessoas que moram nos “Negros do Riacho”, existem os momentos para a contemplação da paisagem, quer seja no período matutino com o nascer do sol, seja no entardecer com pôr do sol, seja no anoitecer com o belo céu estrelado e o som da natureza que ecoa pelos ventos que chegam até os admiradores de locais únicos e distantes dos locais urbanos. Como forma de ilustrar esta afirmativa, destaca-se a seguinte imagem:

Ilustração 56. Vista noturna da entrada para os "Negros do Riacho".



Fonte: Alexandre Modesto, 2017.

Ao que se refere ao atual momento que considera os cuidados com o isolamento social em decorrência da pandemia do coronavírus, destacam-se as

ilustrações 57 e 58 que mostram visitas realizadas na comunidade “Negros do Riacho” para sensibilização quanto ao uso de máscaras, higienização e proteção.

Ilustração 57. Visitação de Secretaria Municipal de Saúde nos “Negros do Riacho”.



Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

Ilustração 58. Visitação de Secretaria Municipal de Saúde nos “Negros do Riacho”.



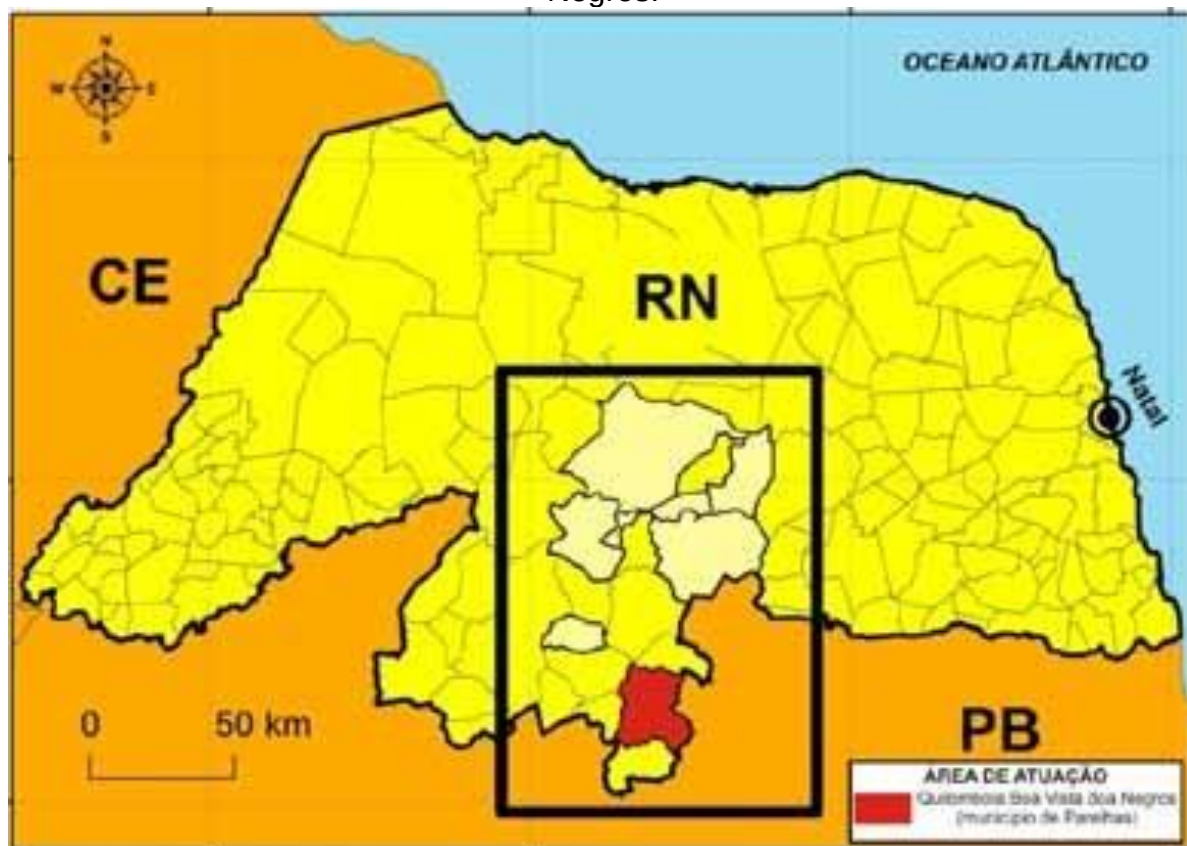
Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Negros do Riacho, 2020.

E é neste processo de escrita, em que não há uma linha do tempo histórica e cronológica nem subdivisão dos contextos que revelam vivências e realidades das duas comunidades quilombolas seridoenses estudadas com o intuito da implementação da atividade turística com foco no Turismo de Base Local, que se retoma - a seguir - alguns aspectos históricos e sociais das comunidades potiguaras.

Ao considerar o Nordeste, especificamente o estado do Rio Grande do Norte, Cavignac (2003) afirma que a história foi escrita por elites locais que tentaram apagar as etnias com o passar dos tempos. Deste modo, a autora sugere que é preciso desconfiar desta versão ilustrada pela historiografia tradicional que realizou esforço para descrever fatos, declarando, por exemplo, que houve extinção de populações autóctones (Santos & Cavignac, 2019), além de subestimar o número total de escravos no sertão (Queiroz, 2002).

É neste contexto de “tentativa de apagamento histórico” (Cruz, 2004; Silva, 2016) que surgem os grupos étnicos historicamente marginalizados pela conveniência de determinado grupo da elite (Goulart, 2016; Santos & Cavignac, 2019). Estes grupos, os quais se pode denominar de “comunidades quilombolas” - dentre as quais se destaca a “Boa Vista dos Negros”, viveram um processo de emergência étnica, desde 2003, por meio de políticas públicas afirmativas. Sobre a comunidade referida, pode-se destacar que ela se localiza na microrregião Seridó do estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na zona rural do Município de Parelhas (Ilustração 59), a 250 km da capital, Natal (Santos & Cavignac, 2019).

Ilustração 59. Mapa da área de atuação da Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros.



Fonte: Araújo, 2015.

Estudos apontam que a formação da comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros” data da segunda metade do século XVIII (Santos, 2007; Cavignac, 2006; Santos & Cavignac, 2019), mas, que provavelmente sua povoação se intensificou no século XIX, em decorrência das atividades canavieiras da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além de ser preciso considerar o advento da Lei Áurea (Cavignac, 2006; Santos & Cavignac, 2019).

Ressalta-se, por conseguinte, que o contingente populacional negro foi desenvolvido através de modos de sociabilidade e de sobrevivência alicerçadas em um contexto de relações interétnicas, bem como através de uma identidade coletiva fundamentada na ancestralidade comum e pela devoção à “Nossa Senhora do Rosário” (Cavignac, 2002; Cavignac, Melo, Rodrigues-Júnior & Santos, 2007; Goulart, 2016; Santos & Cavignac, 2019).

Com o passar dos anos, a comunidade referida foi se adaptando às transformações sociais e concedendo maior probabilidade de longevidade ao grupo, possuindo as mesmas características identitárias ao considerar a atualidade, mesmo

que os discursos tradicionais tenham se esforçado em apagar a presença desta população de matriz africana diante da memória seridoense (Santos & Cavignac, 2019).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2014), o município na qual a comunidade “Boa Vista dos Negros” está inserida possui serviços regulares de energia elétrica e água, serviço notarial, agência do Banco do Brasil, fórum judicial, 2 (duas) maternidades e 7 (sete) postos de saúde.

Os estudos de Araújo (2015) afirmam que a comunidade quilombola mencionada acima tem 445 hectares, estando localizada a 15 km do município sede (Parelhas), possuindo, ainda, casas em alvenaria, sendo realizadas atividades de plantio, bem como de criação de peixes e animais domésticos, sendo compreendida como uma economia de subsistência, a qual é complementada através do trabalho realizado nas cerâmicas existentes no referido território.

Ainda de acordo com Araújo (2015), destaca-se que a comunidade tem casas de jogos, quadra de esportes, campo de futebol modesto, igreja católica com a padroeira “Nossa Senhora do Rosário”, uma praça, uma escola municipal, um posto de saúde, poucas casas, dois açudes e alguns bares. Ao que diz respeito à sua história, destaca-se o papel da memória genealógica e da história oral para minimizar os impactos da falta de documentos que legitimem esta população para além da posse da terra, contemplando questões relacionadas com o sentimento de pertencimento.

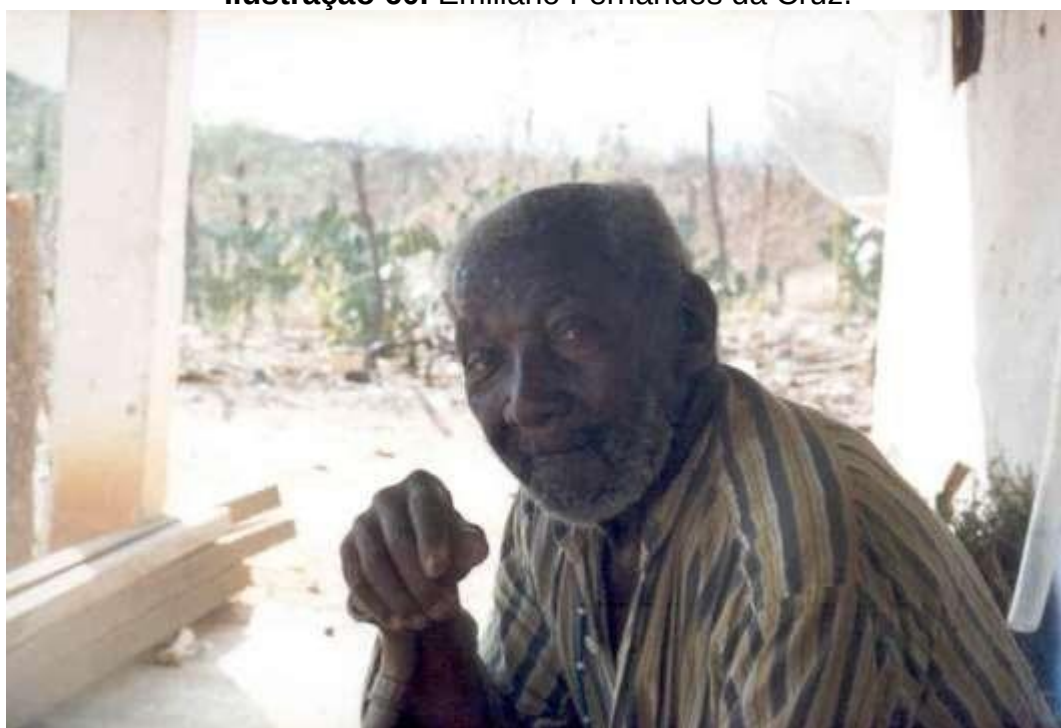
Considerando os estudos da professora Dra. Julie Cavignac, a qual participou da elaboração do “Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio Cultural” através de um convênio realizado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/RN - nos anos de 2006 e 2007, destaca-se a relevância das características culturais, ancestralidade e o papel da auto atribuição (Araújo, 2015).

Ao considerar as narrativas que ilustram a história oral que possibilitam melhor compreender sobre as vivências, lutas e trajetória da comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros”, destacam-se alguns estudos e acontecimentos.

A versão sobre a origem da comunidade está nas palavras de Emiliano (Ilustração 60) as quais revelam que o início se deu a partir da vinda de um retirante (Santos & Cavignac, 2019; Oliveira-Junior, 2017; Araújo, 2015; Cavignac, 2008;

Macêdo, 2005) vindo do poente – de cima – que tinha 3 (três) filhas. Cada uma destas filhas foi deixada em uma comunidade distinta. Uma foi deixada na “Boa Vista dos Negros”, outra no “Olho D’Água do Boi” e outra nos “Brejos da Paraíba”, em Lagoa Nova. A deixada na Boa Vista se chamava “Tereza” (Santos, 2020; Santos, 2007). Ele afirma que ele faz parte da quinta geração desta Tereza, ao destacar que era filho de Antônio, filho de Inácio, que era filho de Roberto que, por sua vez, era filho de Domingos. Seu Emiliano nasceu em 02 de fevereiro de 1908 (Oliveira-Junior, 2017; Santos, 2020).

Ilustração 60. Emiliano Fernandes da Cruz.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

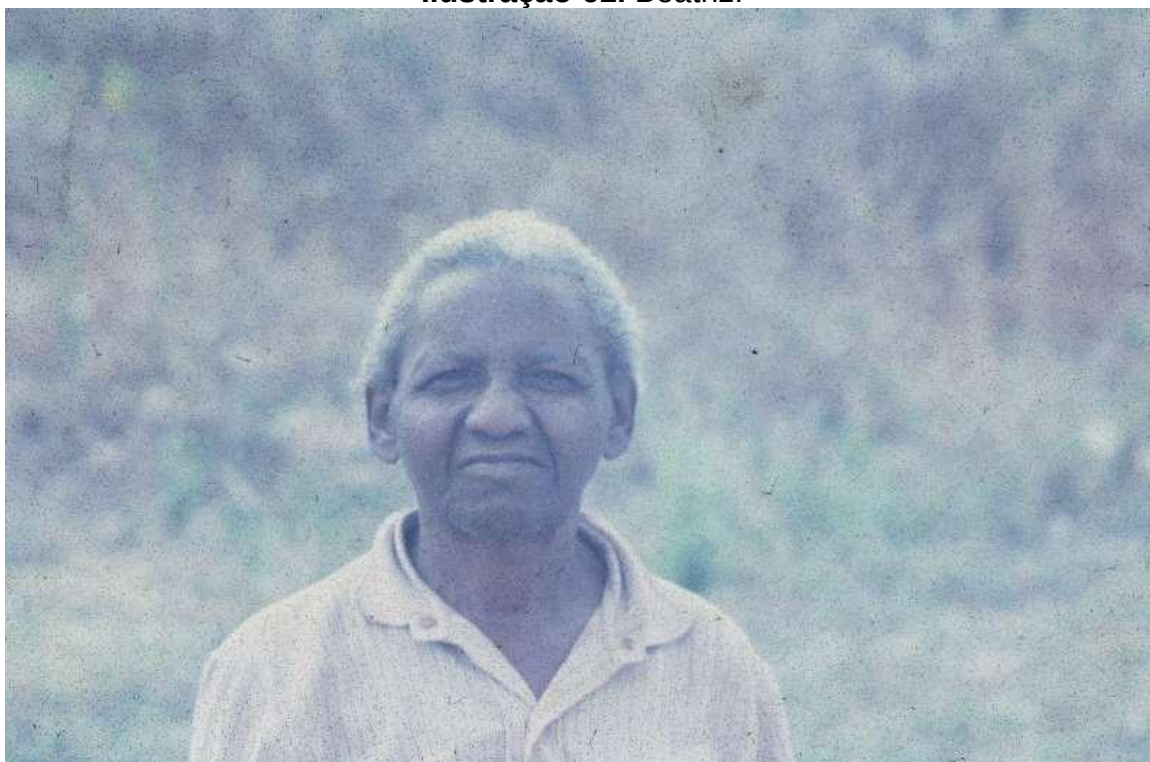
De acordo com Cavnac (2008), não existe uma data da chegada de Tereza na Fazenda Boa Vista que seja exata, podendo ser realizada a dedução, a partir de documentos da paróquia local e através de arquivos históricos, que tenha ocorrido na segunda metade do século XVIII, remetendo para a época em que as terras eram doadas e a relação entre grandes proprietários fundiários e seus moradores era “amigável”.

Os estudos de Oliveira-Junior (2017) apontam, ainda, que os quilombolas reconhecem uniformidade sobre o povoamento da localidade, ao ponto que a versão histórica apresentou circunstâncias envolvendo grupos étnicos e sociais

diferenciados. Destaca-se, a partir da história oral, que Tereza engravidou do Coronel Gurjão, o qual era o proprietário da fazenda Boa Vista, indo morar nesta propriedade com seu pai e suas irmãs – há, contudo, relatos que afirmam que Tereza apenas foi “adotada” pelo Coronel Gurjão, o qual documentou terras em nome da mesma, não sendo a gravidez da responsabilidade do referido Coronel.

De acordo com a fala de Beatriz (Ilustração 61), moradora da “Boa Vista dos Negros”, eles viraram eleitores depois de 1940 e isso fez minimizar as dificuldades diárias, não deixando de existir (Oliveira-Junior, 2017).

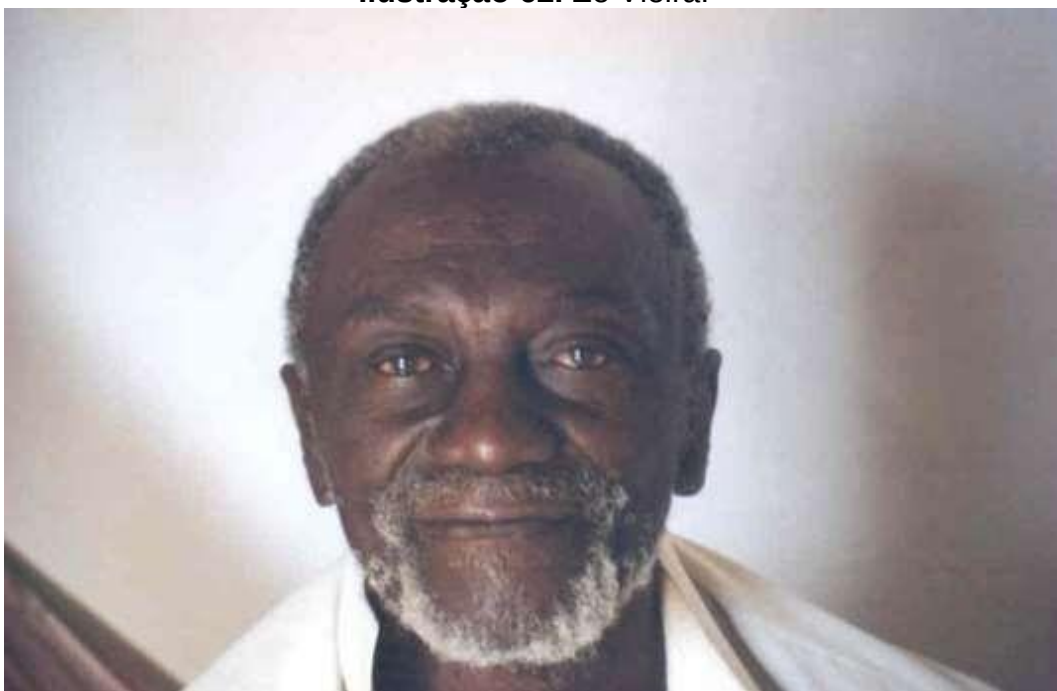
Ilustração 61. Beatriz.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

A narrativa de Zé Vieira, considerado como liderança política (Ilustração 62), destacou que, no ano de 1960, foi procurado pelo então prefeito chamado Florêncio Luciano e, a partir deste contato, providenciou a construção do açude dos negros. Além disso, o referido prefeito perguntou se Zé Vieira sabia ler ou se conhecia alguém que soubesse, para que todos os negros da comunidade aprendessem a ler e a escrever, tendo sido a irmã de Zé Vieira a pessoa indicada (Oliveira-Junior, 2017).

Ilustração 62. Zé Vieira.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Então, entre a década de 1960 e 1970, Dona Chica Vieira – irmã de Zé Vieira, iniciou a ensinar aos negros a ler e a escrever, tendo sido a primeira professora na comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros”. Dona Chica teve a oportunidade de estudar e de concluir o ensino médio em um período em que era quase impossível tal oportunidade (Oliveira-Junior, 2017).

Ilustração 63. Dona Chica Vieira.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

De acordo com Borba (2006), rememorar sobre o modo de vida e a memória de uma comunidade quilombola, considerando as narrativas de seus membros, implica em uma elevação da expressão única com posição simétrica à posição do discurso jurídico-institucional.

Ao que diz respeito ao caráter identitário dos grupos quilombolas brasileiros, consideram-se as relações de poder no território contemplando, então, o processo de politização dos territórios dos remanescentes de quilombo. É válido destacar, também, que as relações de poder político nestes territórios possuem a terra como base de difusão e representação de múltiplos interesses de quilombolas e do estado, tendo estas relações estreitadas a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, através do Artigo 68 mencionado anteriormente (Pereira & Oliveira, 2019). Sobre isso, Arguedas (2014) afirma que se estima que a titulação de todos os quilombos brasileiros não abrange, ao menos, 1% das terras, contrapondo aos 40% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil (Arguedas, 2014; Pereira & Oliveira, 2019).

Raffestin (1993) denomina de “vívido territorial”, o conjunto de objetos, símbolos, valores e elementos físico-social do território. E, neste contexto, a política de titulação de terras de quilombolas, de acordo com Andrade (1986), representa uma ação de reparação histórica da desigualdade em relação ao acesso à terra.

No ano de 2012, foi divulgada a Portaria de número 74 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, declarando que era de interesse social, para fins de desapropriação, “os imóveis sob domínio privado válido abrangidos pelo território da comunidade remanescente do Território Quilombola ‘Boa Vista dos Negros’, situado no Município de Parelhas, estado do Rio Grande do Norte, e dá outras providências” (Diário Oficial da União-DOU, em 22 de novembro de 2012). Tais títulos de terras garantem a posse e acesso a políticas públicas - educação, saúde e financiamentos por meio de créditos específicos (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2011). Outrossim, ressalta-se que a “Boa Vista dos Negros” é considerada organizada e é utilizada como exemplo para outras comunidades quilombolas do estado do Rio Grande do Norte, possuindo uma associação proativa, participação intensa dos moradores na Ordem do Rosário, um ponto de cultura, auto certificação territorial e existe atuação em movimentos sociais (Oliveira-Junior, 2017).

Retomando às narrativas que ilustram a história da comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros”, destaca-se a fala de “Seu Amaral” (Ilustração 64), o qual revela que é esposo de Dona Chica, tendo sido procurado pelo “Movimento Eclesial de Base” e, no ano de 1978, viajou sozinho até Brasília para conhecer os membros do “Movimento Negro” para falar sobre a Boa Vista e sua comunidade, tornando-se figura histórica para os moradores (Oliveira-Junior, 2017).

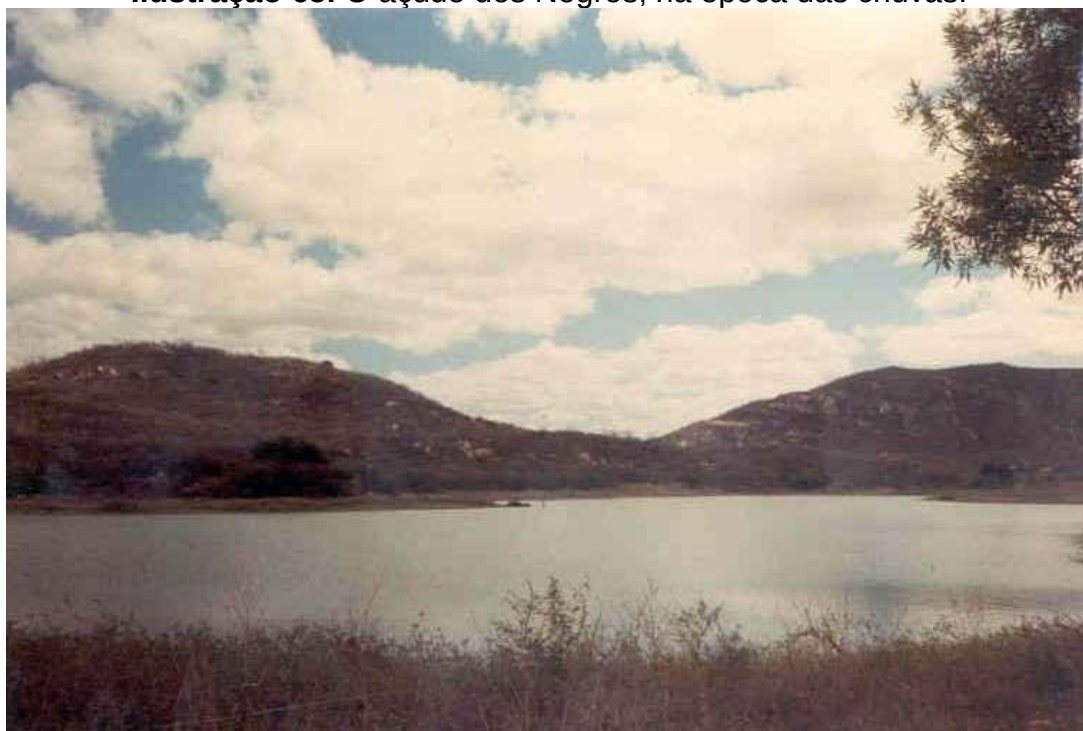
Ilustração 64. Seu Amaral.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Sobre aspectos paisagísticos da “Boa Vista dos Negros”, destacam-se as ilustrações 65 e 66 que mostram, respectivamente, o açude da comunidade em período de chuvas e em período de secas, fator que causa impacto na economia local, mas que não altera a beleza contemplativa, sendo um atrativo turístico aos que visitam a referida comunidade.

Ilustração 65. O açude dos Negros, na época das chuvas.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Ilustração 66. O açude dos Negros, na época da seca.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Considerando as construções antigas da “Boa Vista dos Negros”, destaca-se a casa de Dona Maria, mãe de Dona Chica Vieira, a qual possuiu a

última casa de taipa da comunidade (Ilustração 67), a qual foi reerguida por alvenaria (Ilustração 68).

Ilustração 67. A casa de Dona Maria (a última de taipa), a mãe de Dona Chica Vieira.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Ilustração 68. A nova casa de Dona Maria, a mãe de Dona Chica Vieira.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Ainda considerando a perspectiva do que existia na comunidade “Boa Vista dos Negros” e o que foi construído ou reformado, destacam-se as ilustrações 69 e 70 que mostram, respectivamente, como era a sede do posto de saúde “Mãe Gardina” e como é a sua nova sede.

Ilustração 69. Posto de Saúde “Mãe Gardina”, em sua antiga sede.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Ilustração 70. Posto de Saúde novo.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

A seguir, através da ilustração 71, pode-se verificar como era o prédio da escola da Boa Vista dos Negros que se encontra desativada e de como eram salas de aula no ano de 1987 (Ilustração 72).

Ilustração 71. Escola da Boa Vista, atualmente, desativada.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Ilustração 72. Sala de aula no ano 1987 (atualmente, sem aulas).



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

A ilustração 73, por sua vez, mostra uma cena cotidiana na comunidade “Boa Vista dos Negros”:

Ilustração 73. Moradoras da Comunidade.



Fonte: Oliveira-Junior, 2017.

Uma das lideranças da comunidade “Boa Vista dos Negros” afirmou que existe esforços de moradores e representante da associação comunitária em construir um discurso para o fortalecimento e procura por direitos territoriais bem como reconhecimento da identidade quilombola (Pereira & Oliveira, 2019).

Ainda de acordo com a liderança quilombola, no ano de 2019, o fortalecimento da luta coletiva e das identidades consistiu em uma ação desafiadora, pois nem todos os moradores da comunidade se reconhecem como quilombolas. Dito isto, afirma-se que é reconhecido o papel fundamental das escolas na promoção de um diálogo entre a memória coletiva e a história para o fortalecimento e reconhecimento das identidades (Pereira & Oliveira, 2019). Sobre isso, Castells (1999) afirma que experiência coletiva com base na memória individual e que passa a perceber e compreender o outro através de uma identidade, colabora para a construção de uma memória coletiva.

Para Munanga (2004), a discriminação étnica pode provocar rejeição à declaração e reconhecimento de ser quilombola, podendo influenciar na articulação dos grupos e no fortalecimento da identidade, sendo necessária a existência de um processo de mediação de movimentos sociais e instituições de ensino (Pereira & Oliveira, 2019).

Na comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros”, algumas lideranças quilombolas enfatizam que as políticas públicas para as comunidades pararam de ser implementadas e os territórios recebem pouca ou nenhuma assistência à saúde, à educação e à segurança alimentar. Há esperança coletiva em receber projetos de irrigação que possibilitem manter a produção de alimentos, ao considerar as irregularidades das chuvas na região (Pereira & Oliveira, 2019).

Nos momentos festivos da “Boa Vista dos Negros”, o *reggae* sempre está presente no repertório das bandas musicais contratadas, ecoando o pedido dos moradores afirmando: “toca *reggae*, toca *reggae*!” (Santos & Cavnignac, 2019). Sobre isso, ressalta-se o grupo de percussão chamado de “Aforreggaeiros” (Ilustração 74), representando a manifestação artística mais estimulante de moças e rapazes da Boa Vista (Santos & Cavnignac, 2019).

Ilustração 74. Ensaio dos Aforreggaeiros.



Fonte: Julie Cavnignac, 2017.

Na “Boa Vista dos Negros” possui, também, um grupo feminino de dança denominado de “Pérolas Negras” e um conjunto de dança infantil (Ilustração 75) que reproduz coreografias de dançarinos da “Irmandade do Rosário” (Cavignac, Melo, Rodrigues-Júnior & Santos, 2007; Santos & Cavignac, 2019).

Ilustração 75. Crianças dos Quilombinhos e das Pérolas Negras.



Fonte: Museu Virtual Tronco, Ramos e Raízes, 2019.

Sobre as manifestações artísticas, ressalta-se que as políticas de fomento e subsídio à cultura existiram até o ano de 2015, o que impossibilitou financiamentos governamentais que propiciaram que os grupos “Quilombinhos” e “Pérolas Negras” continuassem a existir. Por outro lado, como símbolo de resistência, os Afrorreggaeiros se mantiveram através do esforço coletivo de seus membros, os quais se encarregaram de realizar a manutenção dos instrumentos musicais e uso das antigas fardas nas apresentações musicais (Santos & Cavignac, 2019).

Através da inserção de parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com destaque para a atuação e estudos da professora Dra. Julie

Cavignac, foram realizadas inúmeras oficinas de dança, confecção de tambores, fotografia e música, incentivando o aprofundamento sobre a cultura e a história por parte de diversos estudantes da comunidade (Spivak, 2010; Santos & Cavignac, 2019). Em contrapartida, sobre a visibilidade da comunidade quilombola “Boa Vista dos Negros”, destaca-se que - até meados de 1980, seus moradores procuravam se isolar de quem não morava na comunidade, sobretudo de “pessoas de pele branca” (Santos, 2007; Santos & Cavignac, 2019).

Os “filhos de Tereza” (Barth, 1998) possuem como característica marcante em sua identidade a questão do pertencimento à “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário”, a qual foi criada em Jardim do Seridó/RN, em 1863, sendo formada por seus moradores e por moradores da “Boa Vista dos Negros” (Cavignac, Melo, Rodrigues-Júnior & Santos, 2007; Goulart, 2016; Santos & Cavignac, 2019). Sobre o cortejo do Rosário, destaca-se a imagem a seguir:

Ilustração 76. Cortejo do Rosário.



Fonte: Sebastião Santos, 201?.

Assim, diante do que foi relatado sobre as comunidades quilombolas “Negros do Riacho” e “Boa Vista dos Negros”, almeja-se que os seus moradores deixem de ser denominados como invisíveis e sujeitados, para se tornarem sujeitos de sua própria história. E é neste contexto, com base nos princípios da equidade, solidariedade, cooperação e responsabilidade social, que o Turismo de Base Comunitária se configura como possibilitador de que sejam traçadas novas trajetórias para a transformação de realidades concretas (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015).

4.2 Narrativas sobre comunidades em que foram desenvolvidas atividades para a promoção do Turismo de Base Comunitária (TBC)

Considerando o município do Conde/PB, escolhido como modelo a ser analisado através da *benchmarking*, destacam-se algumas questões, quais sejam (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a): quem nasce no Conde/PB é denominado de “condense”; sua população estimada para o ano de 2020 foi de 25.010 pessoas; a população no último Censo de 2010 era de 21.400 pessoas; sua densidade demográfica é de 123,74 hab/km²; o salário médio mensal dos trabalhadores formais no ano de 2018 era de 1,9 salários mínimos; o número de pessoal ocupado, em 2018, era de 5.060 pessoas, equivalendo a 20,8% da população, sendo pertinente destacar que, em 2010, o percentual da população com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo era de 48%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 15 de 223 e 4 de 223, respectivamente” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a, não paginado).

Ao considerar a comparação com cidades do país todo, o Conde/PB “ficava na posição 2678 de 5570 e 1246 de 5570, respectivamente” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a, não paginado). Já ao que se refere aos “domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 48% da população nessas condições, o que o colocava na posição 175 de 223 dentre as cidades do estado e na posição 1736 de 5570 dentre as cidades do Brasil” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a, não paginado).

Ao que se refere à educação, os dados para o Conde/PB refletem que (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a). a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade, em 2010, era de 95,6%; em 2017, ao considerar o IDEB em relação aos anos finais do ensino fundamental, o número foi 2,5; o número de matrículas no ensino fundamental, em 2018, foi de 4.714 e no ensino médio foi de 1.009, para um número de docentes no ensino fundamental de 239 e 54 docentes para o ensino médio; o número de estabelecimentos de ensino fundamental em 2018 era de 31 escolas e 2 escolas para o ensino médio.

Ao que se refere à economia do Conde/PB, destacam-se os seguintes dados: o PIB *per capita* em 2018 era de 28.948,22 reais; o percentual das receitas oriundas de fontes externas em 2015 era de 82,7%; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,618; o total de receitas realizadas em 2017 foi de 82.450,64 reais (×1000) e o total de despesas empenhadas em 2017 foi de 68.804,65 reais (×1000). Ao que se refere à saúde, possuem 13 estabelecimentos de Saúde SUS - dados de 2009.

Ao que concerne ao território e ao ambiente, destaca-se que o Conde/PB (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a): possuía área da unidade territorial em 2019 de 171,267 km²; o esgotamento sanitário adequado em 2010 era de 16,7%; a arborização de vias públicas em 2010 era de 29,9%; a urbanização de vias públicas em 2010 era de 1,2%; o bioma é de Mata Atlântica e pertence ao Sistema Costeiro-Marinho; sua hierarquia urbana está relacionada com a Capital Regional A (2A) - município integrante do Arranjo Populacional de João Pessoa/PB; sua Região de Influência se refere ao Arranjo Populacional do Recife/PE - Metrópole (1C); sua Região intermediária, Região imediata e Microrregião está relacionada com João Pessoa; e sua Mesorregião está relacionada com a Mata Paraibana.

O município do Conde/PB possui “16.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 29.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 1.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada - presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a, não paginado). Ao ser “comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 155 de 223, 222 de 223 e 139 de 223, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é

3865 de 5570, 4838 de 5570 e 4337 de 5570, respectivamente” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020a, não paginado).

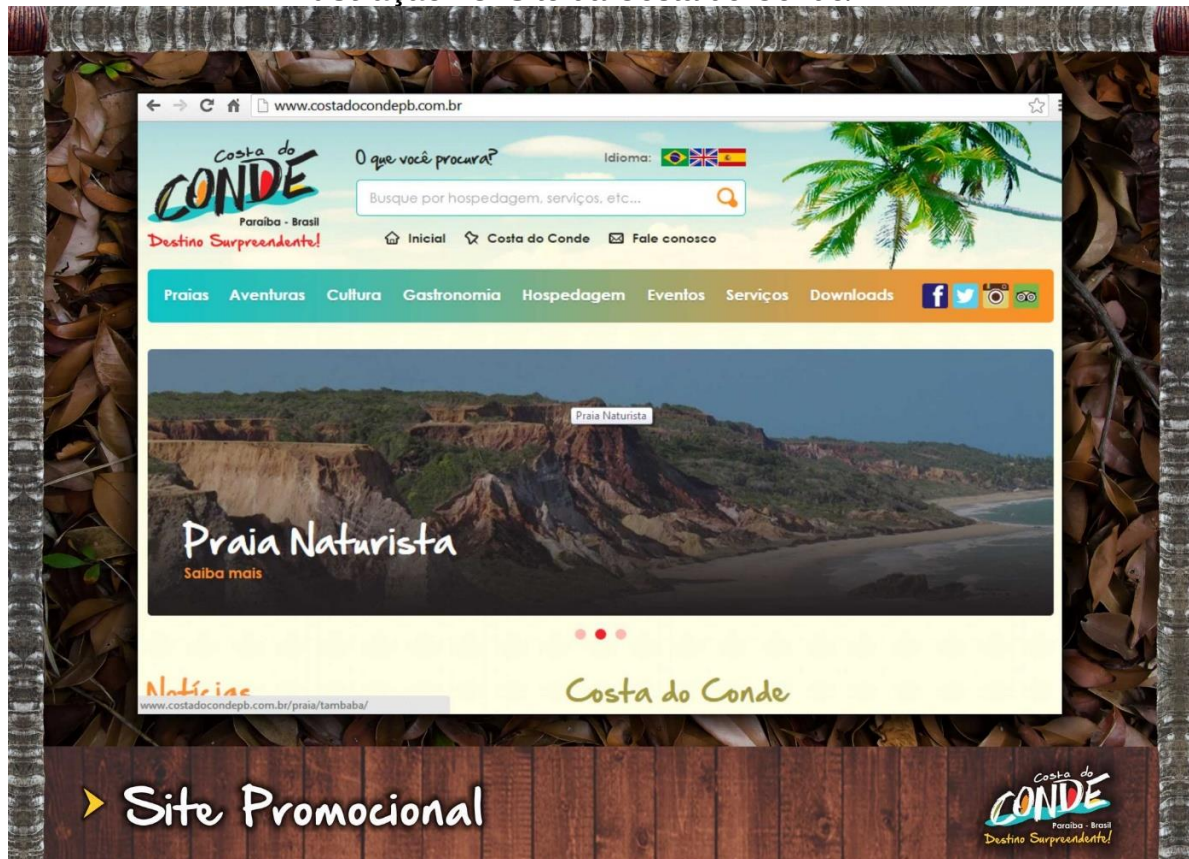
Considerando a perspectiva dos sujeitos envolvidos no planejamento, gestão, implementação e acompanhamento do Turismo de Base Local do Conde/PB (ver Ilustrações 77 e 78 que mostram como a referida cidade é divulgada), destaca-se a fala de Danylo Aguiar, atuante no desenvolvimento de comunidades locais da Paraíba, a partir dos produtos, atrativos, bem como capital social e humano que estas localidades têm para oferecer a visitantes e turistas.

Ilustração 77. Arte de divulgação da Costa do Conde/PB.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2018.

Ilustração 78. Site da Costa do Conde/PB.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2018.

No prisma de consultorias e atuação, o sujeito referido observava as potencialidades existentes no lugar com a finalidade de promover e desenvolver estratégias que pudessem incluir os moradores com vistas ao capital econômico a ser distribuído com base nos princípios da equidade, cidadania e solidariedade. Neste sentido, o consultor supracitado buscou valorizar talentos, aperfeiçoar técnicas e valorizar os sujeitos enquanto partícipes do processo de desenvolvimento turístico.

Ao considerar estes talentos mencionados, destaca-se a imagem de Dona Nice, cuja história será narrada a seguir: Dona Nice (Ilustração 79) comercializava a sua produção rural de maneira modesta e localmente, contemplando os seus doces caseiros, hortaliças orgânicas, geleias e mel (Aguiar, 2020).

Ilustração 79. Dona Nice e sua produção rural.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Seus produtos eram comercializados em feiras livres (Ilustração 80) ou em sua moradia, conhecida como a proprietária da “Árvore dos doces”, por ser este o produto mais procurado e diferenciado a ser oferecido por Dona Nice (Aguiar, 2020).

Ilustração 80. Dona Nice comercializando seus produtos.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Conhecendo sua potencialidade e desejo em ter maior visibilidade de seus produtos, foi realizada parceria através de consultoria que viabilizou a elaboração de uma nova logomarca (Ilustração 81) para a “Árvore dos doces” de Dona Nice (Aguiar, 2020).

Ilustração 81. Nova logomarca para a “Árvore dos doces” de Dona Nice.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

A partir disso, foi elaborado o cartão de visita de Dona Nice (Ilustração 82) com o intuito de facilitar o contato com o cliente, bem como para que ela ficasse mais conhecida por clientes em potencial de seus produtos, além de terem sido criados os rótulos (Ilustração 82) a serem impressos em seus produtos, informando sobre qual o tipo de doce estava contido no pote, o valor, data de fabricação e de validade, modo de conservar após aberto, por quem era produzido e o contato para encomendas, o que ampliaria as oportunidades para comercialização (Aguiar, 2020).

Ilustração 82. Cartão de visita e rótulo dos produtos de Dona Nice.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Elaborada a nova logomarca, cartão de visita e rótulos para os produtos, foi confeccionado o *banner* (Ilustrações 83 e 84) para divulgação e decoração em momentos de participações de feiras, exposições e encontros, bem como no local de comercialização dos produtos ressignificados através da valorização da marca (Aguiar, 2020).

Cabe ressaltar que os doces caseiros disponibilizados para a venda por Dona Nice tinham os seguintes sabores: acerola, banana, cajá em calda, cajá passa, coco verde, goiaba, jaca, limão, mamão com coco e manga, além de geleia (Aguiar, 2020).

Ilustração 83. Exposição e comercialização dos produtos da “Árvore dos doces” de Dona Nice.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 84. Exposição dos produtos de Dona Nice em feira.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Dona Nice também ressignificou um espaço para o seu restaurante, ornamentando com palhas de cocos no telhado (Ilustração 85), uso de pedaços de tecidos para decoração e nova pintura (Ilustração 86) para as suas mesas e cadeiras (Aguiar, 2020).

Ilustração 85. Restaurante de Dona Nice.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 86. Nova decoração do restaurante de Dona Nice.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Para além do cartão de visita (Ilustração 87) criado para Dona Nice divulgar seus produtos e estabelecimento, foi pensado e organizado um cardápio (Ilustração 88) a ser utilizado em seu restaurante (Aguiar, 2020).

Ilustração 87. Cartão de visita de “Tia Nice”.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 88. Cardápio criado para o restaurante de “Tia Nice”.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Foi pensado, também, sobre a questão da sinalização do local (Ilustração 89), a qual era inexistente. Tendo sido utilizados pedaços de madeira e reaproveitamento das tintas (Ilustração 90) usadas para pintar as mesas e cadeiras do restaurante, indicando a direção do "Camping" e da "Trilha do Rio" (Aguiar, 2020).

Ilustração 89. Criação de placa de sinalização.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 90. Placa de sinalização.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Como forma de melhor aproveitamento dos espaços em torno do restaurante de Dona Nice, foi pensado e criado um espaço para o "Redário" (Ilustrações 91 e 92), agregando valor aos produtos oferecidos e decorando o local, a torná-lo mais convidativo e aconchegante (Aguiar, 2020).

Ilustração 91. Placa elaborada para o redário.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 92. Redário.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Foi criada, também, uma rede social (Ilustração 93) para promover o Restaurante de "Tia Nice", destacando seus produtos caseiros comercializados, tendo sido notícia (Ilustração 94) no portal oficial do Ministério do Turismo (Aguiar, 2020).

Ilustração 93. Rede social para divulgação do “Restaurante Rural Tia Nice”.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 94. Notícia do Ministério do Turismo.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Considerando sua trajetória temporal na atuação para este desenvolvimento, destaca-se que, em 2008, Danylo Aguiar iniciou a atuar no município de João Pessoa no "Ateliê multicultural", trabalhando desde o ano mencionado ano até 2013 no âmbito da gestão e produção cultural afro-indígena. Em 2009, por conseguinte, iniciou a atuar como Agente Local de Inovação (ALI). Após finalizar os 2 (dois) anos de atuação no Programa ALI do SEBRAE, iniciou a ser consultor na mesma Instituição, no ano de 2011.

Em 2013, foi convidado pela Secretária de Turismo para fazer parte da equipe, momento em que criou a diretoria de planejamento e desenvolvimento local do Conde/PB. Então, como diretor de desenvolvimento local, direcionou olhares para a festa do coco, realizada na Comunidade Quilombola Ipiranga.

Neste mesmo período, estavam buscando exemplos para o projeto do Ministério do Turismo intitulado "Talentos do Brasil Rural", o que permitiu que o consultor tivesse oportunidade de realizar contatos importantes para a implementação de melhorias na referida localidade.

Dentre estes contatos, destaca-se a pessoa de nome Marielza Rodrigues, a qual era responsável pelo desenvolvimento econômico territorial do Conde/PB, por meio de um projeto do SEBRAE/PB. Neste momento, foi firmada a parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo em que Danylo Aguiar atuava e o SEBRAE/PB.

Ao considerar as potencialidades das comunidades do Conde/PB, se destacam a Comunidade Ipiranga (Ilustração 95) com a existência do Museu Quilombola Ipiranga e a realização da "Festa do Coco", a qual era realizada, inicialmente e antes da atuação da referida secretaria e do SEBRAE, em um prédio de um dos bares da comunidade. Nos assentamentos Tambaba e Gurugi, destacam-se as produções de doces caseiros para comercialização local.

A casa do Museu do Ipiranga, por sua vez, fica no Povoado do Gurugi, a 5 km do centro da cidade do Conde, no litoral Sul da Paraíba. Neste local, é possível encontrar a força da cultura e representatividade negra. Sobre esta representatividade, destaca-se a fala da Mestre quilombola chamada "Ana Lúcia", que tem a missão de fortalecer tradições na comunidade e de repassar conhecimentos para as próximas gerações.

De acordo com a Mestre Ana Lúcia, o Quilombo do Ipiranga completou 200 anos de existência no ano de 2020, tendo sido reconhecida como comunidade

remanescente dos quilombolas pela Fundação Palmares, em 2006. São, aproximadamente, 127 famílias - somando mais de 600 pessoas, que almejam maior atuação das políticas públicas.

Ao falar do Museu Quilombola, a mestra supracitada destaca que ele foi criado na casa em que sua mãe morou, tendo sido ornamentado a mostrar como os escravos viviam, objetos como pilão e "geladeira manual" - que consistia em um cesto amarrado com corda no telhado na casa, onde eram depositadas as carnes compradas nas feiras, salgadas, escaldadas e deixadas neste referido cesto, que possuía um fogo abaixo para defumar estas carnes. Outros utensílios do museu são: peneira, panelas de barro, giral que servia como escorredor, além do porta-canecas. Outros instrumentos deixados no museu ainda são utilizados até os dias atuais, como os de pesca.

O quarto possui a cama feita de madeira, coberta por colcha de retalhos. O guarda-roupa é um "pedaço de pau" ligando dois "cantos de paredes", retratando um lugar simples, mas permeado de riqueza histórica e simbólica. A visitação turística, por sua vez, já é uma realidade tanto no museu mencionado quanto na comunidade, ao ponto que os condutores turísticos são as crianças, que contam a história do quilombo e mostram cada utensílio do museu, informando em que eram utilizados. Os moradores, ainda de acordo com a mestra, sobrevivem da agricultura familiar e alguns são funcionários públicos (com destaque para a função de "professores").

Ilustração 95. Comunidade Quilombola do Ipiranga (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Visando estimular a participação dos sujeitos, Danylo Aguiar buscou conversar com os empresários locais através de ofício, bem como pediu colaboração à prefeitura, com a finalidade de organizar espaços, ao ponto que toda a comunidade contribuiu, de alguma forma, para estas melhorias. Para o pavilhão (Ilustração 96), foram utilizadas telhas doadas que eram de uma antiga escola que estava sendo demolida. Através de ofício, conseguiu-se que fizessem a limpeza do terreno (Ilustração 97). Após a finalização da revitalização do pavilhão (Ilustração 98), foi elaborada nova logomarca criada para o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Ilustração 99), blusas com a marca criada (Ilustração 100), foram realizadas fotos para a criação de panfletos (Ilustração 101) para a divulgação da "Festa do Coco" - que é realizada em todo último sábado de cada mês.

Ilustração 96. Pavilhão antes da reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 97. Pavilhão em reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 98. Pavilhão após reforma (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 99. Nova logomarca criada para o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 100. Blusas criadas com a marca do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 101. Panfleto de divulgação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

No contexto da “Festa do Coco”, ao representar a Secretaria Municipal de Turismo, Danylo fez parceria com o SEBRAE para a elaboração de logomarca, rótulo, produto, camisetas, *banners* e divulgação. Para além disso, articulou moradores e empresários locais que doaram materiais para a reforma do pavilhão, além de conseguir mão-de-obra voluntária.

Pensou-se, ainda, na criação de uma sinalização para a Comunidade Ipiranga, ilustrada pela imagem 102, pontuando sobre o “Coco de roda”, “Museu Quilombola” e o “Roteiro Rural”.

Ilustração 102. Nova sinalização da Comunidade Ipiranga (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 103. Comunidade Ipiranga (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Com o pavilhão reformado (Ilustração 104) através do engajamento comunitário - iniciativa privada e poder público, os idealizadores (Ilustração 105) buscaram novas formas para a divulgação da “Festa do Coco”, com a finalidade de se tornar economicamente sustentável e beneficiar um maior número de pessoas da referida comunidade (Ilustração 106).

Ilustração 104. Pavilhão reformado (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 105. Idealizadores das inovações para o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 106. Comercialização de artesanato da Comunidade Ipiranga (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

A “Festa do Coco de Roda” do Ipiranga acontece em todos os últimos sábados de cada mês, conforme mostra a ilustração 107:

Ilustração 107. Panfleto de divulgação da Festa do Coco de Roda (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ao encerrar seu período de atuação na Secretaria Municipal de Turismo como diretor de planejamento e desenvolvimento local do Conde/PB, Danylo Aguiar voltou a ser colaborador do SEBRAE/PB no setor de turismo, com foco na gestão, desempenhando atividades relacionadas com planejamento, *marketing*, finanças e comunicação. Assim, neste momento, passou a atuar em quatro empreendimentos do Conde/PB por um período de 5 (cinco) meses, no contexto de elaboração de

estratégias e ações de planejamento, criação de rede social, gestão de processos e gestão financeira.

Retomando à “Festa do Coco” (Ilustração 108), enfatiza-se que existia um gargalo, qual seja: “não era financeiramente sustentável”. Neste sentido, foi iniciada a elaboração da sinalização local através de parceria com um *hostel* local que doou paletes e tintas. Depois, foram elaboradas as redes sociais para a divulgação dos produtos.

Ilustração 108. Festa do Coco de Roda (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Enquanto consultor, Danylo Aguiar fazia a integração dos *stakeholders*, criou redes sociais e controles financeiros, elaborou estratégias de comunicação e pensou em uma taxa simbólica a ser paga para a “Festa do Coco” (Ilustração 108) se tornar economicamente sustentável. A taxa representava o conjunto que englobava a experiência da produção cultural, pulseira de identificação e portaria, custando, inicialmente, R\$ 2,00 (dois reais). Depois, a taxa passou a ser cobrada

apenas de visitantes, no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), os quais garantiam a entrada de um morador (incentivando a participação local).

É pertinente destacar que os moradores foram beneficiados com a divulgação e ampliação da "Festa do Coco" pois eles passaram a comercializar, no entorno do pavilhão, comidas, bebidas e artesanatos locais. Já ao que se refere ao uso da taxa simbólica cobrada para participar da referida festa, era direcionada para remunerar os tocadores (que sempre trabalharam na festa sem receber valores), valorizando o capital cultural e humano, bem como para os gastos com o operacional da festa, a qual passou a ser autossustentável.

Ilustração 109. Integrantes do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

As apresentações do “Coco de roda” (Ilustrações 110 e 111) representam a alegria de seus integrantes, simbolizando a vitória de uma comunidade que resistiu e busca por preservar, conservar e divulgar a cultura de seus antepassados, atraindo visitantes dos mais variados lugares, seja para a participação na festa, seja para apreciar o grupo em suas apresentações dançantes e cantadas ao som de tambores que remetem aos seus antepassados.

Ilustração 110. Apresentação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 111. Apresentação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Como forma de divulgar a manifestação cultural, foi elaborada a rede social (Ilustração 112) do "Coco de Roda Novo Quilombo (Conde/Paraíba)", que se tornou tema para notícia, como mostram as ilustrações 113, 114 e 115:

Ilustração 112. Rede social para divulgação do "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 113. Notícia sobre o "Coco de Roda Novo Quilombo" (Comunidade Ipiranga/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 114. Notícia sobre Comunidades Quilombolas e Indígenas paraibanas.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Ilustração 115. Notícia divulgando sobre o Projeto “Mares Quilombolas”.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Cabe ressaltar, também, com inspiração na realidade da cidade de Areia/PB, foram criadas casas de taipa para a realização de comercialização dos doces produzidos e mencionados anteriormente. Sequencialmente, para a divulgação destes produtos gerados e aperfeiçoados, foram realizadas participações em feiras como a "RuralTur", momento em que mostraram as novas ofertas com valor de produto turístico. Como exemplo de produto que teve valor agregado com a implementação de ações de gestão, destaca-se a imagem empreendedora de Nevinha, idealizadora dos “Doces Tambaba” (Ilustração 116):

Ilustração 116. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Após início da consultoria com Danylo Aguiar, Nevinha passou a ter novos olhares sobre seus doces, modificando suas embalagens (Ilustração 117) e forma de divulgar seus produtos.

Ilustração 117. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Vários momentos para conversas e elaboração de estratégias de divulgação dos “Doces Tambaba” foram realizados (Ilustração 118):

Ilustração 118. Divulgação dos “Doces Tambaba” (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Realizou-se, também, o cadastro dos “Doces Tambaba” como Microempreendedor Individual (MEI), conforme ilustra a imagem 119:

Ilustração 119. Cadastro dos “Doces Tambaba” como MEI.

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 25.135.350/0001-96 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 05/07/2016			
NOME EMPRESARIAL MARIA DAS NEVES DA SILVA PEREIRA 04971839437			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DOCES TAMBABA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 10.31-7-00 - Fabricação de conservas de frutas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)			
LOGRADOURO R Projetada		NÚMERO s/n	COMPLEMENTO ANEXO
CEP 58.322-000	BARRIO/DISTRITO Jacuma	MUNICÍPIO CONDE	UF PB
ENDEREÇO ELETRÔNICO casadocestambaba@gmail.com		TELEFONE (83) 9324-6895	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Após o registro como MEI, foi obtido crédito para investimento nos “Doces Tambaba”, aumentando as possibilidades de ampliação do negócio (Ilustração 120):

Ilustração 120. Nevinha (Doces Tambaba/Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Foi elaborada, ainda, uma nova logomarca para os doces (Ilustração 121):

Ilustração 121. Nova logomarca para os "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

A marca dos doces foi impressa em blusas (Ilustração 124) e placas de sinalização, a exemplo dos modelos mencionados anteriormente, foram elaboradas manualmente (Ilustração 125):

Ilustração 124. Blusa criada com a nova marca dos "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Ilustração 125. Placas criadas para sinalização dos "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Foi criada, também, uma casa de taipa para a comercialização dos doces, servindo como um atrativo que agregaria valor aos produtos comercializados (Ilustrações 126, 127 e 128):

Ilustração 126. Imagem para divulgação dos "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Ilustração 127. Momento de divulgação e comercialização dos "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Ilustração 128. "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Foi criada, ainda, uma rede social para a divulgação dos produtos (Ilustração 129):

Ilustração 129. Rede social criada para divulgação dos "Doces Tambaba" (Conde/PB).



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2016.

Retomando e relacionando os exemplos mencionados ao longo deste subtópico, foram realizadas parcerias com receptivos turísticos, meios de hospedagens¹⁶, bem como foram criadas pelos moradores: casa de castanhas, sorveterias e casas de cachaça. Além disso, o assentamento passou a ser reconhecido como local turístico, sendo relevante enfatizar que 8 (oito) irmãs se tornaram empreendedoras locais, bem como estimularam seus vizinhos a pensarem em algum tipo de produto que poderia ser oferecido.

Diante do que foi supracitado, destaca-se a notícia (Ilustração 130) que segue, a qual reflete a visibilidade das modificações, melhorias e implementações com vistas ao desenvolvimento do Turismo de Base Local no Conde/PB:

¹⁶"[...] é essencial dar destaque às pesquisas que mostram que a hotelaria nacional não é e não está preparada para a diversidade" (Medeiros, Serrano & Sá, 2020; Oliveira, 2021b, p. 233).

Ilustração 130. Notícia com destaque para a cidade do Conde/PB.



Fonte: Acervo de Danylo Aguiar, 2014.

Como forma de agregar valor ao Museu do Quilombo do Ipiranga, foram realizados cursos de condutor com os moradores locais – como já destacado, anteriormente, pela Mestre Ana Lúcia, aumentando a percepção de valor através da comunicação. Outrossim, foram distribuídas camisetas para todos os moradores com a marca criada. Neste período, o prefeito do Conde/PB ganhou o prêmio de "Prefeito Empreendedor", em 3º lugar.

Retomando ao que já foi supramencionado, afirma-se que tudo iniciou-se com o que os moradores tinham para oferecer, e isso, aliado ao "querer fazer dar certo" com articulação política, empresarial e participação ativa da comunidade possibilitou que os produtos refletissem melhorias. Ao considerar a questão da sustentabilidade das localidades, destaca-se que as atividades desenvolvidas eram apenas complemento de renda, na medida em que os sujeitos envolvidos possuíam outras atividades paralelas até conseguirem capital de giro suficiente para viverem apenas da comercialização de seus produtos.

O Assentamento Tambaba foi reconhecido como caso de sucesso em nível nacional. A "Festa do Coco" passou a estimular a realização de um turismo responsável e autossustentável, com visitas de Turismo Pedagógico. E, a partir da atratividade da comercialização e qualidade dos doces, aumentou o número de

visitações por pessoas que desejavam conhecer, comprar, comer e guardar suas lembranças em fotos.

As visitas ao Assentamento Tambaba passaram a ser diárias e a sua história de evolução e sucesso tornou tema de palestras proferidas por Danylo Aguiar em diversas oportunidades, cidades e empreendimentos que desejavam conhecer para implementar ideias semelhantes ao que foi pensado nos casos de sucesso mencionados. Para ele, os referidos exemplos contemplavam conhecimentos da atividade turística, economia criativa e compreensão sobre desenvolvimento territorial.

Além disso, Danylo Aguiar afirmou que a percepção sobre o sucesso de cada atividade desempenhada e produto comercializado depende de cada indivíduo, e que cada comunidade possuirá seu tempo de maturação para realizar as mudanças ou implementação de ações e produtos, considerando, fundamentalmente, que o que foi relatado por ele reflete "seu lugar de fala enquanto consultor".

4.3 Capacidades para gestão do turismo através do Turismo de Base Comunitária (TBC) e turismo étnico no Seridó Potiguar

Correntes culturais fluem em direção à região a partir do desenvolvimento da atividade turística. Neste contexto, ressalta-se o processo de ricocheteamento (Grünwald, 1999a), o que possibilita fazer surgir novas maneiras de interações sociais e, fundamentalmente, valorização das identidades sociais ao considerar o nível local (Grünwald, 1999b). No Seridó Potiguar, a interação entre visitantes e moradores poderá propiciar trocas culturais a partir dos momentos de realização do “café com prosa”, momento em que os moradores das comunidades estudadas contarão sobre sua história e responderão possíveis questionamentos dos visitantes. Além disso, os momentos de realização de oficinas contemplarão atividades práticas com o barro, ao mesmo tempo em que saberão das lutas das artesãs para “manter vivo” o saber fazer de seus ancestrais, ao ponto que os visitantes poderão optar por comprar o artefato produzido com o auxílio das louceiras ou algum que já esteja pronto (com ou sem pinturas realizadas em oficina distinta).

Sob a perspectiva de um fluxo transnacional cultural, observa-se que a organização social do que isso significa é contextual (Hannerz, 1992), podendo

gerar novos olhares e interpretações pelos múltiplos sujeitos envolvidos nas práticas globais (Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2018; Farias, Macedo & Galvão, 2020; Farias, Coutinho & Ferreira, 2019; Farias, Coutinho, Oliveira & Alexandre, 2018; Farias, Coutinho, Oliveira & Ferreira, 2019; Farias, Medeiros, Medeiros & Oliveira, 2018; Sousa, Alves & Farias, 2015). Os novos olhares para a Região Seridó, com ênfase nas comunidades estudadas irão gerar oportunidades de desenvolvimento sociocultural e econômico tanto para os moradores das comunidades “Negros do Riacho” e “Boa Vista dos Negros”, quanto para as “cidades berços” as quais receberão os visitantes/turistas em seus meios de hospedagem e, também, poderão conhecer outros estabelecimentos ao considerar que a noite do sábado de visitação será livre (verificar roteiro elaborado para comercialização – Ilustrações 133 e 134).

Neste prisma, a procura por elementos tradicionais no contexto da etnicidade contempla uma postura para o passado e para o futuro, na medida em que existe uma seleção do que se tem interesse, tornando a tradição um elemento de uma escolha e de autodefinição de determinada comunidade (Roosens, 1989). Ao que se refere às comunidades quilombolas estudadas, pode-se afirmar que tais tradições irão se tornar o produto diferencial no contexto seridoense, contemplando características do turismo  tnico.

Lac (2010) considera que o turismo étnico contempla atividades típicas e exóticas, englobando aspectos da ancestralidade como atrativo principal. Santana-Talavera (2003), por sua vez, considera que o turismo étnico consiste em uma atividade com excentricidade e toque pitoresco. Graburn (1984) complementa que determinados grupos podem realçar seu prestígio através de inclusão de novos olhares, símbolos, materiais e insígnias de outros grupos, contudo, poderá comprometer a percepção do que é considerado autêntico. Mas, o que é realmente autêntico? Ainda de acordo com Graburn (1984), artefatos diversos de comunidades têm impacto direto na imagem de identidades construídas por minorias. Espera-se que, na Região Seridó, as visitações turísticas não interfiram negativamente o cotidiano dos moradores das comunidades visitadas. Contudo, não se pode garantir que a realidade seja refletida sem parecer que tal momento foi elaborado apenas para atender à demanda turística – como ocorreu em outros destinos turísticos.

Beni (2006) destaca que este tipo de turismo possui o legado histórico do homem em distintas épocas, simbolizados a partir do patrimônio e do acervo cultural

como produto essencial. No contexto estudado, o patrimônio material se reflete através do artesanato e das comidas típicas. O imaterial, por sua vez, será simbolizado através das apresentações das danças, realização das oficinas, das conversas, das contação de histórias, bem como através do compartilhamento de conhecimento do “saber fazer” em relação às louças de barro.

Para Cardozo (2006) e Barretto (2003), o turismo étnico se relaciona com experiências turísticas em que o atrativo principal é a cultura de um povo, seja ele autóctone ou transplantado. No Seridó, aliado a esta possibilidade de atração de visitantes a partir da cultura quilombola, há destaque para os aspectos da hospitalidade do povo seridoense, característica marcante dos quem vivem na região potiguar.

As representações culturais das comunidades que conseguem atrair visitantes se referem às que melhor expressariam suas identidades, por exemplos: artesanato, festividades, gastronomia, danças e músicas, sendo atividades passíveis de fruição turística (Cardozo, 2004). Ao que se refere às comunidades quilombolas estudadas nesta tese, pode-se destacar que os “Negros do riacho” e a “Boa Vista dos Negros” foram escolhidas para compor o objeto por contemplarem a questão da representatividade identitária, fundamentalmente ao que se refere aos aspectos que dizem respeito às festividades/danças e artesanato.

Considerando os aspectos relacionados com desenvolvimento e gestão do Turismo de Base Comunitária, é pertinente observar que este desenvolvimento deve ser responsável e, para isso, a gestão necessita ser compartilhada e participativa. De acordo com Sen (2000), as pessoas necessitam ser a razão pela qual existem as ações públicas e privadas, e essas ações necessitam contribuir para a melhoria de vida dos sujeitos, propiciando acesso à saúde, educação, moradia digna, discernimento político, capacidade de dialogar e decidir os caminhos a serem percorridos. Nesta esteira, os referidos sujeitos não serão “engolidos” pela situação, sem condição de escolha - passando a ser sujeitados ao acaso, sem opções para uma vida digna.

Apesar de os impactos do turismo serem inevitáveis, ações de gestão podem possibilitar que eles sejam minimizados. É preciso, pois, que essa gestão contemple objetivos de planos em escala local, regional ou nacional, consulte as comunidades em que desejam realizar as atividades a serem realizadas, bem como

devem ser traçadas estratégias de curto, médio e longo prazos, baseadas em estudos de capacidade de carga local, com vistas ao desenvolvimento do turismo baseado no equilíbrio social, cultural e econômico.

Assim, para desenvolver o potencial turístico existente nas comunidades estudadas, é preciso que algumas medidas sejam repensadas por parte das esferas municipal e estadual, pelas políticas privadas (Agências de Turismo e Agências de Viagens e Turismo, pousadas, restaurantes), pela Associação Comunitária existente em cada comunidade e por seus moradores, com a intenção de beneficiar a quem visita e escolhe tais comunidades como destino turístico e, principalmente, a quem ali mora.

As comunidades quilombolas estudadas possuem potencial turístico que ainda não é trabalhado em parceria com órgãos governamentais e iniciativa privada, dificultando a comercialização de roteiros, assim como não contribui para que se minimizem ou sejam extintos os estereótipos criados por pessoas que não conhecem sobre a cultura, crenças e costumes locais. Com o objetivo de ilustrar sobre uma possível forma de divulgação das potencialidades das comunidades, foram elaboradas as seguintes artes representativas (Ilustrações 131 e 132):

Ilustração 131. Frente do panfleto de divulgação dos "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros".



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para a elaboração do panfleto de divulgação para as comunidades quilombolas "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros" foram selecionadas imagens que melhor as representassem. Dito isso, destacaram-se as imagens contemplando: frente (Ilustração 131) - louças de barro e sabão artesanal dos Negros do Riacho, artesanatos confeccionados pelas mulheres quilombolas da Boa Vista e monumento representativo da cultura dos negros da Boa Vista.

Ilustração 132. Verso do panfleto de divulgação dos "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros".



Fonte: Elaboração própria, 2020.

No verso do panfleto (Ilustração 132), os destaques foram: artesanato local confeccionado pelas mulheres quilombolas da Boa Vista, a imagem da marca do "Ponto de Memória Negros do Riacho", o pote de barro localizado na entrada para os Negros do Riacho, mãos no barro a representar o saber fazer das loiceiras

do riacho e as lanças usadas na dança do espontão – manifestação cultural dos negros da Boa Vista.

Para a elaboração do roteiro (Ilustrações 133 e 134), foi realizado contato com a Acauã Viagens e Turismo, agência que já atua na Região Seridó, informando sobre a realização da escrita da presente tese e ressaltando que um dos objetivos inicialmente pensado para esta pesquisa seria elaborar um roteiro de final de semana que contemplasse as comunidades “Negros do Riacho e Boa Vista dos Negros”. A empresa ficou interessada e se ofereceu para colaborar na elaboração do roteiro, o qual possui valores reais e já iniciará a ser comercializado tão logo o isolamento social, por motivo da pandemia, permita que seja executado.

Ilustração 133. Frente do planfeto de comercialização do roteiro turístico proposto para os "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros".

Venha conhecer e vivenciar a cultura das comunidades

ACAUA
VIAGENS E TURISMO

Dúvidas?

Telefones
(84) 99934-6496 / 99962-4610

E-mail
acauaturismo@yahoo.com.br

COMUNIDADES QUILOMBOLAS BOA VISTA DOS NEGROS (PARELHAS/RN) E NEGROS DO RIACHO (CURRAIS NOVOS/RN)

SERIDÓ - RIO GRANDE DO NORTE - BRASIL

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O roteiro foi pensado para ser realizado em um final de semana, possuindo uma periodicidade, qual seja: ocorrerá em todo primeiro final de semana de cada mês, incluindo no pacote: transporte categoria turismo; hospedagem na “Pousada Aconchego” com café da manhã incluso; “kit de Bio Prevenção”; seguro viagem e guia de turismo regulamentado. Não incluirá, contudo, despesas de qualquer outra natureza. O 1º dia (sábado) foi sequenciado da seguinte maneira: saída de Natal/RN; café da manhã em Currais Novos/RN; visita ao Geossítio Mirador e realização de *city tour* em Parelhas, incluindo a barragem boqueirão, igreja, praças, casa da cultura e pórtico; almoço na comunidade quilombola Boa Vista dos Negros; café com prosa com os moradores da referida comunidade; apresentação cultural com a dança do espontão; *tour* pela comunidade, pernoite em Currais Novos/RN.

Ilustração 134. Verso do planfeto de comercialização do roteiro turístico proposto para os "Negros do Riacho" e "Boa Vista dos Negros".

**SUA AGÊNCIA DE VIAGENS
NO INTERIOR DO RN!**



ACAUÃ
VIAGENS E TURISMO

**NOSSO
PACOTE INCLUI**
Transporte categoria turismo;
Hospedagem na Pousada Aconchego
com café da manhã; Kit de Bio
Prevenção; Seguro Viagem; Guia de
Turismo (Cadastur).

**NOSSO
PACOTE NÃO INCLUI**
Extras de qualquer natureza não
mencionados anteriormente.

PREÇO POR PESSOA
R\$ 285,00
em até 6X no cartão de crédito
(Visa, Mastercard, Hiper e Elo)
ou R\$ 250,00 à vista.

CONDIÇÕES GERAIS
Cancelamentos estão sujeitos a
cobrança de multa; confirmar reserva
mediante o pagamento à vista ou no
cartão de crédito.

ROTEIRO - 2 DIAS

1º DIA (SÁBADO)

04h00 – Saída da Agaé (Natal/RN);

07h00 – Café da Manhã em Currais Novos/RN (Opcional);

08h00 – Visita ao Geossítio Mirador (Parelhas/RN);

10h00 – City-Tour em Parelhas (Barragem Boqueirão, Igreja, Praças, Casa de Cultura, Pórtico);

12h00 – Almoço na Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros (Parelhas/RN);

14h00 – “Café com Prosa” com membros da comunidade no Centro de Cultura;

15h30 – Apresentação da dança do espontão pelas crianças da comunidade;

16h00 – Tour cultural pela comunidade (Igreja, residências, cerâmica e escola)

17h00 – Saída para a cidade de Currais Novos/RN;

18h00 – Check-in na Pousada Aconchego (Currais Novos/RN).
*Noite Livre

2º DIA (DOMINGO)

07h00 – Café da Manhã em Currais Novos/RN;

08h00 – Saída com destino à Comunidade Quilombola Negros do Riacho (Currais Novos/RN);

09h00 – Visita às instalações Comunidade Quilombola Negros do Riacho;

10h30 – Oficina de cerâmica com membros da Comunidade;

12h00 – Almoço na Comunidade;

14h00 – Apresentação Cultural e exposição do Artesanato Local;

15h30 – Visita ao Morro do Cruzeiro e monumento com o nome do Seridó;

16h30 – Retorno para Natal/RN.

Obs.: Desembarque no mesmo local de embarque

**SUA AGÊNCIA DE VIAGENS
NO INTERIOR DO RN!**



ACAUÃ
VIAGENS E TURISMO

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para o 2º dia (domingo) de atividades, foram pensadas as seguintes atividades: café da manhã em Currais Novos; visitação às instalações dos "Negros do Riacho"; oficina de cerâmica com membros da comunidade; almoço na referida comunidade; apresentação cultural e exposição do artesanato local; visitação ao morro do cruzeiro e monumento com o nome do Seridó; retorno para Natal/RN.

Cabe mencionar que o roteiro foi elaborado de forma a incluir as duas comunidades estudadas, com ênfase nas maiores potencialidades turísticas que tinham a oferecer, que as cidades também fossem beneficiadas com a visitação (com inclusão dos meios de hospedagem e noite do sábado livre para que se possa conhecer outros ambientes), momentos com contato direto com os moradores através da realização de refeições, prosas e oficina, além de valorizar as manifestações culturais que possuem, quer seja relacionada à dança do espontão quer seja com a elaboração das louças de barro, além de incluir condutores locais ao guiar o *tour* em cada comunidade, tendo sido pensado momentos para que os moradores também possam comercializar seus artesanatos.

Em uma perspectiva futura, pensa-se em elaborar outros roteiros turísticos contemplando:

1. Casa de Pedra (ou da Pedra) do sítio Maracujá, que fica em um sítio anexo à comunidade, no sentido sudoeste. Algumas das narrativas orais falam que a negra Tereza, mãe-fundadora da Boa Vista, esteve por lá. No decorrer do século XX, conforme, novamente, a oralidade, alguns negros ligados a famílias da comunidade estiveram por lá, se arranchando. É uma formação rochosa, assemelhada a uma furna, em uma encosta de serra, sempre lembrada pelos mais velhos da Boa Vista. Chegando-se à Casa de Pedra, tem-se uma vista panorâmica da região, vendo-se, ao fundo, a Serra das Queimadas, próximo à qual encontra-se a Barragem Boqueirão de Parelhas;

2. Serra do Marimbondo: localizada a norte da comunidade, é um dos marcos lembrados pelos mais velhos da comunidade, sendo, também, um dos limites do território. Era o lugar por onde se tinha acesso a Carnaúba dos Dantas, em outros tempos. De cima da serra, tem-se uma visão panorâmica da comunidade Boa Vista e do território municipal de Parelhas;

3. Taperas: a comunidade Boa Vista reconhece alguns lugares onde há vestígios, na forma de ruínas (popularmente, "tapera"), de casas de antigos

moradores, como dona Maria Vieira (mãe de Chica Vieira, de taipa) e Teodózio Fernandes (de tijolo). Também, o “Imbuzeiro de Imbém” (Maria Serafina de Jesus, irmã de Teodózio Fernandes);

4. Fabricação do chouriço: em determinados momentos do ano, famílias fazem a matança do porco e a produção do chouriço, que tanto é vendido, quando é “rifado” entre as pessoas que participam do processo, que dura, em alguns casos, alguns dias.

Na cidade de Parelhas, ao se passar pela barragem Boqueirão, é possível lembrar que essa abertura na Serra das Queimadas, conforme historiadores eruditos do Seridó, foi uma das vias de chegada dos vaqueiros e criadores de gado, em meados da segunda metade do século XVII, o que impulsionou, depois, os eventos da Guerra dos Bárbaros em que parte da população indígena foi exterminada. Há datações de C14, provenientes do período colonial, oriundas de pesquisas arqueológicas, que mostram que em um sítio da Serra das Queimadas, com pinturas rupestres, o Olho d’água das Gatas, se encontrou vestígios de ocupação desse espaço.

Em Currais Novos, se pode lembrar que, no trajeto de Acari até a cidade, do lado direito de quem viaja, pode se ver a Serra da Acauã. Conforme os documentos de época, analisados pela historiografia acadêmica, foi um dos lugares onde houve massacre de populações indígenas, durante a Guerra dos Bárbaros, no fim do século XVII. Ou seja, é um marco do genocídio de grande parte das populações indígenas dos sertões. Essa serra fica nas proximidades do geossítio Cânions dos Apertados. No município de Currais Novos, também, é possível lembrar que há sítios arqueológicos, que evocam uma presença nativa muito mais antiga, em pinturas rupestres deixadas em diversos pontos, por exemplo, da localidade Totoró, nas circunvizinhanças de geossítios como o Pico do Totoró e a Lagoa do Santo.

A intenção é que, ao longo prazo, as comunidades consigam receber visitas com ou sem intermédio de agências, para que os princípios do Turismo de Base Comunitária sejam melhor aplicados. Contudo, não é regra que desempenhem tal atividade sem parcerias, tendo em vista que foi debatido sobre a relevância de uma gestão colaborativa, criativa e participativa.

Considerando o roteiro como uma atividade cujo direcionamento segue pela via do turismo étnico, de base comunitária, é importante que, nas cidades, não se perca esse foco. Espera-se, pois, que o turismo étnico não fique, apenas, nas comunidades, em si. Mas, também, possa ser percebido nas nuances do que se pode enxergar nas cidades.

5 CONSIDERAÇÕES (NÃO) FINAIS

O estudo em tela apresenta, na Introdução, convidando o leitor ao tema, uma descrição dos cenários em que foi realizada/sobre os quais tratou a pesquisa; a questão norteadora; em decorrência dessa, o objetivo geral e os específicos; as relevâncias; a enunciação do método, incluindo as técnicas de coleta e de análise dos dados; e indicativo do aporte teórico.

Destaca-se e relembra-se, dentre as relevâncias, o fato de, até o ano em que a doutoranda ingressou na pós-graduação em nível de doutorado (2017), não haver tese, no Brasil, sobre o tema do desenvolvimento e gestão do Turismo de Base Comunitária que enfocasse a região do Seridó potiguar, especificamente, as comunidades quilombolas dos Negros do Riacho e da Boa Vista dos Negros. Por essa, e outras razões aludidas no trabalho, a investigação caracteriza-se como inovadora e significativa.

Afora os aspectos ligados à cadeia produtiva do turismo, tratou-se, aqui, de um estudo que radica sua atenção em comunidades negras rurais. Para uma região – o Seridó – em que a historiografia erudita, por muitos anos, sustentou a ideia de uma supremacia branca e portuguesa na sua formação sócio histórica.

Após análise dos textos selecionados para o presente estudo, evidenciou-se que "quilombo" é um conceito colonial e que corresponde a agrupamentos de negros fugidos das amarras da escravidão. É, ainda, um conceito que só encontra sustentação, grosso modo, durante o período escravista.

Ao que concerne à "comunidade de remanescentes de quilombos", pode-se afirmar que se refere a um conceito jurídico, presente no ADCT da Carta Magna de 1988 que garante à população negra o direito à terra, desde que evidenciado - é mais um "genérico", vitória, evidentemente, do Movimento Negro organizado, mas, ainda assim, genérico. Dito de outra forma, nem todos os negros e negras passaram pela experiência do aquilombamento ou quilombagem, como a literatura aponta.

Comunidade quilombola, por sua vez, é um conceito jurídico e construído coletivamente, em uma atitude de ressemantização de "comunidade de remanescentes de quilombos", pelo Movimento Negro e pela Associação Brasileira de Antropologia, sobretudo, significando, didaticamente, conjunto ou comunidade de pessoas descendentes de negros.

É pertinente inferir, também, que a Fundação Cultural Palmares e o INCRA, ligados diretamente às questões de certificação e titulação das terras quilombolas, por exemplo, costumam usar mais correntemente a denominação “remanescentes de quilombos”. Constatou-se, ainda, que pesquisas acadêmicas e as comunidades negras, em si, preferem adotar “comunidades quilombolas”, embora, também tenham ressignificado a ideia de quilombo.

Examinando a história conhecida – pela oralidade e documentação – dos Negros do Riacho e Boa Vista dos Negros, novamente, usadas como exemplos, evidenciou-se que, em nenhum dos casos, se tratou de um “quilombo”, do ponto de vista do que se entendia como tal, na Colônia.

Diante de tudo que foi supracitado e debatido ao longo da escrita desta tese, é pertinente afirmar que é necessário que os sujeitos se tornem protagonistas de suas histórias, na medida em que possam decidir sobre quais mudanças são necessárias de implementação ou melhorias para que seja possível que sejam reconhecidos como sujeitos ativos em suas comunidades.

Neste contexto, destaca-se que é relevante que sejam tecidas estratégias de promoção e gestão para ações no turismo, fundamentalmente ao que se refere ao planejamento, implementação, controle das ações e monitoramento contínuo das atividades, com o pensamento voltado para as questões de curto, médio e longo prazos.

Sobre isso, também torna-se válido mencionar sobre a necessidade de estímulo à realização de uma gestão criativa e participativa como a que foi utilizada pelos casos modelos estudados através da ferramenta de *benchmarking*, considerando que atividades e produtos semelhantes aos que são oferecidos nas comunidades do Conde/PB podem ser implementadas pelas comunidades quilombolas "Negros do Riacho" (Currais Novos/RN) e "Boa Vista dos Negros" (Parelhas/RN).

Igualmente, foi possível perceber, por meio das narrativas dos sujeitos, que a organização, união e colaboração de moradores, empreendedores individuais, poder público, iniciativa privada, voluntários, estudiosos e pesquisadores podem transformar realidades concretas e ocasionar melhoria da qualidade de vida de todos os sujeitos envolvidos.

Dito de outra forma, a pesquisa possibilitou evidenciar que é possível utilizar modelos (*benchmarking*) na implementação do Turismo de Base Comunitária do estado da Paraíba para a elaboração e direcionamento de estratégias de desenvolvimento do turismo em outras comunidades tradicionais da Região Seridó e do estado do Rio Grande do Norte.

Além do mais, constatou-se que a *storytelling* pode ser utilizada como estratégia de *marketing* a partir do momento em que é capaz de disseminar uma marca e de emocionar determinado consumidor através da contação de história através de imagens e vivências. Destarte, a *storytelling* possui capacidade de satisfazer necessidades de consumidores e de se tornar um diferencial competitivo, constituindo-se em uma ferramenta acessível e criativa.

Ao final, pode-se concluir que a *storytelling* e a *benchmarking* são alternativas possíveis para serem aplicadas à realidade do Turismo de Base Comunitária no Seridó Potiguar, baseando-se nos princípios da solidariedade e desenvolvimento econômico com equidade. Relembra-se, também, que o objetivo não foi testar as ferramentas de *benchmarking* e *storytelling*. Afirma-se, por conseguinte, que todo trabalho acadêmico possui suas limitações em sua elaboração, que todas as pesquisas podem ser mais aprofundadas e incluir percepções diferentes das que foram utilizadas, seja através de sugestões dos avaliadores destes trabalhos, seja a partir dos conhecimentos prévios dos orientadores, sejam por meio de relatos de outros sujeitos que poderiam ter colaborado com a pesquisa em tela, mas que, por algum motivo, não pode contribuir no momento em que foi realizado o contato para tal.

Dito isso, ressalta-se que alguns sujeitos inicialmente pensados para os relatos da história oral não puderam participar da pesquisa em decorrência da pandemia e impossibilidade ou não interesse em realizar a entrevista por meio da internet (*online*). Outros sujeitos marcaram e desmarcaram, por diversas vezes, as entrevistas agendadas que iriam ser realizadas via *Google Meet*.

Além disso, cabe mencionar que almejava-se fazer oficinas de fotografias direcionadas para esta tese, mas o isolamento social impediu a realização desta atividade – comprometendo a intenção inicial de realizar um trabalho etnográfico com imersão nas rotinas das comunidades seridoenses, tendo sido necessário recorrer a documentos, trabalhos fotográficos publicados e à análise de dados

secundários de professores, pesquisadores e conhecedores das histórias das comunidades quilombolas estudadas.

Cabe mencionar, também, que o roteiro elaborado como um dos resultados desta tese foi planejado com os responsáveis da agência de turismo que irá iniciar a sua comercialização a partir da apresentação deste estudo, tendo sido escolhidos cada local turístico, horário, sequência de visitação e formas de interação de acordo com as possibilidades do trajeto, da potencialidade de cada atrativo e da intenção de incluir os moradores em todo o processo de comercialização do referido roteiro.

Por fim, enfatiza-se que, considerando o título de “Considerações (NÃO) finais”, é válido deixar questões para despertar curiosidades e desejos em realizar pesquisas futuras sobre temáticas semelhantes à desta tese, seja nas mesmas comunidades quilombolas escolhidas seja em outras comunidades do Seridó, Rio Grande do Norte ou de outros estados brasileiros.

Assim, finaliza-se este texto com os seguintes questionamentos: que outras realidades podem ser utilizadas como modelo para estudos de *benchmarking* com o intuito de promover o desenvolvimento do Turismo de Base Local? Como estimular a venda de roteiros de Turismo de Base Local para o mercado tradicional do turismo? Há qualificação profissional para o desenvolvimento do turismo étnico? Como índices como IDEB e o IDH impactam no desenvolvimento do turismo no sentido amplo da palavra? Como uma comunidade segregada e marginalizada conseguiria se desenvolver se utilizando da história de sua própria resistência em uma sociedade que permanece segregando e marginalizando? Como o turismo étnico tem sido visto no mercado tradicional? O turismo étnico teria relação com o movimento “*Black Money*”¹⁷, pelo qual negros estimulam a troca e o comércio entre negros para se desenvolverem mutuamente? Há uma rede de contatos com iniciativas similares ao do turismo étnico? Há uma rede de quilombos pelo Brasil para fortalecer a iniciativa de turismo? Há linhas de crédito para o desenvolvimento do turismo étnico? O turismo pode ser instrumento de opressão ao criar a denominação de “turismo étnico” que, para alguns, pode ser compreendido como

¹⁷ “Silva (2019) define *Black Money* como o 'incentivo do consumo de produtos e serviços produzidos por negros, e o ato de fazer o dinheiro circular entre a comunidade afrodescendente por mais tempo, gerando consciência social, econômica e financeira'. A proposta do *Black Money* envolve o fortalecimento da comunidade negra, gerando renda, trabalho e também empoderamento, todas as proposições presentes quando se fala em afroempreendedores” (Oliveira, 2021a, p. 46).

escravidão para “inglês ver”? Qual a relação entre identidade e autenticidade levando em conta a miscigenação? Qual a contribuição que o turismo pode dar em relação à alteridade e combate ao racismo? Como desenvolver Turismo de Base Local considerando a pressão de operadoras, competitividade, poder público que somente almeja visibilidade e se os próprios moradores discordam da prática responsável? Como o turismo pode romper com paradigmas dominantes? Como a pandemia afetou o processo e influenciou na concepção de novos olhares na valorização da comunidade (políticas públicas) e alternativas para a realização (tecnologia) levando em consideração a tendência, apontada na mídia, por procura de lugares distantes dos grandes centros?

REFERÊNCIAS

- Aguiar, D. (2020) *Entrevista concedida à Mayara Ferreira de Farias*. Conde/PB.
- Albagli, S. (2004) Território e territorialidade. In: Lages, V., Braga, C. & Morelli, G. (orgs.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: SEBRAE, 25-69.
- Albuquerque, W. R. (2006) *Walter Fraga Filho*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, Fundação Cultural Palmares.
- Alió, M. A. (2013) Experiencias de investigación participativa socioambiental ver catalunya. Experiences of social environmental participative research in Catalonia. Fortaleza. *Mercator*, UFC.
- Almeida, A. W. B. (2004) Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 6(1), 9-32, maio.
- Almeida, A. W. B. (2002) Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'dwyer, E. C. (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 43-82.
- Almeida, A. W. B. (1996) Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Projeto Vida de Negro (org.). *Frechal – terra de preto, quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luís: SMDDH/CCN.
- Almeida, F. (2002) *O bom negócio da sustentabilidade*. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de <http://www.fernandoalmeida.com.br>
- Alves, L. C. (2016) *O Brasil Colonial de Jean-Baptiste Debret*. Acesso em 27 dez. 2020. Recuperado de <https://escolaeducacao.com.br/brasil-colonial-de-jean-baptiste-debret/>.
- Andersen, A. (1996) *The American productivity and quality center*. The knowledge management assessment tool: External benchmarking version.
- Andrade, J. V. (1997) *Turismo: fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática.
- Andrade, M. C. (1986) *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 5 ed. São Paulo: Atlas.
- Andereck, K. L., Valentine, K. M., Knopf, R. C. & Vogt, C. A. (2005). Residents' perceptions of community tourism impacts. *Annals of tourism research*, 32(4), 1056-1076.
- Anjos, R. S. A. (2014) Geografia, Cartografia e o Brasil africano: algumas representações. *Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial Cartogeo*, 332-350.
- Anjos, R. S. A. (2011) Cartografia da diáspora: África Brasil. *Revista da ANPEGE*, 7(1), número especial, 261-274, out.

Anjos, R. S. A. (2009) *Quilombos: geografia africana – cartografia étnica – territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria.

Anjos, R. S. A. & Cypriano, A. (2006) *Quilombolas – tradições e cultura da resistência*. Aori Comunicações. São Paulo: Petrobras.

Anjos, R. S. A. (1989) A utilização dos recursos da cartografia conduzida para uma África desmistificada. *Revista Humanidades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 6(22), 12-32.

Araújo, M. B. (2015) Negras terras: a posse e a propriedade da terra quilombola Boa Vista dos Negros – Parelhas/RN. *Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN*, Natal, Preliminar, 123-143, ago.

Aref, F., Gill, S. & Aref, F. (2010) Tourism Development in Local Communities: As a Community Development Approach. *Journal of American Science*. 6(1), 155-161.

Arguedas, A. G. (2014) *Território para viver: dinâmicas territoriais da comunidade quilombola de Acauã*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Natal, RN.

Arruti, J. M. (2008) Quilombos. In: Pinho, O. (org.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. (2). Salvador: ABA/Ed. Da Unicamp/EDUFBA, 315-350.

Arruti, J. M. P. A. (2002) *Etnias “Federais”: o processo de identificação de “remanescentes” de indígenas e quilombolas no Baixo São Francisco*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional/UFRJ.

Arruti, J. M. A. (1997) A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana*, 3(2), 7-38.

Associação Brasileira de Antropologia. ABA. (1994) *Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais*, Rio de Janeiro: 81-82.

Assunção, L. (2006) Quilombos - Comunidades Remanescentes/RN. *Galante*, Natal, Fundação Hélio Galvão, 3(17), nov.

Assunção, L. (1994) *Os Negros do Riacho: estratégias de sobrevivência e identidade social*. Natal: CCHLA/UFRN.

Azevedo, J. (2002) Turismo cultural – traços distintivos e contribuição para o desenvolvimento endógeno. In: Irving, M. A. & Azevedo, J. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Futura.

Azevedo, C. E. F., Oliveira, L. G. L., Gonzalez, R. K. & Abdalla, M. M. (2013) A Estratégia de Triangulação: Objetivos, Possibilidades, Limitações e Proximidades com o Pragmatismo. *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília: EnEPQ.

Azevedo, D. S., Paes, T. A. & Andrade, P. B. (2014) Reflexões sobre as identidades-consumo na América Latina sobre a ótica da atividade turística. *Ambivalências*:

Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa Processos Identitários e Poder, 2(3), 218-237.

Bahl, M. (2004) *Legados étnicos & oferta turística*. Curitiba: Juruá.

Barreto, J. N. (2006) *Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Barretto, M. (2003) O imprescindível aporte das ciências sociais para o Planejamento e a compreensão do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 9(10), 15-29.

Barretto, M. (2003) *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. (13). São Paulo: Papirus.

Barreto, M. (2000) *Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento*. Campinas: Papirus.

Barth, F. (1988) Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat; Streiff-Fenart (orgs.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Unesp: 187-227.

Bauman, Z. (1999) *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Z. (2005) *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Beckert-Zappellini, M. & Ghisi-Feuerschütte, S. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(2), 241-273.

Benevides, I. P. (1997) Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. (3). São Paulo: Hucitec, 23-41.

Beni, M. (2006) *Análise estrutural do turismo*. (12). São Paulo: Senac São Paulo.

Boissevain, J. (1996) *Coping with tourists*. European reactions to mass tourism. Oxford & Providence: Berghahn Books.

Brasil. Ministério do Turismo (2015) *Anuário Estatístico 2015: Ano Base 2014*.

Brasil (2012) *Decreto de 21 de novembro de 2012 – D.O.U 22/11/2012*.

Brasil. Ministério do Turismo (2010) *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo.

Brasil (2007) *Decreto nº 6.040 de 07/02/2007*. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm

Brasil (2003) Decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Diário Oficial da União*, Seção 1, p. 4, 21 de novembro de 2003.

Brasil (2002) *Programa Brasil Quilombola*. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Brasília-DF.

Brasil (2001) Decreto nº 3912 de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. *Diário Oficial da União*, 1(1), 6-7, 11 de setembro de 2001.

Brasil (1988) *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, 1(1) 1-2, 5 de outubro de 1988.

Brasil (1850) *Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850*. Acesso em 02 dez. 2020. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm#:~:text=LEI%20No%20601%2C%20DE,as%20terras%20devolutas%20do%20Imp%C3%A9rio.&text=Pedro%20II%2C%20por%20Gra%C3%A7a%20de,Art.

Buosi, M. C. A., Lima, S. H. O. & Silva, Á. L. L. (2017) Relación entre la percepción del desarrollo sustentable y la imagen del lugar según los residentes de ver destino de turismo internacional. *Estudios y perspectivas ver turismo*, 26(1), 128-149.

Calheiros, F. P. & Stadtler, H. H. C. (2010) Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. *Revista Katálisis*, 13(1), 133-139.

Canclini, N. G. (1997) *Culturas híbridas*. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp.

Cardozo, P. F. (2006) Considerações preliminares sobre turismo étnico. *Revista Pasos*, 4(2), 143-152.

Cardozo, P. F. (2004) *Possibilidades e limitações do turismo étnico: a presença árabe em Foz de Iguaçu*. 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

Carniello, M. F. & Santaella, L. (2012) Imagem turística de São Sebastião (SP). *Caderno Virtual de Turismo*. 12(3), 287-308.

Carvalho, J. J. (1996) A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. In: Carvalho, J. J., Dória, S. Z. & Oliveira-Júnior, A. (orgs.). *O Quilombo de Rio das Rãs: História, Tradições e Lutas*. Salvador: Ceao/EDUFBA, 13-69.

Carvalho, J. M. (2003) *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. (4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Carvalho, R. M. A. & Lima, G. F. C. (2013) Comunidades quilombolas, territorialidade e a legislação no Brasil: uma análise histórica. *Política & Trabalho – Revista de Ciências Sociais*, 39(1), 329-346.

Cassab, L. A. (2004) Subjetividade e pesquisa: expressão de uma identidade. *Katálisis*, 7(2), 181-191.

Castells, M. (1999) *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.

Castro, A. (2013) *Storytelling para resultados: como usar histórias no ambiente empresarial*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Cavignac, J. A. (2003) A Etnicidade encoberta: Índios e Negros no Rio Grande do Norte. *Revista MNEME*. 5(8), 1-63. mai./jul.

Cavignac, J. A. Melo, J. A. F., Rodrigues-Júnior, G. J. & Santos, S. G. (2007) Relatório Antropológico da Comunidade Quilombola de Boa Vista dos Negros. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/UFRN. Natal.

Chagas, M. F. (2001) A política do reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 7(15), 209-235, jul.

Chiamulera, F. (2018) Benchmarking como ferramenta de gestão na Administração Pública. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 3(1), 131-139.

Chiavenato, I. (2006) *Princípios de Administração*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Choo, H. & Park, S. (2011) The influence of the resident's identification with a tourism destination brand on their behavior. *Journal of Hospitality Marketing & Management*. 20(2), 198-216.

Ciampa, A. C. (1983) *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense.

Comissão Pró-Índio de São Paulo. (2018) *Há 30 anos, a Constituição reconhecia os direitos quilombolas*. Acesso em 05 nov. 2020. Recuperado de <https://cpisp.org.br/ha-30-anos-constituicao-reconhecia-os-direitos-quilombolas/>

Confederação Nacional de Municípios (2004) *Coletânea Gestão Pública: Turismo*. Brasília: CNM.

Costa, H. A. (2013) *Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: FGV.

Costa, F. R. (2001) *Turismo cultural e comunicação interpretativa: contribuição para uma proposta brasileira*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Cruz, M. S. F. (2004) *A comunidade rural de Boa Vista dos Negros: territorialidade, identidade étnica e invisibilidade social de um povo quilombola*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó. Caicó.

Davidson, E. J. (2005) *Evaluation methodology basics*. Thousand Oaks: Sage.

Deschamps, J. C. & Moliner, P. (2009) *A identidade em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Dias, R. & Cassar, M. (2006) *Fundamentos do marketing turístico*. Person Prentice Hall, São Paulo.

Easterby-Smith, M., Thorpe, R. & Lowe, A. (1999) *Pesquisa gerencial em administração: um guia para monografias, dissertações, pesquisas internas e trabalhos de consultoria*. São Paulo: Pioneira.

Echtner, C. M. & Ritchie, J. R. B. (1991) The meaning and measurement of destination image. *The Journal of Tourism Studies*. 2(2), 2-12.

Ensslin, L., Ensslin, S. R., Lacerda, R. T. O. & Tasca, J. E. (2010) *ProKnow-C: Knowledge Development Process-Constructivist*. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil.

Fabrino, N. H., Nascimento, E. P. & Costa, H. A. (2016) Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, 16(3), 172-190, dez.

Farias, E. K. V. (2002) A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: Murta, S. M. & Albano, C. (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis.

Farias, M. F., Coutinho, A. C. A., Oliveira, A. F. B. & Ferreira, L. V. F. (2018) Patrimônio cultural em comunidade quilombola: o caso das louças de barro dos Negros do Riacho/RN. In: *XV ENTBL – Encontro Nacional de Turismo com Base Local – Recife 2018: Anais*. Recife: UFPE. Único: 419-441.

Farias, M. F., Macedo, H. A. M. & Galvão, S. K. S. (2020) Turismo étnico em comunidades quilombolas: múltiplos olhares sobre a Comunidade Quilombola Negros do Riacho (Currais Novos/RN). In: Milito, M. C., Farias, M. F. F. & Marques-Júnior (orgs.). *O olhar do residente* [recurso eletrônico]. Natal: EDUFRN.

Farias, M. F., Coutinho, A. C. A. & Ferreira, L. V. F. (2019) Louças de barro como patrimônio cultural: um estudo na Comunidade Quilombola Negros do Riacho – Currais Novos/RN. *TURyDES – Revista de Investigación ver Turismo y desarrollo local*, 12(1), 1-20.

Farias, M. F., Coutinho, A. C. A., Oliveira, A. F. B. & Alexandre, M. L. O. (2018) potencialidades turísticas na Comunidade Quilombola Negros do Riacho/RN: uma discussão sobre turismo étnico e de base comunitária. In: *XV ENTBL – Encontro*

Nacional de Turismo com Base Local – Recife 2018: Anais. Recife: UFPE, Único: 473-493.

Farias, M. F., Coutinho, A. C. A., Oliveira, A. F. B. & Ferreira, L. V. F. (2019) Patrimônio cultural e produção de louças de barro: A Comunidade Quilombola Negros do Riacho sob a ótica do *Storytelling*. In: ANPTUR 2019. *Anais da ANPTUR 2019*, Curitiba.

Farias, M. F., Medeiros, J. L., Medeiros, V. C. F. A. & Oliveira, A. F. B. (2018) Turismo de Base Comunitária e Turismo Cultural: Um estudo sobre a potencialidade turística da Comunidade Quilombola Negros do Riacho no interior do estado do Rio Grande do Norte (NE, Brasil). In: XV Seminário ANPTUR 2018. *Anais do XV Seminário ANPTUR 2018*.

Ferreira, L. M. (2009) Sobre o conceito da arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS história e cultura*, 8(16), 267-275, jul./dez.

Fisher, J. G. (1996) *Benchmarking para otimizar o desempenho*. [s.l.] Clio.

Figueiredo, M. Z. A., Chiari, B. M. & Goulart, B. N. G. (2013) Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa quali-quantitativa. *Distúrb Comum*. São Paulo, 5(1), 129-136.

Fiorentini, D. & Lorenzato, S. (2006) *Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos*. Campinas, SP: Autores Associados.

Fortunato, R. A. & Silva, L. S. (2017) *Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM)*. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_6.pdf

Fredrickson, G. M. (2002) *Racism: a short history*. Princeton: Princeton University Press.

Freitas, D. (1984) *Palmares – A guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

French, J. H. (2009) *Legalizing identities: becoming black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Friedman, M. (1984) *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural.

Funari, P. P. A. (1996) A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: Reis, J. J. & Gomes, F. (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Fundação Cultural Palmares. FCP. (2018) *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos*. Brasília, DF. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/1-crqs-certificadas-ate-10-06-2013.pdf>

Furtado, M. B., Sucupira, R. L. & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115.

Gallarza, M. G., Saura, I. G. & Garcla, H. C. (2002) Destination image: Towards a conceptual framework. *Annals of tourism research*, 29(1), 56-78.

Garcia, J. G. (2016) *Os Negros do Riacho: intervenção religiosa e políticas públicas entre 1980 e 2014*. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira). Departamento de História do CERES - Campus de Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó.

Gariba-Júnior, M. (2005) *Um modelo de avaliação de cursos superiores de tecnologia baseado na ferramenta benchmarking*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: [s.n.], 304.

Gibbert, M., Leibold, M. & Probst, G. (2002) Five styles of customer knowledge management, and how smart companies use them to create value. *European management journal*, 20(5), 459–469.

Giddens, A. (2000) *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Recorde.

Giddens, A. (1996) Living in a post-traditional society. In: Beck, U., Giddens, A. & Lash, S. *Reflexive Modernization*. Cambridge: Polity.

Gomes, F. S. (2008) Sonhando com a terra, construindo a cidadania. In. Pinsky, J. & Pinsky, C. B. (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto.

Gomes, M. P., Silva, Y. F. F. & Silva, A. G. (2013) *Educação não Formal: Diálogos com a Educação Popular em Freire – O Caso do Grupo de Leigos Católicos Igreja Nova*. Acesso em 20 jul. 2020. Recuperado de <https://docplayer.com.br/5403788-Educacao-ver-formal-dialogos-com-a-educacao-popular-em-freire-o-caso-do-grupo-de-leigos-catolicos-igreja-nova.html>

González-Rey, F. (2003) *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Thomson.

Gottschall, J. (2012) *The Science of Storytelling: how narrative cuts through distraction like nothing else*. Acesso em 06 jun. 2021. Recupedado de http://www.fastcocrete.co_m/3020044/the-science-of-storytellinghow-narrative-cuts-through-distraction.

Goulart, B. (2016) *Nego Véio é um Sofrer: representação e subalternidade numa irmandade negra do Seridó*. Natal: EDUFRN.

Graburn, N. H. H. (1984) The Evolution of Tourist Arts. *Annals of Tourism Research*, 11(1), 393-419.

Grünewald, R. A. (2004) Turismo, cultura e identidade étnica. *24ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Olinda/PE.

Grünewald, R. A. (2003) Turismo e etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 9(20),141-159.

Grünewald, R. A. (1999a) Apresentando: Índios e Negros na Serra do Umã. In: Bacelar, J. & Caroso, C. (org.). *Brasil: um País de Negros?* Rio de Janeiro: Pallas; Salvador: CEAO.

Grünewald, R. A. (1999b) Etnogênese e 'Regime de Índio' na Serra do Umã. In: Oliveira, J. P. (org.). *A Viagem da Volta*. Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Guimarães, C. M. (1996) Mineração, quilombos em Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, J. J. & Gomes, F. S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Gursoy, D., Kim, K. & Uysal, M. (2004) Perceived impacts of festivals and special events by organizers: an extension and validation. *Tourism management*, 25(2), 171-181.

Habermas, J. (1987) *Théorie de l'agir communicationnel*. Paris: Fayard.

Haesbaert, R. (2004a) *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Haesbaert, R. (2004b) *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/conference_rogerio_haesbaert.pdf

Haesbaert, R. (2001) Território, cultura e des-territorialização. In: Rosendahl, Z. & Corrêa, R. L. (orgs.). *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 115-144.

Hall, S. (2001) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, S. (2000a) Quem precisa da identidade? In: Silva, T.T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (2). Petrópolis: Vozes.

Hall, S. (2000b) *A identidade cultural na pós-modernidade*. (4). Rio de Janeiro: DP&A.

Hall, S. (1999) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. (3). Rio de Janeiro: DP&A.

Hannerz, U. (1992) The Global Ecumene. In: Cultural Complexity. *Studies in the Social Organization of Meaning*. New York: Columbia University Press, 217-267.

Hernández-Hernández, F. (1998) *El museo como espacio de comunicación*. Gijón: Ediciones Trea.

Hudson, S., So, K. K. F., Meng, F., Cárdenas, D. & Li, J. (2018) Racial discrimination in tourism: the case of African-American travellers in South Carolina. *Current Issues in Tourism*, 23(4), 438-451.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020a) *Conde*. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/conde/panorama>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020b) *Pareilhas*. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pareilhas/panorama>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2020c) *Currais Novos*. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/currais-novos/panorama>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2014) *Cidades*. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240890>.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2018) *Andamento dos processos – quadro geral*. Brasília, DF. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2017) *Regularização de território quilombola: perguntas e respostas*. Brasília, DF. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2015) *Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária*. Brasília, DF. Acesso em 20 nov. 2020. Recuperado de http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/quilombolas/passos_a_passos_atualizado.pdf.

Irving, M. A. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária – inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 108-119.

Jackson, L. A. (2008) Residents' perceptions of the impacts of special event tourism. *Journal of Place Management and development*, 1(3), 240-255.

Jenkins, R. (1997) *Rethinking ethnicity: arguments and explorations*. London: Sage.

Krippendorff, J. (2006) *Sociologia do Turismo: Para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3 ed. São Paulo: Aleph.

Krippendorff, J. (2000) *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph.

Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. (2011) *Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária*. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ.

Lacerda, R. F. (2012) Povos indígenas, justiça e Direitos Humanos em 2012: ser indígena no Brasil é... (Mas poderia ser diferente!). In: Merlino, T. & Mendonça, M.L. (orgs.). *Direitos Humanos no Brasil 2012: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

Lavandoski, J., Tonini, H. & Barreto, M. (2012) Uva, vinho e identidade cultural da Serra Gaúcha (RS, Brasil). *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. 6(2), 216-232.

Lefèvre, F. & Lefèvre, A M. C. (2003) *O Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Leite, E. & Marques, J. (2008) Recursos Culturais no Turismo: Identidade, Sociedade e Gestão Pública. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008*.

Leite, I. B. (2008) O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 965-977.

Leite, I. B. (2000) *O quilombo no Brasil: questões conceituais e normativas*. Florianópolis: NUER/UFSC.

Leony, A. (2002) Circuito do diamante: uma abordagem do ecoturismo na Bahia. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas*. São Paulo: Hucitec.

Lévi-Strauss, C. (1996) *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lima, M. C. (2002) Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos. 2002. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Link, B. G. & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, New York, 27(1), 363-385.

Little, P. E. (2002) *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. *Série antropologia*, Brasília, 322(1), 251-290.

Little, P. E. (2001) Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: Bursztyn, M. (org.) *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond.

Macedo, H. A. M. (2014) Reflexões sobre a questão indígena no Seridó: entre a história e o patrimônio cultural. *Revista Espacialidades [online]*. 7(1), 217-238.

Maffesoli, M. (2001) O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 5(1), 74-82.

Maldonado, C. (2009) O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 25-44.

Maranhão, R. F. A. & Bueno, M. S. (2012) Gastronomia, sustentabilidade e turismo na Praia de Caçandoca, Ubatuba (São Paulo-Brasil). *Turismo em Análise*, 23(3), 623-642.

Marim, R. A. & Castro, E. M. R. (2004) *Negros de Trombetas: no caminho das pedras do Abacatal – Experiência social de grupos negros no Pará*. (2). Belém: NAEA/UFPA.

Mathews, G. (2002) *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado*. Bauru, SP: EDUSC.

Max-Neef, M. A. (1993) *Desarrollo a escala Humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Montevideo, Uruguay: Editora Nordan. Comunidad. Redes.

Mazzon, J. A. & Vera, L. A. N. (2008) A opinião dos turistas de negócios sobre a Imagem da Cidade de São Paulo. *Revista Turismo em Análise*, 19(3), 345-368.

Mcsill, J. (2013) *5 lições de storytelling: fatos, ficção e fantasia*. São Paulo: DVS Editora.

Medeiros, L. S., Serrano, M. S. & Souza, L. A. S. (2020) Percepção dos gerentes do setor hoteleiro de João Pessoa sobre a gestão da diversidade. In: Brambilla, A., Vanzella, E., Fernández, M. D. S. & Manríquez, M. R. (eds.), *Turismo & hotelaria no contexto da responsabilidade social*. João Pessoa: UFPB / CCTA, 49–86.

Medeiros, M. I. (2008) *Retratos da dignidade: negros do riacho: identidade educação fotografia (2005-2007)*. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Medeiros, V. C. F. A. (2019) *Turismo e economia solidária: experiências comunitárias e processo de desenvolvimento na perspectiva do eu coletivo nas praias de Batoque e Canto Verde – Ceará – Brasil*. 2019. 250f. Tese (Doutorado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Miles, R. (1993) *Racism after 'race relations'*. London: Routledge.

Miranda, S. A. (2012) Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, 17(50), 369-383.

Miranda, R. L. & Miranda, R. A. (1999) *Marketing voltado para o turismo*. APMS Books, São Paulo.

Mitchell, J. & Muckosy, P. (2008) *A misguided quest: community-based tourism in Latin America*. Overseas Development Institute. 102-103.

Monsma, K. M. (2017) Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica. *Revista Ciências Sociais*, 48(2), 53-82.

Moura, M. G. V. (1997) *Ritmo e ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Moraes, J. D. (1999) *A função social da propriedade e a Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Milheiros Editores.

Munanga, K. (2004) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica.

Neiman, Z., Geerdink, S. & Pereira, J. C. (2011) A imagem como agente motivador para o ecoturismo. *Revista Turismo em Análise*, 22(1), 71-95.

Nitahara, A. (2019) *Negros têm 2,7 mais chances de serem mortos do que brancos*. Acesso em 05 nov. 2020. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-11/negros-ou-pardos-tem-27-mais-chances-de-serem-mortos-do-que-brancos>

Nunkoo, R. & Gursoy, D. (2012) Residents' support for tourism: An identity perspective. *Annals of Tourism Research*, 39(1), 243-268.

Oliveira, B. J. C. (2012) *Comunidade Negros do Riacho/RN: condições socioeconômicas e o avanço da anemia falciforme*. 2012. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Oliveira, E. S. (2006) *Da tradição oral à escritura: história contada no Quilombo Curiaú*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto da Linguagem, Campinas, São Paulo.

Oliveira, H. R. & Ricco, A. S. (2013) Turismo e desenvolvimento sustentável de base local: um estudo de caso na comunidade da Ilha das Caieiras. *Destarte*, 3(1).

Oliveira-Junior, G. B. (2017) Memória fotográfica de uma comunidade quilombola no semiárido do estado do Rio Grande do Norte: a Boa Vista dos Negros, Parelhas, Rio Grande do Norte, Brasil. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, 2(5), 368-379, jul./dez.

Oliveira, N. A. (2021a) Afroempreendedorismo no turismo, desigualdade racial e fortalecimento da identidade negra. *Revista de Turismo Contemporâneo*, Natal, 9(1), 42-63, jan./abr.

Oliveira, N. A. (2021b) Negros e Turismo: análise da produção acadêmica sobre o tema em revistas vinculadas aos Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 13(1), 219-238.

Oliveira, N. A. (2020a) Afroempreender em turismo no Brasil: discussões iniciais. In: Meneses, P. D. L., Brambilla, A. & Soares, A. L. V. (eds.). *Perspectivas da gestão em turismo e hotelaria II*. João Pessoa: UFPB/CCTA, 397-435.

Oliveira, N. A. (2020b) Representação e representatividade dos negros em uma revista de turismo de luxo do Brasil. *Anais... XVII Seminário da Anptur*.

Oliveira, N. A. & Monsma, K. M. (2014) *Migrantes, identidade e racismo*: uma discussão a partir de ideologias para incentivar a migração em Nova Xavantina, Mato Grosso, Brasil. Acesso em 20 mar 2021. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/345682616_migrantes_identidade_e_racismo_uma_discussao_a_partir_de_ideologias_para_incentivar_a_migracao_em_nova_xavantina_mato_grosso_brasil

Oliveira, T. S. (2019) *Redes sociais na internet e a economia étnica*: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do ABC, Santo André, São Paulo, Brasil.

Oramas, A. H. (2004) El papel del patrimonio ver el progreso económico, social y cultural. El caso particular del turismo. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 2(2), 307-310.

Patton, M. Q. (2002) *Qualitative research and evaluation methods*. (3). Thousand Oaks: Sage.

Pereira, A. M. (2008) *Trajetória e perspectivas do Movimento Negro Brasileiro*. Belo Horizonte: Nandyala.

Pereira, C. S. & Oliveira, A. M. (2019) A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. *Ateliê Geográfico - Goiânia-GO*, 13(1), 150-169, abr.

Pérez-Nebra, A. R. (2005) *Medindo a imagem do destino turístico*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, Brasil.

Pinto, S. R. (2012) *Políticas públicas e desigualdades sociais*. Brasília: Paralelo 15.

Plummer, R., Telfer, D., Hashimoto, A. & Summers, R. (2005) Beer tourism in Canada along the Waterloo–Wellington ale trail. *Tourism Management*, 26(3), 447-458.

Pozenato, J. C. (2003) *Processos Culturais*: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs.

Pozenato, J. C. (1990) *Processos culturais na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS.

Putnam, R. D. (2006) *Comunidade e democracia*: a experiência da Itália moderna (5). Rio de Janeiro: FGV.

Queiroz, M. M. A. (2008) *Turismo de raízes na Bahia*: Um estudo sobre a dinâmica do turismo étnico (Afro) na Bahia: os casos do Pelourinho/Salvador e da Festa da

Boa Morte/Cachoeira. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de http://afro-latinos.palmares.gov.br/_temp/sites/000/6/pdf/Dissertacao_Turismo_de_Raizes_na_Bahia_Mercia_Queiroz.pdf

Queiroz, P. F. (2002) *O sertão: negros e brancos – uma amostra do preconceito racial no município de Currais Novos*. Dissertação de Mestrado. Campina Grande: UFPB.

Raffestin, C. (1993) O que é território? In: Raffestin, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática S.A., 143-163.

Ramos, D. (1996) O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais no século XVIII. In: Reis, J. J. & Gomes, F. S. (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ramos, J. E. M. (1994) *De onde vieram os escravos do Brasil?* Acesso em 02 dez. 2020. Recuperado de https://www.historiadobrasil.net/respostas/origem_escravos_brasil.htm

Ratts, A. (2003) Geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: Ratts, A. (org.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 29-48.

Ratts, A. (2000) *O mundo é grande e a nação também: identidade e mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social). Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Reis, A. C. F. (2007) *Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura*. Barueri, SP: Manole.

Reis, J. J. & Gomes, F. S. (org.) (1996) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, D. (2006) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Richardson, R. J. (2009) *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. (4). São Paulo: Atlas.

Rodríguez, J. M. M. (1997) Desenvolvimento Sustentável: níveis conceituais e modelos. In: Cavalcanti, A. P. B. (org.). *Desenvolvimento Sustentável e planejamento: bases teóricas e conceituais*. Fortaleza: UFC- Imprensa Universitária.

Roosens, E. E. (1989) *Creating Ethnicity: The Process of Ethnogenesis*. London: Sage Publications.

Salgado, H. C. & Santos, R. J. (2012) *Turismo étnico em comunidades tradicionais quilombolas: espaços de existência, desinvisibilização e o fetiche das identidades no tempo das novas economias*. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de <http://www.congressods.com.br/terceiro/index.php/a-economia-social-e-solidaria-para-que-desenvolvimento/159-turismo-etnico-em-comunidades-tradicionais->

quilombolas-espacos-de-existencia-desinvisibilizacao-e-o-fetichismo-das-identidades-no-tempo-das-novas-economias-

Sampaio, C. A., Henríquez, C. & Mansur, C. (2011) Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: Sampaio, C. A. C., Henriquez, C. & Mansur, C. (org.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: Edifurb, 23-30.

Sansolo, D. & Bursztyn, I. (2009) Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 142-161.

Santana-Talavera, A. (2003) Turismo cultural, culturas turísticas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 9(19), 31-58.

Santos, J. L. (1993) *O que é cultura*. (12). São Paulo: Brasiliense.

Santos, M. (2002) *A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

Santos, M. M., Ferreira, A. M. & Costa, C. (2014) Identificação dos recursos nucleares do destino como suporte para o desenvolvimento de produtos turísticos inovadores. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21(4), 315-330.

Santos, R. S. (2004) *O Encanto da Lagoa: O imaginário histórico-cultural como elemento propulsor para o turismo cultural na Lagoa Encantada*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Turismo, UESC/UFBA, Ilhéus-Ba.

Santos, R. J. & Barreto, M. (2006) Aculturação, impactos culturais, processos de hibridização: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo. *Turismo em Análise*. São Paulo, 17(2), 244-261, nov.

Santos, S. G. (2020) *Parentes, vizinhos e compadres: estratégias de resistência e relações interraciais na Boa Vista dos Negros*. 2020. 162f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Santos, S. G. (2007) *História e identidade no território de Boa Vista dos Negros*. 2007. 96 f. Monografia, Graduação em História, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó.

Santos, S. G. & Cavignac, J. A. (2019) *A vez e a voz do quilombo: etno-história de uma comunidade quilombola do sertão do Rio Grande do Norte*. Acesso em 23 nov. 2019. Recuperado de <https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic>

Schmitt, A., Turatti, M. C. M. & Carvalho, M. C. P. (2002) A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente e Sociedade*, 10(1), jan./jun.

- Scriven, M. (1991) *Evaluation thesaurus*. 4 ed. London: Sage.
- Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. (2005) *Programa Brasil Quilombola*. Brasília, DF: Autor.
- Sen, A. (2000) *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Severino, A. J. (2007) *Metodologia do Trabalho Científico*. (23). São Paulo: Cortez.
- Silva, D. N. (2020) *Leis abolicionistas*. Acesso em 02 dez. 2020. Recuperado de <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-leis-abolicionistas.htm>
- Silva, D. R. & Sant'Anna, P. A. (2014) Turismo e Confronto com a Identidade Cultural: impactos psicossociais da atividade turística em Diamantina- MG. *Turismo & Análise*. 25(3), 649-676.
- Silva, F. P., Matta, A. E. R. & Coimbra-Sá, N. S. (2016) Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 79-92.
- Silva, G. (2019) *Black Money: o futuro dos afroempreendedores no Brasil*. Acesso em 02 jun. 2021. Recuperado de <https://inteligencia.rockcontent.com/black-money/>
- Silva, G. S. & Silva, V. J. (2014) Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*, 7(2), 191-200, jul./dez.
- Silva, J. T. (2009) *O riacho e as eras: Memórias, identidade e território em uma comunidade rural negra no Seridó Potiguar*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Silva, R. E. & Carvalho, K. D. (2010) Turismo étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, 3(2), 203-219.
- Silva, S. R. (2016) *Registros de contos e cantos nas comunidades quilombolas do Seridó Oriental do RN*. Caicó, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira (UFRN - CERES - Campus de Caicó).
- Simpson, M. C. (2008) Community benefit tourism initiatives – A conceptual oxymoron? *Tourism Management*, 29(1), 1-18.
- Singer, P. (2010) *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Singh, S. (1994) *Cultural tourism and heritage management*. New Delhi: Rawat Publications.
- Smith, V. (1989) *Anfitriones e invitados: antropologia del turismo*. Madrid: Endymion.
- Soares, A. S. (2019) *Turismo e desenvolvimento no município de Maragogi/AL: um olhar sobre os processos de participação social, democracia e cidadania*. 2019. 282f.

Tese (Doutorado em Turismo) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Sousa, R. L. A. S., Alves, J. C. & Farias, M. F. (2015) Em busca de um lugar diferente: usos e possibilidades da do turismo étnico na comunidade Negros do Riacho em Currais Novos (RN). *Revista Querubim*, E(1), 86-102.

Souza, L. M. (1996) Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas. Os quilombos e os fazendeiros da fronteira. In: Reis, J. J. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Spendolini, M. J. (1993) How to build a benchmarking team. *Journal of Business Strategy*, 14(2), 53–57.

Stets, J. E. & Biga, C. F. (2003) Bringing identity theory into environmental sociology. *Sociological Theory*, 21(4), 398-423.

Sundfeld, C. A. (2002) *Comunidades Quilombolas: direito a Terra*. Brasília: Fundação Cultural Palmares/Min C/ Editorial Abaré.

Swarbrooke, J. (1994) The future of the past: heritage tourism into the 21st century. In: Seaton, A. V. (ed.). *Tourism: the state of the art*. Chichester: John Wiley & Sons.

Teixeira, P. R., Michelin, R. L. & Dall'Agnol, S. (2008) Turismo e globalização: análise da relação com a identidade cultural. V *Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo*. Belo Horizonte, MG, 25-26, ago.

Tenório, F. G. (org.). (2007) *Cidadania e Desenvolvimento Local*. Rio de Janeiro: FGV; Ijuí: Ed. Ijuí.

Theodoro, G., Moraes, W. & Gomes, F. (2016) Dos quilombos ao quilombismo: por uma história comparada da luta antirracista no Brasil (notas para um debate). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], 8(18), 215-238, fev.

Vainfas, R. (2000) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA.

Verdejo, M. E. (2006) *Guia prático: DRP*. Brasília: ASCAR.

Wade, P. (2000) *Raza y etnicidade em Latinoamérica*. Lisboa: Abya-Yala.

Wang, S. & Chen, J. S. (2015) The influence of place identity on perceived tourism impacts. *Annals of Tourism Research*, 52(1), 16-28.

Watson, G. H. (1993) *Strategic benchmarking: How to rate your company's performance against the world's best*. [s.l.] Wiley.

Weiss, C. H. (1998) *Evaluation*. 2 ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall.

Williams, D. R., McDonald, C. D., Riden, C. M. & Uysal, M. (1995) Community attachment, regional identity and resident attitudes toward tourism. In: *Annual Travel And Tourism Research Association Conference Proceedings*, 424-428.

Williams, P. W. & Kelly, J. (2001) Cultural wine tourists: Product development considerations for British Columbia's resident wine tourism market, *International Journal of Wine Marketing*, 13(3), 59-76.

Woodward, K. (2000) Identidade e diferença: uma identificação teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. (2). Petrópolis – RJ: Vozes.

Zhang, X., Ryan, C. & Cave, J. (2016) Residents, their use of a tourist facility and contribution to tourist ambience: Narratives from a film tourism site in Beijing. *Tourism Management*, 52(1), 416- 429.

Zaoual, H. (2009) Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Zucco, F. D., Quadros, C. M. C., Schmitt, J. R. & Fiuza, T. F. (2017) Imagem e identidade turísticas relacionadas às práticas e bens culturais percebidas pelos residentes: perspectivas a partir da cidade de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 11(2), 320-346, maio/ago. Acesso em 12 jul. 2020. Recuperado de https://www.scielo.br/pdf/rbtur/v11n2/pt_1982-6125-rbtur-11-02-00320.pdf

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

- ☐ O que a comunidade representa na sua vida?
- ☐ Que função desenvolve na comunidade? E fora dela?
- ☐ Quais as principais características da comunidade que considera que atrairia turistas para a localidade?
- ☐ Como você define o papel do poder público na comunidade?
- ☐ Quais as principais dificuldades da comunidade?
- ☐ Como era a vida na comunidade antes de ter acesso à água? E depois?
- ☐ Como define o acesso da comunidade à saúde, energia, habitação e à água?

Comente.

- ☐ Considera a comunidade acessível quanto ao seu acesso?
- ☐ Que poderia ser feito para melhorar a vida na comunidade?
- ☐ Os moradores participam do processo de planejamento de ações na comunidade?
- ☐ Quais as principais características da comunidade?
- ☐ Que atividade considera ser mais representativa na comunidade?
- ☐ Já ouviu falar sobre Turismo de Base Comunitário? Comente.
- ☐ Participa ou já participou de reuniões na comunidade?
- ☐ Quem promove as principais reuniões na comunidade?
- ☐ Já são realizadas atividades turísticas na comunidade? Quais? Pode descrevê-las?
- ☐ Considera que o turismo na comunidade, caso exista, trouxe ou traria algum impacto local? Quais seriam estes impactos? Pode comentar sobre eles?
- ☐ Caso o turismo já seja realizado na comunidade, considera que há envolvimento e desejo dos moradores em planejar, atuar e conhecer sobre a atividade?
- ☐ Quais as principais tradições da comunidade?
- ☐ Há uma tentativa de rememorar, conservar ou preservar algum costume, dança, artesanato ou história da comunidade? Pode explicar?
- ☐ Já foi beneficiado por alguma visita turística na comunidade? Como? Pode descrever?
- ☐ Considera que existe distribuição equitativa da renda gerada pelo turismo na comunidade?

- ☐ Como ocorre a valorização e promoção da cultura e identidade na comunidade?
- ☐ Que atividades que buscam a sustentabilidade socioambiental são realizadas na comunidade?
- ☐ O que destacaria que poderia impedir a realização da atividade turística na comunidade?
- ☐ Pratica alguma dança? Elaborou ou elabora algum tipo de artesanato? Trabalhou ou conhece alguém que faça alguma comida peculiar da comunidade?
- ☐ Quando ocorre alguma visitação, o turista conhece sua história, tradições e participa de alguma atividade realizada na comunidade? Comente.
- ☐ Como ocorrem as trocas culturais entre visitante e morador?
- ☐ O que mencionaria sobre a comunidade que não foi questionado?